



VidaEconómica
Business School

Contencioso Tributário

Informações: Ana Bessa | Email: anabessa@vidaeconomica.pt | ☎ 223 399 427/00 | www.vebs.pt

11-13-18
outubro
17h00-21h00

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL
PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL
DE01752020DCE4



TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO Nº 594655

Nº 1900 / 1 de outubro 2021 / Semanal / Portugal Continental 2,40 €

FUNDADOR: João Peixoto de Sousa DIRETOR: João Luís Peixoto de Sousa

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.vidaeconomica.pt



Rafael Campos Pereira prevê presença de mais de 100 empresas portuguesas

Feira de Hannover vai promover exportações da metalurgia e metalomecânica

Pág. 5

Confederações patronais pedem a extinção do PEC

Empresas querem menos impostos no OE 2022

- Preços da energia em Portugal são superiores a vários países europeus

Págs. 6 e 7



SUPLEMENTO IMOBILIÁRIO

Inovação e sustentabilidade marcam projeto Fuse Valley em Matosinhos

O empreendimento Fuse Valley arranca em Matosinhos dentro de um ano. São cerca de 140 mil m2 de área construída que se distribui por 24 edifícios. Farfetch e Castro Group são parceiras no projeto.

Pág. VIII

PUB

GEORGE
CAREER CHANGE

GEORGE Career Change Consultants
Campo Grande 30 – 8º B
1700-093 Lisboa,
www.george.pt

Pandemia agrava défice orçamental

Pág. 18

EMPRESAS

SISTRAGE apoia melhoria de produção da Sidónio Malhas

Pág. 13

PUB



9 720972 000037

ifthenpay

Multibanco e MB WAY
para a sua empresa
www.ifthenpay.com | T. 227 660 871



ABERTURA

CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

INVESTE JOVEM

Tenho 26 anos, estou desempregado e gostava de lançar o meu próprio negócio, abrindo uma oficina de manutenção automóvel. Existe algum programa que me possa apoiar?

Dado que se encontra desempregado e é jovem, existe a possibilidade de se enquadrar no Investe Jovem. O Investe Jovem é direcionado para os jovens com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30 anos, inscritos como desempregados, e que possuam uma ideia de negócio viável e formação adequada para o desenvolvimento do negócio. Os projetos devem:

- apresentar um investimento entre 1097,03€ e 43 881,00€;
- apresentar viabilidade técnico-financeira;
- não incluir, no investimento a realizar, a compra de capital social de empresa existente, nem de imóveis, nem a construção de edifícios.

O Investe Jovem engloba as seguintes modalidades de apoio: Apoio financeiro ao investimento até 75% do investimento total elegível;

1. Apoio financeiro à criação do próprio emprego dos promotores.
2. O apoio financeiro só pode financiar o fundo de maneio indexado ao projeto até 50% do investimento elegível, até ao

limite de 2194,05€. Acresce que os promotores devem assegurar, pelo menos, 10% do investimento total elegível, em capitais próprios. O apoio financeiro é atribuído sob a forma de empréstimos sem juros nas seguintes condições:

- Para investimentos entre 1097,02€ e 4388,10€: período de diferimento (carência de capital) de 6 meses, a contar da data da contratualização do apoio, com reembolso nos 18 meses imediatamente subsequentes ao término do período de carência;
- Para investimentos superiores a 4388,10€ e até 21 940,50€: período de carência de 12 meses, a contar da data da contratualização, com reembolso nos 36 meses imediatamente subsequentes;
- Para investimentos superiores a 21 940,50€ e até 43 881,00€: período de carência de 12 meses, a contar da data da contratualização, com reembolso nos 48 meses imediatamente subsequentes.

Relativamente ao apoio à contratação, trata-se de um subsídio a fundo perdido até

2632,86€ por destinatário promotor que crie o seu posto de trabalho a tempo inteiro e até ao limite de 4 postos de trabalho apoiados. A criação destes postos de trabalho deve ser realizada até 6 meses a partir da disponibilização do apoio. Assim, o Investe Jovem tem as vantagens de não exigir o pagamento de juros no que respeita ao apoio ao investimento e, ainda, de atribuir um apoio não reembolsável à criação do próprio emprego do promotor. Caso se encontre a receber subsídio de desemprego, poderá recorrer ao PAECPE (Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego) para solicitar o recebimento antecipado, de uma só vez, das prestações de emprego a que ainda tem direito. Caso o investimento previsto ultrapasse os 43.881,00€, em vez do Investe Jovem, é possível recorrer à linha de crédito Invest+, a qual também é parte integrante do PAECPE e acumulável com a antecipação das prestações de desemprego

WWW.SIBEC.PT
SIBEC@SIBEC.PT
228 348 500



FRANCISCO JAIME QUESADO
Economista e Gestor
jaime.quesado@gmail.com

Numa economia global complexa e com níveis acrescidos de concorrência internacional, o economista acaba por ganhar uma nova dimensão estratégica. O modelo tradicional de criação de valor mudou por completo e nesta fase crítica da economia portuguesa a aposta tem que ser clara – apoiar novas empresas, de preferência de base tecnológica, assentes numa forte articulação com centros de competência e capazes de ganhar dimensão global. Ganhar o desafio de uma economia mais inovadora e competitiva passa em grande medida pelo papel que os economistas, enquanto orquestradores de uma agenda de criação e sustentação de valor, têm que saber ter neste processo.



ECONOMIA MAIS

O EXEMPLO AMORIM - António Rios Amorim acaba de ser considerado o melhor CEO numa iniciativa promovida pela Deloitte. Trata-se dum merecido prémio que valoriza o exemplo da cortiça, que se tem afirmado como uma fileira estratégica para a nossa economia em várias dimensões, é a melhor demonstração de que a aposta numa cadeia de valor renovada e assente num envolvimento ativo dos diferentes parceiros é a base para o seu sucesso global.

O SUCESSO DOS VINHOS - Portugal tem reforçado a sua aposta estratégica na área dos vinhos e desde o Douro ao Alentejo, passando por outras regiões demarcadas, a inovação e qualidade têm permitido atingir níveis de excelência reconhecidos internacionalmente. De destacar vários exemplos recentes, que têm sabido fazer um compromisso inteligente entre inovação e tradição.



ECONOMIA MENOS

O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES - Com esta pandemia um dos temas que voltou a estar na ordem do dia prende-se com a necessidade de voltar a repensar o mundo associativo no nosso país na área económica. Nos últimos anos o número de associações aumentou de forma exponencial, a maior parte das vezes sem uma preocupação de articulação em termos das suas áreas de intervenção. As dificuldades de financiamento que entretanto foram surgindo e a sobreposição de funções com outras entidades obrigam neste novo ano a uma redefinição do modelo atual.

DADOS ABERTOS - A prestigiada revista “MIT Sloan Management Review” acaba de mostrar com vários exemplos de que uma estratégia inteligente e aberta de gestão dos dados é essencial para a promoção da competitividade das nossas empresas e da nossa economia. O nosso país tem seguido ao nível da área pública uma estratégia de promoção de uma política de dados abertos, mas importa que, em articulação com o setor privado, sejam reforçados os mecanismos de regulação e normalização da sua utilização mais adequada pelos agentes económicos e sociais.

REDES DE COOPERAÇÃO - As novas opções estratégicas da Comissão Europeia voltam a pôr a tónica na importância das redes de cooperação como veículos centrais para a promoção e integração das opções estratégicas na área da inovação e competitividade. O “New Green Deal” que já está no terreno é um exemplo claro desta aposta e será fundamental para o nosso país voltar a reganhar a agenda da cooperação ao nível económico.

Nesta edição



10 Negócios e Empresas
Sobreendividamento em Portugal



13 Negócios e Empresas
Sidónios Malhas e SISTRADE fazem parceria na área da produção



14 Negócios e Empresas
Legislação restringe potencial da economia circular

Internacional Pág. 07
Inflação tende a voltar à normalidade no próximo ano

Internacional Pág. 07
Países do Norte da Europa reduzem défices rapidamente

Opinião Pág. 08
Lição de humildade

Negócios e Empresas.. Pág. 11
Fluência digital, uma competência essencial dos novos tempos

Fiscalidade..... Pág. 18
Pandemia agrava défice orçamental

Fiscalidade..... Pág. 19
Direitos de autor sujeitos a retenção na fonte

Mercados..... Pág. 20
Prémios de Telecomunicações avaliam produtos mais competitivos

Mercados..... Pág. 21
O que pode fazer para conseguir poupar dinheiro na sua empresa

Automóvel..... Pág. 26
Volvo vai eliminar couro em todos os automóveis

Automóvel..... Pág. 27
Scania adere ao Compromisso Climático

Imprensa
EM REVISTA



BCE admite inflação superior às previsões
O Banco Central Europeu prepara-se para que a inflação da Zona Euro ultrapasse as suas previsões, já elevadas, o que poderá abrir caminho para o fim, em março, do Programa de Compras de Urgência face à Pandemia (PEPP). A instituição sediada em Frankfurt deverá tomar uma decisão sobre esta matéria em dezembro. Vários membros do BCE já consideraram que as novas projeções de inflação (2,2% este ano, 1,7% em 2022 e 1,5% no ano seguinte) são excessivamente baixas.

elEconomista.es
Atividade industrial da Zona Euro em mínimos

A indústria da Zona Euro registou uma forte travagem em setembro, em resultado das dificuldades nos fornecimentos que estão a dificultar a atividade. O índice Markit passou de 64,4 para 58,7 pontos. Tratou-se do retrocesso

a mínimos dos últimos sete meses. A quebra foi muito mais acentuada do que o previsto. Foi a maior descida desde maio, altura em que as economias quase pararam por completo a sua atividade, devido à pandemia. Entretanto, os custos atingiram máximos em mais de duas décadas.

THE WALL STREET JOURNAL.
Vacinação impulsiona crescimento económico

A variante Delta está a abrandar o crescimento económico, apesar de os governos estarem a desenvolver esforços para que o máximo de pessoas seja vacinado. Com efeito, a recuperação económica está a abrandar. Os governos nacionais tentam aumentar as taxas de vacinação, com o objetivo de impulsionar o crescimento económico. A vacinação atenua os receios sobre a infeção, levando a uma maior despesa em viagens, em restaurantes e outras atividades que envolvem proximidade às pessoas. Por outro lado, reduzir o número de casos significa menos encerramentos de portos, fábricas e outras operações críticas para as cadeias de fornecimentos.

VidaEconómica

EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA Rua Gonçalves Cristóvão, 14 RC * 4000-263 Porto: • NIF: 507258487 • DETENTORES DE 5% OU MAIS DO CAPITAL DA EMPRESA: João Carlos Peixoto de Sousa - 57,14%; Jornal Fiscal, Lda. - 20,00%; João Luís Marinho Peixoto de Sousa - 5,71%; Miguel Gil Marinho Peixoto de Sousa - 5,71%; Paulo Alexandre Marinho Peixoto de Sousa - 5,71% • ADMINISTRAÇÃO: João Luís Peixoto de Sousa • DIRETOR: João Luís Peixoto de Sousa • REDAÇÃO Virgílio Ferreira (Chefe de Redação), Adérito Bandeira, Guilherme Osswald, Rute Barreira e Teresa Silveira; E-mail agenda@vidaeconomica.pt; PAGINAÇÃO Célia César, Flávia Leitão e Mário Almeida; • SEDE DA REDAÇÃO: Rua de Gonçalves Cristóvão, 14 RC, 4000-263 Porto. - Tel. 223 399 400. Fax. 222 058 098 • ESTATUTO EDITORIAL: https://www.vidaeconomica.pt/vida-economica-1/outras-1/ficha-tecnica-vida-economica • PUBLICIDADE PORTO Rua Gonçalves Cristóvão, 14, RC 4000-263 Porto - Tel 223 399 400 • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@vidaeconomica.pt; • ASSINATURAS Tel 223 399 400 • E-mail assinaturas@vidaeconomica.pt; IMPRESSÃO Naveprinter Indústria Gráfica do Norte, SA. - E.N. 14 (km 7,05), Lugar da Pinta, Apartado 1121, 4471-909 Maia. - Telf: 229 411 085 Fax: 229 485 631 DISTRIBUIÇÃO VASP, SA - Cacém • E-mail geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 - Fax 214 326 009

MEMBRO DA
EUROPEAN
BUSINESS PRESS



TIRAGEM
CONTROLADA
PELA:



A PRESENTE EDIÇÃO TEVE
UMA DISTRIBUIÇÃO TOTAL
DE 105.450 EXEMPLARES,
INCLUINDO A CIRCULAÇÃO
EM PAPEL E DIGITAL
4000 Município (Porto)
TAXA PAGA
Registo na D.G.C.S. nº 109 477
• Depósito Legal nº 33 445/89 •
ISSN 0871-4320 • Registo do ICS
nº 109 477

ATUALIDADE

Reforçado PRR na área dos equipamentos sociais

O primeiro concurso lançado no âmbito do PRR integrado na Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, relativo à aquisição de viaturas elétricas, teve um reforço de dotação de 20 milhões de euros, passando assim a totalizar 35 milhões de euros. As candidaturas a este aviso continuam abertas até 30 de outubro, e podem candidatar-se as IPSS e entidades equiparadas. Com este aviso pretende-se apoiar a aquisição de veículos 100% elétricos, com um apoio até 25 mil euros por viatura.

AJUSTAMENTOS AO PLANO DE REEMBOLSOS AGRAVAM RISCO DE CRÉDITO DOS CLIENTES

Moratórias terminam sem alternativas

As moratórias bancárias vão terminar a 30 de setembro sem que tenham sido criadas alternativas de transição.

Assim, a partir de 1 de outubro, quase 40 mil milhões de euros de crédito bancário de particulares e empresas retomam o pagamento mensal de capital e juros, tal como acontecia antes da pandemia.

Os bancos estiveram na expectativa de um regime de transição para proteger os clientes bancários particulares e empresas mais fragilizados pelos efeitos da pandemia.

Mas, na falta de medidas concretas, não podem acordar qualquer tipo de ajustamento aos valores e datas dos reembolsos definidos nos contratos de financiamento, sem degradar o risco de crédito dos clientes e sem fazer a comunicação ao Banco de Portugal.

Os particulares e empresas que tenham alterado os valores e prazos de reembolso fora do regime das moratórias não ficam impedidos de aceder ao crédito, embora passem a ser considerados de risco acrescido.

Os clientes bancários que já tenham ajustado anteriormente os valores ou prazos de reembolso ficam impossibilitados de recorrer ao crédito em qualquer banco.

Como única medida de proteção aos clientes, o Banco de Portugal determinou apenas que, no caso de haver redução ou suspen-



são parcial das prestações fora das moratórias, os bancos não podem agravar as taxas de juro prevista no contrato de financiamento.

No entanto, ficam sujeitos às normas de supervisão e são obrigados a agravar e comunicar o risco do crédito de todos os clientes que alterem o plano de reembolsos.

Banco de Fomento ainda não disponibiliza linhas de apoio ao fim das moratórias

Para as empresas com dificuldade em retomar o pagamento normal dos empréstimos, o Banco Português de Fomento anunciou a disponibilização de

novas linhas de crédito. Ou seja, as empresas teriam que retomar o serviço da dívida, mas poderiam obter novos financiamentos para aumentar a liquidez e fazer face ao fim das moratórias. Mas, até à data de fecho da edição, não foi concretizada qualquer nova linha de financiamento nem os bancos

Com a disponibilização de novas linhas de crédito, as empresas poderiam obter novos financiamentos e fazer face ao fim das moratórias

receberam informação sobre a criação de alternativas de crédito com esta finalidade.

PRR não aproveita parte do financiamento disponível

O fim das moratórias também poderia ter sido apoiado pela vertente de financiamento reembolsável disponibilizado a Portugal pelo PRR.

No entanto, o Governo optou por não utilizar a maior fatia dos recursos financeiros em financiamento reembolsável, concentrando as medidas na utilização de recursos a fundo perdido.

Assim, as empresas não vão ter a oportunidade de aceder a financiamento de longo prazo assegurado pela União Europeia para fazer face ao serviço da dívida e ao financiamento de novos investimentos.

A opção do Governo ao não utilizar os recursos disponíveis em financiamento reembolsável foi justificada pelo nível elevado de dívida pública e privada que o país já tem.

Crédito y Caución anticipa normalização progressiva dos preços industriais

De acordo com a análise divulgada no último “Economic Outlook”, a Crédito y Caución prevê que a inflação nos mercados avançados, que em 2021 regista taxas pouco habituais, volte à normalidade em 2022. “Os fatores deflacionistas fundamentais estão apenas debilitados, não desapareceram. O regresso a um cenário inflacionista como o registado em finais dos anos 70 ou início dos 80 está muito distante”, refere o relatório.

O primeiro fator que justifica esta previsão é a insustentabilidade do significativo aumento do preço do petróleo, perante a pressão dos países da OPEP e externos à organização para au-

mentar a produção.

Em segundo lugar, com a reabertura da economia, o ânimo inicial dos consumidores para gastos elevou os preços da restauração, da hotelaria, do lazer e do turismo, mas estes irão manter-se elevados apenas temporariamente.

Em terceiro lugar, a indústria transformadora continua a enfrentar constrangimentos na cadeia de fornecimento. Os bens necessários no processo de produção ou os bens comercializáveis demoram mais em ser entregues e são mais caros. A preocupação com a segurança das entregas também provocou a mudança de fornecedores e o aumento dos custos. Contudo,

esses constrangimentos vão dissipar-se com o tempo, retirando pressão sobre a inflação.

A um nível mais fundamental, também não há razões para temer uma inflação persistentemente mais alta. Embora a globalização tenha abrandado e com ela as oportunidades de redução nos custos, os fatores demográficos, em particular o envelhecimento, continuam a atuar, aumentando a poupança e exercendo pressão sobre a procura agregada e sobre os preços. Por último, apesar de alguns constrangimentos em setores que estão a reabrir, a próxima retirada das ajudas irá gerar uma oferta de mão de obra que pressionará a redução dos salários.



Aumento do preço do petróleo é insustentável.

ATUALIDADE

SURE protege emprego e rendimentos

A Comissão publicou o segundo relatório sobre o impacto do SURE, um instrumento que conta com um orçamento de 100 mil milhões de euros e se destina a proteger os postos de trabalho e os rendimentos afetados pela pandemia. Em 2020, as medidas nacionais para o mercado de trabalho apoiadas pelo SURE permitiram a quase 1,5 milhões de pessoas desempregadas encontrar trabalho.

Depósitos bancários das famílias aumentam mais de 7%

O valor de depósitos bancários cifrava-se em 169,3 mil milhões de euros, em agosto, mais 7,1% do que em igual mês do ano passado. Em julho tinha sido alcançado o valor recorde de quase 170 mil milhões de euros, de acordo com o Banco de Portugal. De referir que, desde março do ano passado, os portugueses têm aumentado os seus depósitos junto das entidades bancárias. As empresas têm seguido a mesma tendência das famílias.

Aprovada parceria europeia na área da metrologia

O Parlamento Europeu e o Conselho chegaram, na última terça-feira, a um acordo sobre a parceria europeia na área da metrologia. Incidindo sobre um conjunto alargado de instrumentos de medida, esta parceria pública-pública tem uma enorme importância para todos os processos de qualificação, verificação e validação de dados na União Europeia. A metrologia desempenha um papel crítico no funcionamento do nosso mundo. Por exemplo, na luta contra a Covid-19, tem sido de importância fundamental para o desenvolvimento e teste de ventiladores, bem como para a precisão dos testes utilizados por milhões de pessoas. É essencial para estudar a Terra e o cli-

ma. Será um impulsionador da transição industrial. O acordo alcançado ontem à noite garante que a UE estará mais bem preparada para enfrentar estes e outros desafios nos próximos anos. “Foi uma negociação muito boa, sobre um assunto muito importante, em que o Parlamento Europeu conseguiu ver a sua posição totalmente validada”, afirma a eurodeputada Maria da Graça Carvalho, relatora desta parceria. “Conseguimos garantir princípios-chave em termos de independência académica e transparência e conflitos de interesses. Igualmente importante foi o facto de todos os grupos políticos compartilharem a posição adotada”.



“Todos os grupos políticos compartilharam a posição adotada”, afirma a eurodeputada Maria da Graça Carvalho.

PUB

Ciclo de webinars:
“Os desafios do agroalimentar na próxima década”

A produção e exportação de amêndoa

quinta-feira, 28 outubro às 15h00, via Facebook Live

VidaEconómica
GRUPO EDITORIAL

VidaEconómica
Business School

AgroVida

David Carvalho
CEO Veracruz

José Pedro Salema
Presidente da EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva

Tiago Costa
Presidente da Associação Portuguesa de Frutos Secos

Patrocínio:

* transmissão em direto na página agrovida-vidaeconomica no Facebook

Informações Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA.
Rua Gonçalo Cristóvão, 14 R/C | 4000-263 Porto | ☎ 223 399 427/00 | Email: anabessa@vidaeconomica.pt | www.vebs.pt

Townstar é a nova estrela urbana da Nissan



A Nissan acaba de revelar a próxima geração dos seus veículos comerciais ligeiros (VCL) compactos, entre eles a nova estrela urbana Townstar. Esta nova gama de comerciais ligeiros está pronta a acelerar a transição para a eletrificação.

Comissão lança consulta pública sobre ar mais limpo

A Comissão Europeia lançou uma consulta pública sobre a revisão das regras da UE em matéria de qualidade do ar ambiente, uma das principais realizações do Pacto Ecológico Europeu. Esta revisão visa alinhar as normas de qualidade do ar da UE com as normas da OMS e reforçar as disposições em matéria de monitorização e modelização da qualidade do ar, bem como dos planos para ajudar as autoridades locais a alcançar um ar limpo.

RAFAEL CAMPOS PEREIRA PREVÊ PRESENÇA DE MAIS DE 100 EMPRESAS PORTUGUESAS

Feira de Hannover vai promover exportações da metalurgia e metalomecânica

Portugal vai reforçar a imagem de qualidade na próxima Feira de Hannover – considera Rafael Campos Pereira. Em entrevista à “Vida Económica”, o vice-presidente executivo da AIMMAP destaca a oportunidade que resulta do facto de Portugal ter o estatuto de País Parceiro na maior feira mundial de tecnologia para a indústria. São esperadas mais de 100 empresas portuguesas em Hannover, entre 25 e 29 de abril de 2022.

A indústria metalúrgica e metalomecânica já é o setor com maior volume de exportações em Portugal.

Vida Económica - Ao ser o país parceiro da Feira de Hannover, Portugal pode esperar um impulso da vertente exportadora na metalurgia e metalomecânica?

Rafael Campos Pereira - A próxima edição da Feira de Hannover tem um significado especial para a indústria de metalurgia e metalomecânica portuguesa e para os setores que são complementares e que gravitam em torno do Metal Portugal. É o caso das tecnologias de informação, tecnologia de produção e a subcontratação industrial de alto valor acrescentado e a energia.

Na qualidade de país parceiro, Portugal vai estar seguramente no principal palco da mais importante feira mundial de indústria e tecnologia. É uma enorme projeção para a indústria nacional, nós contamos sensibilizar e passar a nossa imagem de qualidade que já existe e já é reconhecida em muitos locais. Vários segmentos da indústria alemã e grandes empresas como a Volkswagen têm noção da enorme qualidade dos fornecedores do Metal Portugal porque todas essas grandes empresas são clientes habituais diretos ou indiretos das nossas empresas. A presença de Portugal nesta feira serve para reforçar essa imagem de qualidade junto dos grandes players que já nos conhecem e para que outros segmentos da indústria e empresas com menos dimensão conheçam melhor a capacidade da nossa indústria em dar resposta aos desafios.

A nossa presença na Alemanha vai projetar a imagem no mais importante mercado europeu e um dos mais importantes do mundo. Portugal e Alemanha têm uma relação muito forte nas trocas comerciais de investimento e agora queremos reforçar essa cooperação.



Rafael Campos Pereira e Mafalda Gramaxo estão a preparar a maior presença portuguesa de sempre na Feira de Hannover.

VE - Qual será o número estimado de empresas presentes?

RCP - Nos apontamos uma meta de 150 empresas expositoras.

Devo dizer que a Suécia, quando foi o país convidado de honra, teve 87 empresas. Se atingirmos os nossos objetivos em número de expositores, teremos o dobro de um dos países mais tecnológicos e mais digitalizados do mundo. Com sete meses de antecedência nós já temos 60 empresas confirmadas e várias dezenas de empresas a avaliar e preparar uma decisão definitiva.

Todas as empresas que participam vão estar enquadradas na nossa iniciativa. A AIMMAP vai liderar a participação portuguesa em articulação com a Aicep. Temos comntado com um a colaboração da Câmara de comércio e Indústria luso-alemã.

Aliás, devo dizer que a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã e o seu anterior presidente, em conjunto com o atual embaixador da Alemanha em Portugal, foram os grandes responsáveis por esta iniciativa ao conseguir que Portugal fosse o país convidado de honra.

Subcontratação de alto valor acrescentado está a crescer

A nossa presença em Hannover também irá ser importante para empresas mais pequenas que não participam mas que podem ser fornecedores contratados por empresas maiores, havendo um efeito em cascata na cadeia de valor.

Alguns dos nossos expositores serão pequenas empresas e algumas já trabalham em conjunto com empresas maiores.

VE - Em Portugal o investimento alemão está concentrado em grandes empresas. É possível aumentar o investimento de PME alemãs no nosso país?

RCP - Considero que o incremento das relações neste setor pode favorecer no futuro um aumento do investimento alemão em Portugal. Ao conhecer os fornecedores portugueses e a a qualidade daquilo que nós produzimos, é provável que a Alemanha faça o que outras economias tem efeito, nomeadamente a francesa, ao investir em Portugal. Há indícios que revelam aumento do interesse em investir em empresas portuguesas.

A crescente internacionalização da economia portuguesa também pode contribuir para que haja mais investimentos em Portugal desde que não se criem demasiados constrangimentos, nomeadamente, em termos de estabilidade social e laboral e outros custos de contexto.

E também é possível que as empresas portuguesas que exportam, ao conhecer melhor o mercado alemão decidam criar um escritório de representação e terem mais presença.

Esperamos que este incremento das relações entre Portugal e a Alemanha possa decorrer da Hannover Messe em 2022 e que possa contribuir para o aumento do investimento português na Alemanha.

VE - Qual vai ser o investimento das empresas portuguesas com a participação na Feira de Hannover?

RCP - O investimento global deve rondar quatro milhões de euros, sendo uma parte suportada de forma directa pelas empresas e uma parte comparticipada através dos programas públicos. A AIMMAP também contribui ao sumir uma série de custos intangíveis que não são contabilizados.

Com a colaboração da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, a AIMMAP tem realizado um conjunto sessões de informação e preparação das nossas empresas para a feira, de forma a ficarem mais sintonizadas com a forma de ser dos empresários alemães.

Foco na automação e na transição digital

A Hannover Messe é o principal ponto de encontro da indústria alemã e mundial e uma referência para as grandes tendências no domínio da indústria.

O tema principal «Transformação Industrial» une as categorias que vão estar em exibição: «Automation, Motion & Drives», «Ecosistemas Digitais», «Soluções de Energia», «Peças e Soluções de Engenharia» e «Future Hub». Os tópicos de referência incluem Inteligência Artificial, produção livre de carbono, plataformas digitais, Indústria 4.0, segurança de TI, engenharia leve e Logística 4.0. Conferências e fóruns completam o programa.

A Hannover Messe oferece o palco para a realização de negócios e discussão de sinergias entre o mundo académico e empresarial, sendo por isso uma oportunidade única de afirmação nacional junto dos principais players mundiais da indústria, reforço do envolvimento da oferta nacional junto de empresas alemãs e captação de investimento estrangeiro para Portugal, num momento em que a inovação e competitividade industrial são temas

centrais para o desenvolvimento económico do país.

«Portugal Makes Sense»

A participação de Portugal será orientada pelo slogan «Portugal Makes Sense» através do qual o nosso país vai demonstrar ser um destino que faz sentido para as empresas industriais que desejem expandir investimento ou fazer o seu sourcing. Recorde-se que «Portugal Makes Sense» é uma marca registada da AICEP Portugal Global e que servirá agora de mote à participação de Portugal como País Convidado na Hannover Messe 2022. A presença portuguesa – marcada por uma forte presença de expositores e contando com vários colóquios e seminários – será focada nos setores da metalurgia, metalomecânica, energia e tecnologias digitais, uma vez que são áreas onde Portugal e Alemanha têm revelado grande afinidade e um caminho promissor a percorrer, com um crescente número de projetos em parceria, visando o lançamento de novos produtos.

AHRESP defende manutenção do “lay-off” simplificado

A Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) considera que se deve manter o “lay-off” simplificado, tendo em conta que se aproxima o período de época baixa para o setor. Refere a este propósito, em comunicado: “A AHRESP defende a continuidade do lay-off simplificado como uma relevante medida no apoio à manutenção dos postos de trabalho das atividades da restauração, similares e do alojamento turístico.”

Ministro do Mar apela a ação urgente contra ameaça climática

O ministro do Mar, Ricardo Serrão Santos, apelou a uma resposta eficaz à ameaça climática, que alie a capacidade da ciência, da política e do compromisso social. “A ameaça existencial ao nosso planeta e às nossas vidas exige uma ação vigorosa e concertada dos Estados e Nações, tal como fazemos para a pandemia”, defendeu o ministro. Sublinhou ainda “a importância da referência à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o respeito do direito internacional”.

CONFEDERAÇÕES PATRONAIS PEDEM A EXTINÇÃO DO PEC

Empresas querem menos impostos no OE 2022

A expetativa das confederações e associações empresariais relativamente ao OE 2022 é elevada. Após um longo período de pandemia, segue-se o aumento abrupto da energia, dos combustíveis e das matérias-primas. A redução dos custos de contexto surge, assim, como prioridade máxima. A redução dos impostos (ISP, IRS, IRC e IVA), através do Orçamento de Estado, é uma das vias para contornar o problema. A outra é a canalização dos fundos europeus, nomeadamente do PRR, para apoiar a necessária transição tecnológica e ambiental das empresas.

VIRGÍLIO FERREIRA
virgilio@vidaeconomica.pt

No dia 15 de setembro, o Conselho Nacional das Confederações Patronais (CNCP) apresentou na Culturgest, em Lisboa, as propostas conjuntas das cinco confederações (CAP, CCP, CIP, CPCI e CTP) que a integram para o Orçamento do Estado 2022. Entre essas propostas constavam, por exemplo, a eliminação do pagamento especial por conta (PEC) e a redução da taxa intermédia do IVA de 13% para 10%, durante o ano 2022. Propõe também a redução da taxa do IRC e da derrama estadual, a redução das tributações autónomas, assim como a isenção de IRS e Segurança Social no trabalho suplementar. O documento apresenta ainda um conjunto de medidas de simplificação da contabilidade e de reforço da tesouraria das empresas. A “Vida Económica” auscultou várias associações e confederações empresariais no sentido de saber quais eram as suas propostas particulares para a redução dos custos de contexto num ambiente de subida dos preços da energia e dos combustíveis.

Fundos do PRR canalizados para a economia real

Na perspetiva da AIMMAP, o próximo OE deveria contemplar as seguintes medidas: “redução da taxa do IRC aplicável às empresas, para estímulo ao investimento e ao empreendedorismo; redução significativa das taxas de IRS para aumento do poder de compra e do bem-estar dos cidadãos, o que fará aumentar o consumo e o crescimento da economia; redução significativa das tarifas de acesso em sede de energia; re-



Governo apresentará a Proposta do OE 2022 à Assembleia da República no próximo dia 11 de outubro.

dução significativa do imposto especial sobre os combustíveis que atualmente representa mais de metade do valor do preço de mercado; apoios à formação e qualificação dos trabalhadores, nomeadamente no segmento da requalificação para se fazer face à transição digital; canalização de fundos provenientes do PRR – que está previsto serem absorvidos pelo Estado, no sentido de financiar despesas correntes da administração pública – para apoios à economia

real nos domínios da formação, da transição digital e da economia circular”, explica à “Vida Económica” Rafael Campos Pereira, vice-presidente executivo da AIMMAP. A Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal revela desta forma uma preocupação acentuada com a subida dos custos de produção para as empresas, nomeadamente com o custo da energia e dos combustíveis. Relativamente às propostas do CNCP, a AIM-

A diminuição da carga fiscal ajudaria as empresas a suportar o aumento de custos gerado pela subida de preços da energia e combustível

MAP associa-se ao nível da baixa dos impostos, mas acrescenta os apoios à formação e qualificação dos trabalhadores. O pedido de canalização de fundos provenientes do PRR para apoios à economia real revela ser uma das maiores preocupações atuais desta associação empresarial.

Crear o estatuto de consumidor intensivo

O aumento dos custos com a energia e ambiente preocupa também a CEVAL – Confederação Empresarial do Alto Minho: “Não bastasse a escassez dos semicondutores e consequente aumento de preços em toda a cadeia de fornecimento da indústria automóvel, assim como do custo das matérias-primas de outros setores, como, por exemplo, dos polímeros, fibras têxteis, madeira, entre outros, somam-se agora também os custos energéticos decorrentes da subida de preços do gás natural, barril de petróleo e do peso das licenças de emissão de CO2. As empresas portuguesas, que já estavam em desvantagem em relação às suas congéneres europeias, pois a periferia, os custos financeiros, a burocracia e a carga fiscal já eram fatores que subtraíam à competitividade, deparam-se agora, numa fase em que iniciam a recuperação pós-Covid, com novos obstáculos”, afirma à VE Luís Ceia, presidente da CEVAL. “Urge, pois, aliviar custos de contexto, sob pena de muitas empresas viáveis perderem competitividade. Seria sensato repensar na esfera da União Europeia, as exigências ao nível das emissões de CO2,

Portugal recupera competitividade digital

Portugal voltou a acelerar o ritmo de competitividade a nível mundial, de acordo com o ranking de Competitividade Digital do IMD World Competitiveness Center. O país está agora na 34ª posição, três posições acima, face ao ano anterior (37ª), recuperando assim o lugar alcançado em 2019 e revertendo a tendência decrescente dos últimos cinco anos, com exceção de 2018.

nomeadamente no que concerne à redução de licenças gratuitas para as instalações CELE. A nível nacional, impõe-se reduzir as tarifas de acesso às redes, rever em baixa as taxas de IVA aplicadas aos grandes consumidores e criar o, há muito esperado, estatuto do consumidor intensivo”, acrescenta Luís Ceia.

Transição energética e climática deve ser gradual

Os custos da energia são também uma preocupação para a AEP – Associação Empresarial de Portugal: “Na proposta de atuação sobre os diversos custos de contexto está a necessária redução dos preços de energia que recaem sobre a atividade empresarial e que são superiores a vários países europeus, nossos concorrentes diretos, retirando competitividade às empresas e dificultando, de forma muito significativa, a indispensável recuperação da economia portuguesa”, afirma à VE Luís Miguel Ribeiro, presidente da AEP.

“Forçosamente, uma das vias de atuação terá de ser pela diminuição da tributação, que, no caso dos combustíveis, representa mais de metade do preço final, mas também pela redução de outros encargos que pesam na fatura a pagar pelas empresas e que pouco ou mesmo nada têm a ver com o consumo dessa energia, como é o caso da eletricidade”, acrescenta.

“Apesar de a AEP defender a descarbonização da economia, tem plena consciência da necessidade de gradualismo em matéria de transição energética e climática, dando tempo ao tecido empresarial – com apoio dos fundos europeus e, também, do próprio Orçamento do Estado – para se adaptar a este desafio”, conclui Luís Miguel Ribeiro.

Código do Trabalho mais flexível

Num comunicado que a CTP – Confederação do Turismo de Portugal fez chegar à Redação da VE, esta estrutura associativa também alerta para o impacto dos custos de contexto na recuperação da atividade. “Os custos de contexto estão a afetar de forma exponencial a competitividade do setor do Turismo, numa altura em que esta atividade económica fundamental para a geração de riqueza e emprego necessita de se refortalecer para recuperar destes quase dois anos de pandemia”, afirma Francisco Calheiros, presidente da CTP.

A par da redução do ISP, de forma a reduzir o custo dos combustíveis, e do desa-

gravamento fiscal ao nível do IRC e IRS, a CTP defende que “é necessário eliminar a excessiva regulação laboral e incentivar um Código do Trabalho mais flexível, com regras que ajudem as empresas e não acarretem, pelo contrário, mais custos. É fulcral que o Código do Trabalho não regrida ainda mais em relação à reforma de 2019, a qual veio diminuir em muitos dos casos a capacidade de gestão das empresas no que diz respeito ao mercado de trabalho e à utilização da contratação a termo, que é absolutamente essencial numa atividade eminentemente sazonal.

Simplificar obrigações fiscais para o setor da construção

No que diz respeito à “subida abrupta, inesperada e generalizada dos preços da energia e das matérias-primas e, em particular, dos materiais de construção”, a AIC-

COPN – Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas defende “a plena utilização de mecanismos como a ‘alteração anormal e impreviável de circunstâncias’ que permite às empresas serem compensadas pelo aumento exponencial de encargos e, paralelamente, os preços base dos concursos a lançar têm de considerar preços realistas”.

Relativamente ao OE’2022, este “tem de prever dotações orçamentais adequadas para as obras previstas e a criação de um fundo que possibilite aos donos de obra pública fazer face a variações significativas de preços nas empreitadas, à semelhança do que acontece em Itália, por forma a que as empresas possam ser devidamente ressarcidas dos montantes em causa”, afirma à VE Reis Campos, presidente da AICCOPN e da CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário.

“Naturalmente que há outras dimensões dos custos de contexto, como por exemplo a fiscalidade incidente sobre as empresas e sobre o imobiliário, onde questões como a manutenção do AIMI, o IMI que reverte para o Estado e a tributação dos stocks de casas detidas para venda têm de ser revistas, bem como é necessário simplificar obrigações fiscais como o regime de bens em circulação, apoiar a capacitação empresarial e a internacionalização, domínios para os quais defendemos um conjunto de medidas que consideramos essenciais neste Orçamento para que 2022 possa ser um ano de regresso a uma trajetória sustentada de crescimento económico e de convergência com a restante Europa”, conclui Reis Campos.

BCE admite que inflação pode superar expetativas



A inflação da Zona Euro poderá superar as previsões do Banco Central Europeu, mas é uma hipótese pouco provável. O BCE admite que certos fatores possam levar a pressões mais fortes sobre os preços do que o previsto atualmente. No entanto, os sinais atuais são ainda de limitação desse risco, pelo menos no médio prazo, diz aquele banco central.

INTERVENIENTES



Rafael Campos Pereira (AIMMAP)
“Os fundos provenientes do PRR – que está previsto serem absorvidos pelo Estado no sentido de financiar despesas correntes da administração pública – devem ser canalizados para apoios à economia real”



Luís Miguel Ribeiro (AEP)
“Na proposta de atuação sobre os diversos custos de contexto está a necessária redução dos preços de energia que recaem sobre a atividade empresarial e que são superiores a vários países europeus”



Francisco Calheiros (CTP)
“É necessário eliminar a excessiva regulação laboral e incentivar um Código do Trabalho mais flexível, com regras que ajudem as empresas e não acarretem, pelo contrário, mais custos”



Reis Campos (CPCI e AICCOPN)
“O OE2022 tem de prever dotações orçamentais adequadas para as obras previstas e a criação de um fundo que possibilite aos donos de obra pública fazer face a variações significativas de preços nas empreitadas”

Bruxelas abre procedimentos contra Portugal

Portugal recebeu uma carta de notificação para fornecer informações adicionais sobre as suas regras nacionais em matéria de contratos públicos e concessões às autoestradas e um parecer fundamentado por não ter notificado a Comissão da transposição integral do Código Europeu das Comunicações Eletrónicas. Foi dado início a dois processos por infração relacionadas com o direito à interpretação e tradução em processo penal.



PAULO VAZ
Jurista e Gestor

Lição de humildade

As eleições autárquicas do passado domingo em Portugal foram já objeto de exaustivas interpretações e de rebuscados comentários, até porque, em certos casos, constituíram verdadeiras surpresas, mostrando que a democracia portuguesa afinal ainda pode reservar o imprevisto e, porventura, o sobressalto. A vitória de Carlos Moedas em Lisboa foi o facto mais relevante, pois foi muito mais que um triunfo inesperado na principal autarquia do país, nas difíceis condições em que aconteceu, antecipando que poderá estar aí o início de uma carreira política, a protagonizar por alguém que não veio desse mundo, que nunca precisou dele cuja inquestionável competência e intocável carácter encorajam o país para um ciclo novo, com outras personagens e atitude, com uma ambição mais dirigida ao serviço público e ao bem comum.

Se somarmos a este feito a conquista de Coimbra e do Funchal, capitais de distrito particularmente relevantes, e para o facto de muitas das grandes cidades do país não estarem nas mãos do PS, como Porto, Braga, Viseu ou Aveiro, apesar de o Partido Socialista conservar o maior número de câmaras municipais, a verdade é que estas eleições foram uma verdadeira lição de humildade, que, por mais que contrarie António Costa, não pode deixar de servir como reflexão, nem que seja para moderar a sua arrogância e sobrançeria. Finalmente, acrescente-se a tudo isto um enfraquecimento da esquerda: a perda de autarquias por parte do Partido Comunista Português e a quase inexistência autárquica do Bloco de Esquerda são sinal de que o país começa, ao fim de quase sete anos, a inverter uma tendência, que certamente se adensará no futuro.

Contudo, nem tudo foram más notícias para António Costa com a vitória de Moedas em Lisboa e a recuperação do PSD em todo o país, reconquistando municípios perdidos e estreitando a diferença com o PS: o bom “score” eleitoral do passado domingo deu um novo alento a Rui Rio, que vai mostrando ter sete vidas como os gatos, o que lhe vai proporcionar uma recandidatura próxima bem sucedida de candidato do partido, neutralizando a oposição interna, que voltará a ter de adiar intenções, permitindo-lhe chegar a 2023 na liderança dos sociais democratas para disputar eleições legislativas, o que será o mesmo que dizer que o atual Primeiro-Ministro vai continuar a ter uma oposição suave, complacente, deixando-lhe espaço para ir gerindo o que restar da “geringonça”, ocupando-se a engordar o Partido Socialista com os despojos do que restar do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista, que já perceberam que perderão sempre, estejam aliados com o Governo, apoiando Orçamentos de Estado ou confrontando-o, retirando-lhe

Este será o tempo de realizar a remodelação governamental, para que o Executivo consiga ganhar nova energia e chegue ao final da legislatura

suporte nas votações mais decisivas. Este será o tempo de realizar a remodelação governamental, para que o Executivo consiga ganhar nova energia e chegue ao final da legislatura com ânimo suficiente para disputar a sua renovação, pelo que a mudança a empreender não poderá ser apenas cosmética e talvez não se fixe apenas nos casos mais gritantes de inadequação aos cargos, como são os dos Ministro da Administração Interna, da Justiça ou da Educação, podendo mesmo vir a considerar alguns inamovíveis, mas que, por vontade própria, desejem afastar-se do Governo, como poderão ser os casos dos Ministros dos Negócios Estrangeiros ou da Economia. A verdade é que o desgaste é indissociável e mesmos os titulares das pastas com mais crédito e peso político estão hoje menos dispostos ao sacrifício e à penosa perspetiva de um período de continuada decadência em que o seu prestígio pessoal estará também em jogo. Entretanto, António Costa procura lançar um sucessor ou sucessora, tudo fazendo para que Pedro Nuno Santos e os “jovens lobos” que babosamente o veneram fiquem arredados da competição, pelo que os “dossiers” TAP, aeroporto de Lisboa ou ferrovia vão ter mais destaque público, de modo a “derrear” com este fardo em definitivo a facção extremista dentro do partido, a qual com facilidade ofereceria argumentos à oposição de direita, para, num apelo à moderação, afastar o PS do poder durante largos anos. A disputa política está relançada em Portugal, no rescaldo das eleições autárquicas, que se prestam a todas as leituras, menos aquelas para que foram realizadas, pois a antevisão de um ciclo novo e diverso é cada vez mais próxima e real, a exemplo do que foi a vitória de Moedas em Lisboa, sendo que esta vai servir como uma excelente metáfora para o que se prenuncia para os anos mais próximos. A ver vamos.

PME contam com novo fundo de 250 milhões

A gestora de ativos e plataforma tecnológica Fasanara Capital anunciou o encerramento da primeira fase de subscrição do novo fundo de 250 milhões de euros, baseado nas tecnologias financeiras. O Fundo Europeu de Investimento (FEI) participa no fundo, com o objetivo de investir no financiamento do fundo de maneo para as empresas europeias, que representam mais de 100 mil postos de trabalho em toda a Europa.



FALAR OU FAZER

JACK SOIFER
*Consultor Internacional, autor de COMO SAIR DA CRISE, ONTEM E HOJE NA ECONOMIA, PORTUGAL RURAL e o bilingue PORTUGAL PÓS-TROIKA?

Novo sistema eleitoral – 2

Há dois anos escrevi, e repito. Com 1,6% de **N**ulo, 46,33 **A**bstenção, 2,5 **B**ranco, e 3,5 **O**utros (nanopartidos) o **N-A-B-O** ganhou com 54%! Falta-nos um sistema eleitoral realmente democrático. Esses dados repetem-se nas autárquicas, parlamentares e europeias há 20 anos. Crescem a cada ano. **Os eleitores não confiam mais nos candidatos nem no sistema eleitoral.** Ao contar os votos válidos, a AR teria 115 deputados em 2019. Como o povo quer, menos parlamentares, pois eles **parlam muito e fazem pouco.** Numa real democracia, equivalente para todos os partidos e candidatos, a distribuição seria proporcional ao total de votos obtidos. A distribuição pelos partidos teria sido:

ALIANÇA	0,81 %	1 assento
BE	10,01	11,5
CDS	4,44	5
CHEGA	1,35	1,5
INICIATIVA	1,35	1,5
LIVRE	1,14	1
PCTP	0,72	1
PAN	3,49	4
PCP	6,66	7,5
PSD	29,18	33,5
PS	38,20	44

Com informática é fácil ter 115 pessoas, algumas com meio voto, e somar 111,5 votos. Se não quiserem arredondar para uma proporção perfeita.

Quem decide a lista não devem ser os afiliados **daquela concelhia?** Na Suécia um eleitor candidata-se à CM com o apoio de 50 eleitores naquela CM; 1500 no País para a AR. Ele não depende do chefe do partido. Aqui, em **Lisboa, o NABO teve 56%!** Nalgumas CM o Presidente foi eleito por 20% dos eleitores. **Em Albufeira o autarca foi eleito por 13% dos eleitores. É DEMOCRÁTICO?** Os almoços/jantares e a publicidade são pagos pelas empresas amigas da corte. É democrático? Mais do que debates na TV e na Rádio, onde o eleitor não é ouvido, a democracia baseia-se num cara a cara, onde o/a candidato/a, pelo menos uma vez por semana, se confronta com os seus eleitores. O descrédito do sistema eleitoral, intransparências, escândalos, precariedade na saúde, lóbis, tudo tem contribuído para a saída de 8 mil milhões por ano em lucros das corporações, para paraísos fiscais. Nas CM resulta em **forte especulação imobiliária**, que agride os habitantes antigos. Há deficiência habitacional, planos urbanísticos alterados, com raras exceções. Não deve o vereador ser alguém que tem um trabalho normal? Vereador por apenas um mandato com um salário equivalente ao que desfruta? É para beneficiar os seus partidários, ou os concidadãos onde vive? Se quiser candidatar-se à presidência da CM, ótimo, ganhou experiência e eleitores. A sua devoção à causa pública é de um mandato. Depois é voltar à sua carreira e dar oportunidade a outro. **Os grandes partidos nada querem mudar.** É “o politicamente...”, não importa se justo. O eleitor, p. ex, o jovem,

Em Albufeira o autarca foi eleito por 13% dos eleitores. É democrático?... Na Suécia, um eleitor candidata-se à CM com apoio de 50 eleitores; 1500 para a AR. Ele não depende do chefe do partido

Nas autárquicas predomina o **mais do mesmo.** Não é absurdo um/a presidente de câmara ficar 12 anos seguidos? Quem não executa o seu programa em 8 não o faz em 12! Se o eleitor quiser, reelege mais tarde. Ou um político que reside noutro concelho candidatar-se a uma CM que não é a sua? É adequado o chefe de um partido envolver-se nas candidaturas autárquicas?

está farto com o mais do mesmo. Daí o brutal crescimento do Chega. Para mudar precisamos de **estadistas.** Mas os três que tivemos após o 25/Abril já morreram. Como disse no PRÓS E CONTRAS, **YES WE CAN: UMA TROIKA FEMININA! Adiciono, apoiada por Gouveia e Melo. Elas pensam/parlam, ele faz!**

Alemanha com crescimento lento

A Alemanha está a recuperar mais lentamente do que a maioria dos restantes Estados-Membros. O país deverá registar um crescimento duas vezes inferior ao da Zona Euro, este ano. As estimativas apontam para um aumento de apenas 2,5% do PIB, sobretudo devido ao problema do fornecimento de componentes, que está a limitar a retoma da indústria. No ano que vem, as coisas deverão voltar ao normal.

Europa promove sustentabilidade em países de baixo rendimento

A Comissão Europeia adotou uma proposta legislativa relativa ao novo Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) para o período 2024-2034. A Comissão propõe melhorar algumas das principais características do sistema, a fim de responder melhor à evolução das necessidades e dos desafios dos países beneficiários.

Inflação tende a voltar à normalidade no próximo ano

A inflação nos mercados desenvolvidos – que tem registado taxas pouco habituais – deverá voltar à normalidade, no próximo ano. “Os fatores deflacionistas fundamentais estão apenas debilitados, não desapareceram. O regresso a um cenário inflacionista como o de finais dos anos 70 ou início de 80 está muito distante”, refere a Crédito y Caución.

A previsão assenta num conjun-

to de fatores, como a insustentabilidade do significativo aumento do preço do petróleo, “perante a pressão dos países da OPEP e externos à organização para aumentar a produção”. Um outro aspeto é que o ânimo inicial dos consumidores para gastos elevados elevou os preços da restauração, da hotelaria e do lazer, mas os mesmos manter-se-ão elevados apenas temporariamente. Entretanto,

a indústria continua a enfrentar constrangimentos na cadeia de fornecimento. “Contudo, esses constrangimentos vão dissipar-se com o tempo, retirando pressão sobre a inflação”, adianta a Crédito y Caución. Finalmente, apesar de alguns constrangimentos em setores que estão a reabrir, a próxima retirada das ajudas vai gerar uma oferta de mão de obra que pressionará a redução dos salários.



ESTADOS DO SUL VÃO PRECISAR DE BASTANTE MAIS TEMPO

Países do Norte da Europa reduzem défices rapidamente

A Europa ainda não está numa situação de austeridade, mas os países do Norte do Velho Continente vão rapidamente reequilibrar as suas contas públicas. Em contrapartida, os estados do Sul vão precisar de mais tempo para reduzirem os respetivos défices. Por sua vez, existe consenso quanto à necessidade de não retirar os apoios públicos demasiado rapidamente.

A Comissão Europeia surgiu na linha da frente a afirmar que não se podem cometer os erros do passado e que retirar os apoios à economia real seria travar o crescimento económico. Também a OCDE defende que, enquanto a retoma não for efetiva, haverá que manter os estímulos. Mas há diferenças, como sempre, no seio da União Europeia, designadamente quanto à situação das finanças públicas, o endividamento e o ritmo a que decorre a recuperação.

Os países de Sul foram mais duramente penalizados pela pandemia, para além de já terem entrado na crise sanitária com níveis de endividamento elevados. Nestes casos, os Estados-Membros pretendem manter os apoios à economia e contam com o plano europeu de recuperação e resiliência.

Um exemplo típico é o da Holanda. As coisas estão de tal maneira bem que o país ainda não sabe se vai aceitar o plano europeu de relançamento. Em todos estes países, a tendência é claramente para taxas de desemprego injeavelmente baixas. Há que não esquecer que a redução dos défices está intimamente ligada à melhoria das condições económicas.

Agenda Jurídica

2022

JÁ DISPONÍVEL!

-10%
até 31 de outubro

● CASTANHO ● AZUL TURQUESA ● ROSA ● VERMELHO ● CINZA ● BEGE

TAMBÉM DISPONÍVEL ONLINE NO ENDEREÇO
<http://livraria.vidaeconomica.pt>

VidaEconómica
R. Gonçalo Cristóvão,
14, r/c • 4000-263 PORTO
✉ encomendas@vidaeconomica.pt
☎ 223 399 400

Valores com IVA incluído. Descontos de quantidade não acumuláveis com outras campanhas ou promoções em vigor.
Encomendas de 3 a 10 Agendas – 10%. Encomendas superiores a 10 Agendas – 15%.
Em encomendas físicas de valor inferior a €20 acrescem despesas de envio de €3.

Versão / Preço / Cor	Preto	Azul	Bordeaux	Vermelho*	Turquesa*	Bege*	Castanho*
Tradicional = 19,50 €							
Classique = 20,90 €							
Bolso (Capa lisa) = 14,60 €							
Bolso (Capa croco) = 14,60 €							
Agenda Tradicional + Capa Prestigio = 29,40 €							
GAMA TRENDY	Cinza	Rosa	Gama Trendy apenas disponível em versão bolso				

* Disponível na versão tradicional e bolso

☐ Pago por transferência bancária para o IBAN PT50 0033 0000 4531 3889 1130 5 (é necessário enviar comprovativo)

☐ Solicito envio de referência de multibanco para o email

☐ Solicito o envio à cobrança (acrescem 5 € para despesas de expedição e cobrança)

☐ Para o efeito envio cheque/vale nº , s/ o , no valor de

ASSINATURA

☐ Autorizo que a Vida Económica Editorial S.A. trate e utilize os meus dados pessoais, constantes deste formulário, para efeito de ações de marketing e promoção de produtos, serviços, campanhas e eventos da Vida Económica Editorial S.A. Mais declaro ter sido informado que a qualquer momento poderei requerer o apagamento ou retificação dos meus dados pessoais, bem como opor-me a qualquer outra forma de tratamento desses dados, de acordo com a Política de Privacidade disponível em: <http://www.vidaeconomica.pt/politica-de-privacidade>

NEGÓCIOS E EMPRESAS

SIC E THU fazem parceria

A SIC – Sociedade Independente de Comunicação e a Trojan Horse was a Unicorn (THU) anunciaram uma parceria para potenciar em Portugal a indústria do entretenimento digital. No próximo ano, será criado um fundo de investimento de 10 milhões de euros, no sentido de apoiar projetos em “early-stage” de criadores da comunidade do THU, a ser implementados no nosso país.



PATRÍCIA DE JESUS MONTEIRO
Advogada e Fundadora da PJM
Advogados

Sobreendividamento em Portugal

No seguimento da panóplia de sobreendividados em Portugal e dos diversos pedidos de informação e de “socorro” dos mesmos tecemos alguns esclarecimentos que consideramos serem merecedores de atenção, devido à sua importância. Assim, importa assinalar algumas orientações específicas que, naturalmente, não dispensam aconselhamento para o caso concreto. Deste modo, nesta data, encontram-se generalizados os casos seguintes:

- Incumprimento ao Estado: Fiscais (IRC, IRS, IMI, IUC, IVA, IMT), Segurança Social ou outros organismos públicos;
- Endividamento perpetrado pela exploração de negócio próprio (trabalhador independente, empresário em nome individual ou empresa) ou relativamente a créditos celebrados, em nome pessoal, para aplicação no exercício de uma atividade profissional;
- Endividamento ativo (má gestão, endividamento que se dá por descontrolo e excesso de consumo, acumulação voluntária de créditos ou celebração de créditos para pagamentos de outros créditos, investimentos de risco,...);
- Processos de natureza judicial (ação executiva, penhoras, injunção, insolvência,...);
- Obrigações vencidas e não pagas entre particulares (ex.: arrendamento,...).

No atual contexto de pandemia, o recurso à consolidação de créditos, nomeadamente com a celebração de apenas um crédito para liquidação dos demais, pode ser uma excelente opção. Cumpre esclarecer que, em muitas situações, poderá assumir-se como uma operação favorável para reduzir a taxa de esforço da família, principalmente

perante créditos com juros elevados e, consequentemente, de maior custo a longo prazo (a título de ex.: cartões de crédito, contas-corrente, descobertos à ordem...). No entanto, apesar dos benefícios (redução da prestação mensal e prazo de reembolso mais alargado), o pedido de consolidação dos créditos pode não ser deferido, uma vez que esta operação depende dos seguintes requisitos, que deverão ser tidos em conta:

I. O registo de incidências negativas como “Entrada em incumprimento”, “Renegociação por incumprimento” ou “Vencido em litígio judicial”, na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, inibirá, em regra, o acesso a novos créditos;

II. A taxa de esforço, nomeadamente, os encargos fixos (prestações de crédito), sobre o orçamento do agregado familiar deverá ser inferior a 35% do mesmo;

III. Para as consolidações com garantia de hipoteca, dependendo do critério do banco, o empréstimo solicitado (ou montante em dívida a consolidar) juntamente com eventuais garantias ora existentes, não deverão ultrapassar 80% do valor atual de avaliação do imóvel;

IV. Uma situação de desemprego, naturalmente, agravará a avaliação do risco, assim como a situação profissional com contrato de trabalho a termo fixo ou incerto, trabalhador por conta própria (...), poderá ser considerado como um fator negativo nessa avaliação;

V. A possível exigência de garantias reais (ex.: imóvel) e/ou pessoais (ex.: fiadores/avalistas), perante a avaliação de risco efetuada pela entidade credora.

Nesta conformidade, sugere-se que o particular consulte as instituições de crédito (bancos e/ou sociedades financeiras), preferencialmente aquelas com quem preexiste uma relação comercial, no sentido de aferir quais os respetivos requisitos ou garantias exigidos para viabilizar a pretendida operação de consolidação de créditos. Informamos que, junto das entidades bancárias, a possibilidade de consolidação poderá ser mais favorável mediante existência de um bem imóvel, livre de ónus e encargos, para prestar como garantia hipotecária.

Porém, numa situação de incumprimento de crédito(s) ou perante uma situação de elevada taxa de esforço, a reestruturação conjunta de vários créditos pessoais e cartões através de uma operação de consolidação pode não se afigurar viável.

Por outro lado, no âmbito da renegociação individual de cada um dos contratos e de forma a confirmar a recetividade dos credores nesse sentido, como primeiro passo, os particulares endividados deverão recorrer ao Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de outubro. Este instrumento

legal consagra que os titulares dos contratos de crédito (clientes bancários) podem solicitar junto dos credores a respetiva integração no PARI (situações de créditos regularizados) ou no PERSI (situações de créditos em incumprimento).

Esta integração consiste no cumprimento de uma exigência legal imposta aos credores, para que possam proceder à avaliação da capacidade financeira dos titulares e, eventualmente, apresentarem propostas adequadas à sua situação económica, se assim considerarem viável.

Apesar da existência de institutos como o PARI ou PERSI, a reestruturação efetiva de um contrato de crédito acaba por depender sempre da vontade expressa das instituições de crédito, encontrando-se condicionada à liberdade negocial e poder discricionário das mesmas, que avocam o direito de análise e decisão nesta matéria.

A título de exemplo: para os créditos pessoais e automóvel, o titular tentará renegociar junto dos respetivos credores, uma eventual redução da prestação através do prolongamento do prazo de reembolso para um máximo entre 84 e 120 meses; no caso do contrato, estar já definido com prazo máximo ou tenha sido celebrado recentemente (menos de um ano) ou tenha sido alvo de uma renegociação anterior, perspectiva-se que o credor venha a recusar a renegociação considerando que o contrato já se encontra em condições limitativas.

No que concerne à renegociação de cartões de crédito, um recurso possível consiste na reestruturação do valor em dívida em crédito pessoal, definindo-se uma prestação fixa, sucessiva e mensal, com redução da respetiva taxa de juro. Por exemplo, para tentar negociar um plano de pagamentos para um cartão de crédito, o titular poderá formular propostas com base na proporção de entre 70 e 120€ de prestações mensais por cada cerca de cinco mil euros de dívida.

Não desvalorizando a análise da situação do caso concreto de cada particular, é possível verificarmos que a maioria dos valores das prestações mensais, estão em regra, já à medida do valor em dívida, não sendo, regra geral, possível, pacificamente, obter uma maior redução da taxa de esforço através de eventuais renegociações individuais de cada um dos contratos. Assim sendo, sugere-se sempre o envio de missiva com exposição sucinta da situação individual e concreta de cada sujeito para cada instituição a renegociar os respetivos contratos.

Por todo o supra exposto e com a frustração da inviabilidade da consolidação e/ou renegociação dos respetivos créditos, a situação económica difícil de cada indivíduo torna-se mais



Os clientes bancários podem solicitar a integração no PARI ou no PERSI



complicada, com obrigações vencidas e não pagas a aumentar. Sugerimos que, para tentar prevenir as ações executivas que, eventualmente, ocorram, existem as seguintes possíveis opções: obter financiamento junto de amigos e liquidação de património, a fim de amortizar ou liquidar integralmente o passivo existente.

Não sendo possível nenhuma das opções supra apresentadas, em último “ratio”, o recurso será declarar insolvência singular, a fim de obter a exoneração do passivo restante. Este mecanismo legal inserido no CIRE, a exoneração, não abrange dívidas de pensões de alimentos, multas, coimas, contraordenações, nem obrigações à Autoridade Tributária ou Segurança Social.

Aproveitamos para, ao nível jurisprudencial, dar a conhecer a posição do recente Acórdão do Tribunal Constitucional 418/2021 que declara, com força obrigatória geral, a inconstitucionalidade da norma constante do n.º 4 do artigo 248.º do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, na parte em que impede a obtenção do apoio judiciário, na modalidade de dispensa do pagamento da taxa de justiça e demais encargos com o processo, aos devedores que, tendo obtido a exoneração do passivo restante e cuja massa insolvente e o rendimento disponível foram insuficientes para o pagamento integral das custas e encargos do processo de exoneração, sem consideração pela sua concreta situação económica.

Cumpre-nos sugerir que, perante uma situação de incumprimento de créditos, o particular deve assumir a sua situação em concreto e sobre ela informar as respetivas entidades, de modo a encontrar-se a melhor solução possível. A omissão ou a fuga aos incumprimentos é desaconselhada, podendo, em algumas situações, conduzir a situações mais complexas.



Liquidação de património pode evitar as ações executivas



Glintt aumenta lucro em 55%

A Glintt obteve um resultado líquido de 1,388 milhões de euros, no primeiro semestre, o que se traduziu num aumento de quase 55%, face a igual período do passado. O EBITDA ascendeu a cerca de 7,9 milhões de euros, num acréscimo de 31,2%, em termos homólogos, reflexo da melhoria da eficiência operacional. A empresa implementou medidas de contenção e de controlo de custos, refere em comunicado.

PRR financia bioeconomia sustentável

O Fundo Ambiental recebeu quatro candidaturas para a constituição de consórcios nos setores têxtil, vestuário, calçado e resina natural, envolvendo cerca de 200 parceiros, no âmbito do aviso “Promoção da Bioeconomia Sustentável”. O apelo à constituição de consórcios para investimento em inovação e produção ecologicamente sustentável, prevê 71 milhões de euros destinados a têxtil e vestuário, 41 milhões para a fileira do calçado e 17,5 milhões em relação à resina natural.



BRUNO MIGUEL VIEIRA
Coordenador da Pós-Graduação
em Digital Marketing Strategy
Coordenador do Curso Técnico Superior
Profissional Gestão de Marketing Digital

Fluência digital, uma competência transversal essencial dos novos tempos

Talvez não tenhamos vivenciado até então um melhor enquadramento para a afirmação muito propalada e sobejamente conhecida “novos tempos trazem novos desafios”. Os tempos vividos recentemente foram (e continuam a ser) abundantes em desafios de cariz público, humanitário e, por arrastamento, de cariz económico, com consequências sociais potencialmente devastadoras. As medidas de apoio às empresas determinadas pelos governantes em todo o mundo e a forte resiliência manifestada pela sociedade em geral, com particular destaque para o tecido empresarial, evidenciam a enorme capacidade de adaptação do ser humano às mudanças. Se é verdade que os novos desafios vêm com os novos tempos, é também verdade que de cada vez que vencemos uma batalha estamos certamente mais preparados para encarar a batalha seguinte. A guerra contra a covid-19 e o contexto pandémico atual têm vindo a apresentar-se como um conjunto de batalhas que estão a ser travadas em várias frentes. Enquanto as entidades de saúde pública estão a fazer o seu trabalho para conter a propagação e os efeitos potencialmente nefastos do vírus, as empresas adotam comportamentos para fazer frente às consequências inerentes às medidas de contenção adotadas. Para responder aos efeitos colaterais provocados essencialmente pelos dois confinamentos gerais decretados pelo Governo português, as empresas apostaram numa imersão efetiva aos meios digitais, no entanto, esta aposta expôs todas as debilidades latentes no tecido empresarial em Portugal neste âmbito. Os novos tempos exigiram uma mudança de postura por parte das empresas em todo o mundo no que respeita aos meios digitais, sendo atualmente encarado este canal como indispensável e não como acessório, como era visto anteriormente. Esta mudança de paradigma a montante apresenta desafios imediatos, exigindo preparação e adaptação de todos os elementos integrantes das empresas para darem uma resposta cabal às emergentes necessidades identificadas. É essencial que os recursos humanos apresentem aptidões tecnológicas e fluência digital, para que o processo de transformação e aceleração das empresas neste

âmbito decorra com eficácia e sem solavancos. Indubitavelmente vivemos uma época em que a literacia, numeracia e competência digitais são aptidões obrigatórias e essenciais em toda a sociedade, devendo ser encaradas como um “skill” transversal a

todas as áreas de negócio e que terão de ser consideradas em todo o desenho empresarial. Exige-se, portanto, uma mudança de “mindset” nas empresas para que apostem de forma efetiva e imediata na formação de todos os seus colaboradores nesta área. Se

se pretende uma transformação e aceleração digital, esta não deve ser feita apenas no departamento que dinamiza esta área, mas na empresa como um todo. Se no mesmo barco não remarem todos para o mesmo lado e ao mesmo ritmo, será mais difícil

chegar a bom porto. Em termos individuais, ninguém deve descurar a sua formação no digital, pois esta é e será cada vez mais uma competência transversal valorizada pelas empresas na hora de recrutar. Fluência digital, precisa-se!

PUB

12 outubro 9h00-18h00

A Segurança, higiene e saúde do trabalho como papel preponderante na gestão estratégica dos recursos humanos em qualquer organização, na medida em que, toda a atividade laboral comporta riscos. A análise, a gestão e o controlo dos riscos, associados ao ambiente de trabalho e as medidas de prevenção e proteção da saúde, constituem, um direito do trabalhador

FORMADOR

Mestre João Vilas Boas Sousa

Advogado com Mestrado em Direito do Trabalho; Gestor de Recursos Humanos com Pós-Graduação em Gestão de R.H. e Formador com CPP

PREÇOS
Público Geral: €98*
Assinantes: €77*
* Acresce IVA a taxa em vigor

O Direito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

PROGRAMA

1. Introdução ao direito da segurança e saúde no trabalho
2. As fontes de direito no trabalho e enquadramento contratual das relações laborais
3. Regime jurídico da segurança e saúde no trabalho
4. Regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais
5. Higiene do trabalho e riscos profissionais e equipamentos de proteção e sinalização de segurança
6. Responsabilidades pelo incumprimento de normas SHST: A responsabilidade disciplinar, a responsabilidade criminal, a responsabilidade civil, a responsabilidade contraordenacional

Informações/Inscrições Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA.
Rua Gonçalo Cristóvão, 14 R/C 4000-263 Porto | ☎ 223 399 427/00 | Email: anabessa@vidaeconomica.pt | www.vebs.pt



JOSÉ ANTÓNIO DE SOUSA
Economista, Gestor e Investidor

Confissões de um não penitente a reboque do novo livro de Thomas #Piketty

Um amigo próximo viu-me a ler com fruição e concentração o novo livro do Thomas #Piketty, com o sugestivo e panfletário título “Pelo Socialismo”, e disse-me que para ele era muito difícil enquadrar-me politicamente (vivemos num mundo de caixinhas, cada vez mais...). Ele já me teria visto defender pontos de vista coincidentes com a área de influência ideológica do PS, do PSD, da CDU, da IL, do CDS e até do PAN! Isso deixava-o confuso, e muitas vezes perplexo, sem saber como me etiquetar! Antes de lhe responder, disse-lhe que dificilmente me veria identificar-me com posições do Chega ou do BE (jamais, como diria o Lino), porque são partidos puramente oportunistas, que cavalgam franjas marginais de descontentamento. Acredito que em relação a ambos se confirme uma variação da Lei de Pareto, ou seja, ainda que essas franjas não venham a representar nunca mais de 20% da população, conseguem impor aos 80% dos outros cidadãos a sua vontade, via geringonças várias, que acabam no fundo por ser muletas que lhes permitem sobreviver. Ali não há verdadeiramente ideologia séria, apenas respostas a anseios não atendidos de minorias confusas, tratando (e por vezes conseguindo) de impor a sua agenda muitas vezes idiota à esmagadora maioria dos cidadãos com sentido comum e equilibrados (na minha perspectiva, venham lá esses impropérios nas redes sociais...). Expliquei ao meu amigo que hoje em dia o debate ideológico anda arredado



Hoje em dia, defende-se o partido em que votamos como quem defende o clube de futebol de que somos adeptos, e não pelas ideias e propostas ideologicamente sustentadas, tendentes a construir o modelo de sociedade que o partido defende



dos partidos políticos. Freitas do Amaral e Basílio Horta começaram na ala mais à direita do CDS e acabaram no PS, que me lembre sem passar pelo PSD. Nesta campanha das autárquicas temos malta que já militou e ocupou cargos políticos no PC / CDU a passar-se diretamente, com armas e bagagens, para o Chega! O espírito ideológico firme e pioneiro de Álvaro Cunhal deve estar a explodir de indignação, onde quer que se encontre. O meu também estaria, pelo que estes movimentos traduzem relativamente ao miserável carácter oportunista dos saltitantes. Os partidos adotam hoje, em termos puramente oportunistas, temas de análise, discussão e de troca de ideias escolhidos muitas vezes só e apenas para satisfazer audiências, e não para realmente dissecar o que é melhor para o coletivo (os 100% dos cidadãos, sabendo-se que haverá sempre descontentes).

Dei-lhe um exemplo. Perguntei se achava que em termos ideológicos o PS de Mário Soares era o mesmo PS de Sócrates (!), ou de António Costa... Ou se o PSD de Cavaco Silva era, em termos puramente ideológicos, o mesmo do Durão Barroso de triste memória (sabujice na invasão do Iraque), ou de Santana Lopes, o menino guerreiro de ainda pior memória...

Ele teve que admitir que não, de jeito nenhum. Portanto, hoje em dia, defende-se o partido em que votamos como quem defende o clube de futebol de que somos adeptos, e não pelas ideias e propostas ideologicamente sustentadas, tendentes a construir o modelo de sociedade que o partido defende. Se assim fosse, esse modelo de sociedade, e as ações concretas para lá chegar, coincidiria com a prática política daqueles três líderes do PS, ou do PSD, e a verdade é que não foram nunca coincidentes. Até porque hoje nos partidos do antigamente chamado “bloco central” (PS, PSD e CDS, este último em extinção acelerada, por traição à sua matriz ideológica), coexistem internamente sob o mesmo teto as alas esquerda, moderada e de direita. Quando o líder é forte, como António Costa, os gatos ficam “quedos” e arranham-se dentro do saco, quando o líder é bonzinho, como o Tozé Seguro de que já ninguém se lembra, os Cavaleiros do Apocalipse internos rapidamente lhe cortam a cabeça. Eu expliquei ao meu amigo que nunca consegui fazer-me sócio efetivo de um clube, muito menos militante de um partido, porque o modelo de seguimento e filiação exige fidelidade e obediência absolutas e cegas (só é bom o que emana do nosso partido, só é penáti quando somos nós os prejudicados). No partido do outro, ou no clube do lado de lá da Segunda Circular, não há nada de nada que seja digno de registo, de louvar, muito menos de adotar. Essa intolerância matou o verdadeiro debate ideológico e transformou os seguidores do partido (clube) A, B,

C em rebanhos de carneiros de raça pura, Charollais, Shetland, Caracul, Romanov... quando aquilo que está provado é que os mais resilientes são os que resultam de cruzamentos de raças! Tal como disse ao meu amigo, como penso pela minha cabeça, devo ser rafeiro, produto de um estranho cruzamento de raças... Portanto, discordo visceralmente de muitas das propostas utópicas de Piketty, como a aplicação de taxas de tributação da ordem dos 80 a 90% aos rendimentos, sucessões e patrimónios mais altos, o que tendencialmente nos conduziria à utopia marxista “de cada qual segundo a sua capacidade, a cada qual segundo as suas necessidades”, passando a sustentar parasitas com dinheiro espoliado a quem trabalhou no duro.

Piketty escreve no prefácio “Nascido em 1971, pertenço a uma geração que não teve tempo para ser tentada pelo comunismo e se tornou adulta observando o falhanço total do sovietismo. Como muitos, fui mais liberal do que socialista nos anos 1990, orgulhoso como um pavão das minhas observações judiciosas, desconfiando dos mais velhos e de todas as nostalgias, e não suportando aqueles que, decididamente, se recusavam a ver que a economia de mercado e a propriedade privada faziam parte da solução. Só que, 30 anos depois, em 2020, o hipercapitalismo foi demasiado longe, e agora estou convencido de que devemos pensar numa nova superação do capitalismo, uma nova forma de socialismo participativo e descentralizado, federal e democrático, ecológico, miscigenado e feminista”. A primeira reação de muitos será certamente de perplexidade, e de querer mandar o Piketty experimentar o seu modelo no Afeganistão ou na Coreia do Norte, de onde certamente nunca voltaria, deixando-nos em paz na Europa, onde já estamos a ficar cansados de experimentalismo societário idiota.

Mas também nos deixa perplexos o trajeto de Piketty. O “normal” é os jovens europeus, com a vida segura e abundante do pós-guerra, o desprendimento e generosidade inerentes à faixa etária, serem mais permeáveis ao apelo sedutor da esquerda, “evoluindo” depois à medida que progridem na vida (os que o fazem) para posições ideológicas mais conservadoras, não necessariamente de direita.

Piketty faz o caminho inverso, num momento em que os próprios “über-capitalistas” americanos já andam a criar movimentos para distribuir a riqueza pornográfica e absurda que muitos deles acumularam.

Portanto, existe um forte desejo de mudança, quer nos ideólogos da esquerda moderna, ou seja, aqueles que não veem o modelo soviético, chinês, coreano e muito menos cubano ou venezuelano como uma panaceia, e preconizam sim uma sociedade mais justa, com mecanismos que



Aos partidos políticos recomendo vivamente que façam profundas abluções internas para limpar a endogamia



permitam distribuir a riqueza com mais equidade, quer nos ideólogos do “über-capitalismo”, que chegaram à conclusão de que levaram o sistema longe de mais. Os pontos de partida são diferentes, a justiça social na esquerda, a consciência da necessidade de mudança, para poder preservar o sistema capitalista, na direita, e o diabo está nos detalhes, ou seja, o como chegar lá.

Está claro que terá de nascer um debate ideológico entre ambas as forças em causa, e acredito que será uma época fascinante para os que puderem, quiserem e souberem participar construtivamente, sem os dogmas ideológicos do passado, que hoje não fazem qualquer sentido.

A grande questão é saber se este debate encontra nos partidos políticos, radicalizados e endogâmicos, gente à altura de o conduzir, não só em Portugal, mas no resto do mundo também.

Aos partidos políticos recomendo vivamente que façam profundas abluções internas para limpar a endogamia. Pois, como sabemos, o resultado da endogamia é o aumento da homozigose, que provoca perda de vigor inexoravelmente ...

Quanto ao meu amigo, vai continuar certamente a olhar para mim com perplexidade, porque nunca se consegue etiquetar um livre-pensador. Continuarei a apoiar projetos e ideias provenientes de pessoas que pensem com integridade e honestidade no bem comum, independentemente de onde venham, com as duas exceções oportunistas mencionadas. E estarei atento (e participativo) no debate ideológico que a esquerda travar para humanizar o capitalismo selvagem, não porque espere ainda beneficiar do Nirvana que daí possa resultar (o meu horizonte de vida é bastante reduzido), mas para contribuir para criar um mundo melhor para as minhas filhotas, filhas de rafeiro, mas com ideias próprias e bem estruturadas também! “So help me God!”

Infraestruturas de Portugal atenua perdas

A Infraestruturas de Portugal registou um resultado líquido negativo de 39 milhões de euros, no primeiro semestre, o que compara com os 49 milhões negativos de igual período do ano passado. O EBITDA aumentou de 200 para 205 milhões de euros. O volume de negócios também cresceu de 473 para 479 milhões de euros. Já os gastos operacionais agravaram-se em 15 milhões de euros, para cerca de 475 milhões.

JLL e Gordon Brothers fazem aliança estratégica

A Gordon Brothers, empresa de consultoria, reestruturação e investimento, e a Jones Lang LaSalle (JLL), empresa de serviços imobiliários, formaram uma aliança estratégica para oferecer serviços integrados a empresas que operam em Espanha e Portugal e que estão a passar por situações de mudança. A aliança ibérica abrange os setores de retalho e industrial, ambos com potencial para maximizar o valor de uma empresa em processos de transformação.

Sidónios Malhas e SISTRADE fazem parceria na área da produção

A Sidónios Malhas é uma empresa de referência a nível nacional no que toca a malhas em teares circulares. Há cerca de uma década, foi iniciada a internacionalização, a empresa tem crescido de forma continuada e foi sentida a necessidade de aumentar a eficácia a nível produtivo. A SISTRADE foi escolhida para dar esse apoio necessário, como referiu à “Vida Económica” Alexandre Silva Sidónio, diretor da

Sidónios Malhas. “A SISTRADE apanhou-nos a meio de um processo de alteração do ERP. Os seus responsáveis fizeram uma apresentação do potencial dos seus programas, tendo captado o interesse da Sidónios Malhas, em especial no que se referia à parte industrial. De ambas as partes houve a perceção de que havia um forte potencial para estabelecer uma parceria, o que acabou por vir a

acontecer”, de acordo com Alexandre Silva Sidónio. Neste momento, está a decorrer a implementação do programa, estando para breve a sua conclusão. Um dos aspetos importante é que a SISTRADE se revelou muito forte na área da produção, ainda que o setor têxtil apresente uma elevada complexidade.

Um bom programa de produção

Com efeito, a indústria têxtil envolve toda uma série de complexidades, desde logo há um elevado produto em stock, quer de matéria-prima quer de produto acabado. O desenvolvimento das amostras também levanta dificuldades. “Tudo isto implica um bom programa de produção. Todos os dias muda o planeamento e é precioso ter uma boa ferramenta, um bom apoio na área informática.” A resposta que tem sido dada pela SISTRADE a toda uma série de exigências satisfaz o responsável da Sidónios Malhas, tendo em conta que os resultados



Alexandre Silva Sidónio admite que o investimento na SISTRADE representa um retorno garantido.

positivos já se fazem sentir.

Para o empresário, as soluções disponibilizadas pela SISTRADE, em termos de indústria, estão alinhadas com as necessidades futuras da Sidónios Malhas. “O que se passa é que se está a optar o máximo possível pela automatização, sem dar azo a erros.” Neste contexto, mostra-se satisfeito com a empresa de novas tecnologias, não só no que respeita ao produto selecionado, mas tam-

bém com a equipa que dá todo o apoio necessário à implementação do programa. “As pessoas gostam de entender a área em si e este é um investimento com retorno garantido. O programa vai permitir que os colaboradores orientem a sua atividade para outras áreas essenciais ao bom funcionamento da empresa, até porque a burocracia também é substancialmente reduzida”, concluiu Alexandre Silva Sidónio.

Há uma década a vender para o exterior

A Sidónios Malhas é uma empresa do setor têxtil fundada na década de oitenta. A sua principal atividade é a produção de tecidos de malhas em teares circulares e, nos últimos 10 anos, tem sido feita uma forte aposta na internacionalização. Localizada em Barcelos, a empresa ocupa uma área de cerca de 18 mil m2, dos quais 12 mil cobrem um parque de máquinas composto por 70 teares circulares. Desde a sua criação, a Sidónios Malhas tem crescido sucessivamente, quer em volume de negócios quer em relação às instalações e ao quadro de pessoal. Considera fundamental garantir a adoção de uma atitude de compromisso com a prevenção de erros, que as atividades se desenvolvam com respeito pelos requisitos aplicáveis, assegurando a melhoria contínua de processos e que os produtos e serviços – estando disponíveis a preços competitivos – sejam rentáveis.

Legal
Imobiliário
GABINETE DE ADVOGADO

MARIA DOS ANJOS GUERRA
ADVOGADA
marianjosguerra-3012p@adv.ao.pt

ARRENDAMENTO URBANO

Coeficiente de atualização das rendas para 2022

DEVOLUÇÃO DA CARTA ENVIADA PARA ATUALIZAÇÃO DA RENDA

Pretendo atualizar a renda de uma casa que estava arrendada desde 2009 quando, recentemente, a herdei dos meus pais e depois de ter lido o artigo publicado nesta coluna sobre o assunto, gostaria de saber se já foi publicado o coeficiente para atualização de rendas em 2022. De acordo com o que li no referido artigo, para atualizar da renda, deve-se enviar uma carta, mas receio que o inquilino não a receba porque quando tentei informar que eu era o novo senhorio a carta que, para o efeito, enviei foi-lhe devolvida. Como deve-se fazer se a carta que enviar para atualizar a renda também me for devolvida?

O NRAU (Novo Regime do Arrendamento Urbano) dispõe que, se as partes não estipularem contratualmente regime diverso para a atualização da renda, ela será atualizável de acordo com um coeficiente fixado anualmente, pelo Instituto Nacional de Estatística que o faz publicar no Diário da República, até 30 de outubro de cada ano, depois de o apurar, atendendo à totalidade de variação de preços ao consumidor, sem habitação, correspondente aos últimos 12 meses e para os quais existam valores disponíveis à data de 31 de agosto. Pelo exposto, se o contrato de arrendamento em questão nada refere que impeça a atualização da renda e se esta não é feita há mais de um ano, tudo indica que o leitor

poderá formalizá-la. Isto porque, depois de o INE ter apurado o referido coeficiente, em 23.09.2021, foi publicado, na 2.ª Série do Diário da República, o Aviso n.º 17989/2021, que fixou, para a atualização dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural, para vigorar no ano civil de 2022, o coeficiente de 1,0043. Para que o arrendatário fique obrigado a proceder ao pagamento da atualização da renda, efetivamente, o leitor deverá comunicar-lhe por escrito, com a antecedência mínima de trinta dias, o novo montante da renda a pagar, o referido coeficiente e outros fatores relevantes para o seu cálculo, arredondando o resultado pela

unidade de cêntimo imediatamente superior. No caso de a referida carta ser devolvida, o leitor deverá verificar qual o motivo da devolução indicado na mesma. Isto porque, se a carta for devolvida por o arrendatário se ter recusado a recebê-la, a comunicação considera-se realizada, mas se for devolvida por não ter sido levantada no prazo previsto para o efeito, de acordo com alterações legislativas de 2017, o senhorio deverá enviar nova carta registada com aviso de receção, decorridos que sejam 30 a 60 dias sobre a data do envio da primeira carta. Mais se informa que, ainda que a nova carta volte a ser devolvida, a comunicação considera-se recebida no 10.º dia posterior à data do último envio.

nomore

Há 17 anos a criar relações fortes.

NEGÓCIOS E EMPRESAS

Coviran abre supermercado na Amadora

Foi na freguesia de Mina de Água, no município da Amadora, que um novo supermercado Coviran abriu portas, de forma a servir a população daquela região com um serviço personalizado e de proximidade.

Programa “Relança-te” abre candidaturas

Está aberta a fase de candidaturas para a 3.ª edição do programa “Relança-te”, da Escola de Impacto, dirigida a pessoas afetadas pela Covid-19. Este programa de empreendedorismo e inovação social é fruto da parceria Fundação Ageas/Impact Hub Lisbon.



RICARDO MORGADO, COFUNDADOR DA THE LOOP CO., LAMENTA

Legislação restringe potencial da economia circular

A The Loop Co. está numa área que ainda suscita algumas dúvidas aos consumidores, os quais mostram receios quanto aos produtos em segunda mão. Por outro lado, a própria legislação restringe muito do potencial da economia circular. A boa notícia é que o público está cada vez mais receptivo a este tipo de economia, pelo que a margem de crescimento é bastante ampla, referiu Ricardo Morgado, cofundador da empresa, em entrevista à “Vida Económica”.

Vida Económica - Como opera a The Loop Co. no mercado?

Ricardo Morgado - A The Loop Co é uma startup tecnológica que opera no mercado da economia circular, responsável por diferentes plataformas de reutilização, sendo que todos os produtos que vendemos passam por um processo de certificação interna, para que possamos garantir a sua qualidade. Neste sentido, somos uma empresa que procura não só proteger o ambiente como também ajudar as famílias portuguesas a terem acesso a opções de consumo de qualidade mais acessíveis e sustentáveis. Em 2017, lançámos o primeiro projeto, Book in Loop, destinado à compra e vendas de manuais escolares em segunda mão. Já no início de 2019, investimos num novo mercado – o da puericultura – e lançámos a BabyLoop. Além das nossas plataformas, que são como “tubos de ensaio”, onde experimentamos pela primeira vez muitas das ferramentas e processos que utilizamos noutros produtos, temos o LoopOS – Loop Operating System, o nosso sistema orientado a outros negócios (business to business) que permite ligar operações circulares como um serviço (“as a service”) de outras marcas e retalhistas.

VE - Já existe uma concorrência considerável no vosso setor de atividade?

RM - Hoje em dia, com a sustentabilidade a ser uma tendência cada vez maior, existem mais plataformas dedicadas à revenda de produtos do que em 2017. Ape-



O responsável da The Loop Co. admite que existe um número crescente de plataformas dedicadas à revenda de produtos, tendo em conta a sustentabilidade.

sar disto, destacamo-nos, pois operamos em setores especializados como a puericultura e a educação, e temos ainda um processo de certificação de bens que garante a satisfação do cliente através da qualidade. Na verdade, tendo em conta o estado do nosso planeta, mais iniciativas dedicadas a aumentar a oferta da economia circular em Portugal são sempre bem-vindas.

Com a sustentabilidade a ser uma tendência cada vez maior, existem mais plataformas dedicadas à revenda de produtos

VE - Quais os principais problemas que se colocam à empresa?

RM - Um dos maiores desafios neste setor é, sem dúvida, o receio do público perante o consumo em segun-

da mão. Apesar de termos todo um processo de certificação dos produtos bastante complexo, existe ainda um estereótipo associado à revenda de bens. Para além disto, em Portugal a legislação restringe muito do potencial da economia circular, nomeadamente nos processos de classificação de bens, que são bastante demorados.

Aposta no B2B**VE - Qual a estratégia definida pela empresa para os próximos tempos?**

RM - O principal objetivo é operarmos cada vez mais no segmento B2B. Ou seja, a Book in Loop e a BabyLoop utilizam o LoopOS – o sistema operativo da economia circular. Este reúne um conjunto de sistemas e de centros logísticos que permitem circular qualquer tipo de produto. Estamos a ver que as grandes marcas, o grande consumo, procuram cada vez mais ter esses canais circulares (seja revenda ou renting) nas suas cadeias. Este sistema permite acrescentar benefícios à venda de um produto, por exemplo, quando uma marca vende uma bicicleta a um cliente com a opção de mais tarde poder voltar a entregá-la e recuperar parte do investimento. Com um processo de recondição eficaz, a marca consegue vender mais do que uma vez o mesmo produto, aumentando as suas margens.

Um dos maiores desafios neste setor é o receio do público perante o consumo em segunda mão.

Ora o LoopOS permite acelerar a criação destes canais e queremos, desde já, ser os parceiros das marcas e retalhistas para a economia circular. Para isso contamos já com dois centros logísticos próprios dedicados à economia circular.

VE - Considera que o mercado português está sensível à economia circular?

RM - Sem dúvida. Por exemplo, desde o início da atuação da Book in Loop, em 2016, o feedback tem sido muito positivo e a adesão dos consumidores ao projeto é a prova: nestes cinco anos, já demos uma nova vida a 300 mil livros e ajudámos famílias a pouparem mais de três milhões de euros. Seja pela preocupação ambiental, seja pela quantidade significativa de dinheiro que podem poupar, as famílias estão cada vez mais dispostas a comprarem produtos em segunda mão. Os benefícios são enormes, pois ao aderirem à economia circular estão a expandir o ciclo de vida dos produtos, a poupar o meio ambiente e, ainda, a poupar a sua carteira. Existe alguma reticência por parte de uma geração mais velha, mas a tendência é que comecem também, pouco a pouco, a aderir a esta revolução “green” da economia. Por sua vez, a legislação e a falta de incentivos são, atualmente, um grande entrave à economia circular no país. Ainda temos um longo caminho a percorrer neste aspeto.

VE - Tencionam ir para outros mercados?

RM - Sim. Vamos ainda em 2021 começar a expedir para Espanha na BabyLoop, por exemplo. Além disso, muitas das “leads” que temos no LoopOS são de empresas espanholas ou com cobertura ibérica.

Também por isso, o nosso maior centro logístico de economia circular, que estamos a ultimar, está situado na Guarda, junto à fronteira com Espanha.

VE - Vão diversificar a vossa atividade?

RM - Sem dúvida, a economia circular é um comboio que queremos sempre apanhar. A velocidade acelera todos os dias, mas não temos intenção de o perder. Neste sentido, vamos diversificar a nossa atividade em outros mercados, seja nas nossas plataformas B2C – como a revenda

de calculadoras, ainda este ano, e de livros universitários, no caso de Book in Loop. Mas também vamos continuar a apostar e a diversificar os nossos serviços tecnológicos (LoopOS) e logísticos para conseguirmos operar em mais gamas e mercados.



SELMA B. PENA, MANUELA RAPOSO MAGALHÃES
Doutoradas em Arquitetura Paisagista, professoras do Instituto Superior de Agronomia e Investigadoras do Centro de Investigação em Agronomia, Alimentos, Ambiente e Paisagem (LEAF)

Narrativa à volta da criação de uma mata mista

Imagine que planta e/ou semeia uma mata mista de várias espécies nativas e arqueófitas, dependendo da aptidão ecológica da zona, recupera ou melhora as galerias ripícolas, enquanto se mantém ou estimula a agricultura nos fundos de vale, estreitos ou alargados e, até aos declives de 12%, a vinha, o olival, o castanheiro de fruto e outros pomares. Que, se houver regeneração natural de alguma espécie nativa ou arqueófitas, gere essas áreas de modo a proteger e valorizar essa regeneração. Para proteger o solo da erosão, semeia prado biodiverso, grande retentor de carbono, melhorador do solo e que dará flores que alimentarão as abelhas. Daí a 5 anos já tem árvores jovens com pelo menos 3 m de altura e arbustos, como o medronheiro, o pilriteiro, o folhado, a murta, etc... Alguns cogumelos micorrízicos começam a surgir e a poder ser apanhados, desidratados e vendidos, passados 2-3 anos. Se tiver colocado algumas colmeias, pode começar a tirar mel, propolis, pólen, cera, geleia real e mesmo veneno de abelha, este último muito valorizado pela indústria farmacêutica. A passarada já está presente, para seu grande prazer

e a cumprir as tarefas ecológicas, nomeadamente a de disseminadores das várias espécies de plantas e a de comedores de insetos, mantendo o equilíbrio dos que se podem transformar em pragas. Os castanheiros para fruto já dão castanhas e os carvalhos dão bolota, cuja farinha começa a ser muito valorizada devido ao seu elevado valor alimentar e ausência de glúten. O caudal de água aumenta nos ribeiros e rios e a humidade existente no solo e nas plantas dificulta a progressão de incêndios. Por esta altura já pode caminhar prazerosamente nos caminhos previamente desenhados, prazer que vai aumentando de ano para ano, permitindo organizar turismo de natureza, “bird watching”, jornadas de sensibilização e educação. Ao fim de 10 anos, todos os produtos desta mata mista aumentaram em quantidade e diversidade e pode-se começar a reservar certas áreas restritas para o pastoreio de ovinos e caprinos, tarefa que pode ser acompanhada das tecnologias que permitem o controlo da circulação dos animais, sem a presença permanente do pastor. É natural que apareçam os javalis, as raposas, os saca-

-rabos, as perdizes e que a actividade cinegética associada ao controlo de populações excessivas (das espécies cinegéticas), decorrente da falta ou reduzida presença de predadores de topo em ecossistemas humanizados ou seminaturais, possa ser adicionada aos proventos desta mata. Repare que só passaram 10 anos, o tempo que, em média, corresponde ao ciclo do fogo nos pinhais e eucaliptais. Em vez de ter trabalhado para a incerteza, está a trabalhar para a construção de património de interesse coletivo. Por volta dos 35 anos pode tirar a cortiça amadia (a primeira). Mas, a partir de então, de 9 em 9 anos pode tirar a cortiça, produto extremamente valioso. Aos 50 anos pode começar a tirar alguns castanheiros para prancha, madeira muito valorizada, bem como alguns carvalhos como madeira nobre para várias utilizações de valor. Com a aplicação de uma silvicultura próxima da natureza pode obter rendimentos importantes da madeira, outros bens e serviços, de forma periódica cada 8 – 10 anos. Este modelo fortemente resistente ao fogo e capaz de conservar a água, o solo e a biodiversidade, precisa de

vontade política, financiamento e acompanhamento técnico e comercial de proximidade, interligado à Investigação, seja no plano ecológico, seja no económico e social, para se instalar. Empresas de promoção florestal que deem formação a técnicos profissionais de nível intermédio para a atividade concreta de instalar e manter esta mata mista e todas as atividades associadas. É natural que alguns optem por se manter nos sítios que ajudaram a recuperar e possam estender a sua atividade a outras áreas, alargando a reconstrução, funcionando como “animadores” desta ideia de transformação da paisagem, indispensável para alterar a situação catastrófica em que grande parte do País se encontra, em termos de risco de incêndios rurais, de desertificação ecológica e de despovoamento humano. O projeto SCAPEFIRE, coordenado por membros da equipa do Centro de Estudos em Centro de Investigação em Agronomia, Alimentos, Ambiente e Paisagem (LEAF) do Instituto Superior de Agronomia, propõe um modelo de ordenamento do território que visa a promoção deste tipo de transformação da paisagem.

PUB



11 outubro
14h30-17h00



Acabou o Teletrabalho Obrigatório. E agora?

Formadora

INÊS CABRAL FERREIRA,
advogada e associada principal na
Morais Leitão, Galvão Teles, Soares
da Silva & Associados

PREÇOS

Público Geral: €75*

Assinantes: €60*

* Acresce IVA a taxa em vigor

PROGRAMA

1 - Enquadramento atual

2 - Conceito de teletrabalho

3 - Quais as formalidades necessárias à sua adoção?

4 - Quais as prestações cujo pagamento é devido pelo empregador? Em especial, análise dos seguintes casos:

a) Subsídio de refeição b) Isenção de horário de trabalho c) Subsídio de turno d) Despesas de deslocação / transporte e) Viatura de serviço f) “Compensação” pelas despesas decorrentes do teletrabalho g) Quais os direitos e deveres do trabalhador?

5 - Acidentes de trabalho

6 - Os novos regimes “mistos”

7 - O futuro do teletrabalho

Informações/Inscrições Ana Bessa (Dep. Formação) | Vida Económica - Editorial SA.
Rua Gonçalo Cristóvão, 14 R/C 4000-263 Porto | ☎ 223 399 427/00
Email: anabessa@vidaeconomica.pt | www.vebs.pt

VIAGENS NA MINHA TERRA

O que vou comer?

O Bacalhau de Cura Amarela

A diversidade da gastronomia portuguesa, sendo o motivo principal da sua riqueza e robustez, é também o primeiro óbice quando a queremos internacionalizar ou tornar mais conhecida no mundo.

Um receituário tão rico que se suporta numa biodiversidade tão profusa e que incorpora as mil emigrações que fizemos, e o que trouxemos e misturámos ao longo de séculos, não é tão fácil de explicar como a pizza e massa italianas, por mais variações que estas apresentem.

E até num produto que não é do nosso mar e terra – o bacalhau – havíamos de inventar a forma de o secar e conservar para que este nos propiciasse cozinhá-lo de mil, e de mais uma, maneiras.

Pois bem, independentemente da receita, há várias formas de promover a seca ou a cura do bacalhau. Reza a história que os portugueses trocaram com os britânicos a proteção marítima no disputado Atlântico Norte em troca do acesso às salinas de Aveiro e ao know-how da conservação dos alimentos e, em especial, do pescado. Essa profusa rota do peixe desaguava assim com toda a assiduidade em Portugal, onde o bacalhau era posto numa salmoura e depois seco ao sol.

Hoje, já não se usa a secagem ao sol que pode incorporar impurezas e excessos de temperatura. O bacalhau, depois de passar na tina de sal em camadas por 1 a 3 meses, vai para o túnel de secagem durante 3 ou 4 dias.

Quando, no entanto, pretendemos uma preparação especial – a tal cura amarela, demolhamos ainda o bacalhau (apenas o qb) antes de o levar ao túnel de secagem. A oxidação transmite-lhe a cor amarela. E o bacalhau, normalmente já selecionado para o efeito, ganha em sabor palatino e em suavidade na textura.

A longa introdução serve para Vos explicar que, quando fui convocado para conhecer a **Cozinha do Frade em Rebordosa**, fui com a expectativa de provar o bacalhau de cura amarela da casa. Que não desmereceu, passando pela prova rigorosa de 3 bons “gourmets”. Bacalhau alto, lascudo, mais escuro no prato que o habitual, com uma textura untuosa e um sabor pronunciado e elegante.

Mas comecemos do princípio. A sala é acolhedora e familiar. A cena clerical na parede do restaurante transporta-nos para o tempo dos grandes pratos conventuais. Percebemos que o serviço é diligente e apurado.

Uma vista de olhos na lista e mais algumas perguntas e ficamos a saber que



Contactos:
A Cozinha do Frade
Morada: Rua Sobre Vale, 54, Rebordosa, Paredes
Telefone: 224 152 096
Facebook: @acozinhadofrade

aqui se servem umas tripas rigorosas e de apreciável aparato. O arroz de polvo seco e seus filetes é também um dos pratos icónicos do restaurante, bem como os filetes de pescada que beneficiam de especial recomendação. O arroz de pato à antiga, o bacalhau, claro está, e a vitela assada, são exemplos de uma cozinha genuína e regional que aposta na simplicidade e na autenticidade do produto.

Boa carta de vinhos. Fomos acompanhados pelo excelente produtor da Herdade da Rocha, com excelentes vinhos que cruzam o Douro e o Alentejo, duas das mais vibrantes regiões vitivinícolas portuguesas.

Sobremesas com o mesmo timbre familiar, com um soberbo leite-creme à cabeça.

E pronto, o nosso Norte é assim, cheio de boas surpresas como esta de poder-mos degustar este bacalhau especial... de cura amarela!



António de Souza-Cardoso
Presidente da AGAVI

agavi Associação Portuguesa para a Promoção da Gastronomia e Vinho, Produtos Regionais e Biodiversidade

O que vou beber?

Quebrar o gelo

Levar à mesa um vinho mistério e pô-lo à prova de amigos é algo que sempre me cativou.

Gosto de ouvir as ideias, as conjecturas e estapafúrdias lançadas ao ar, teses absurdas que muitas vezes acabam por dar mão à palmatória.

O vinho que hoje vos trago é uma autêntica rasteira para surpreender os amigos nestes encontros.

Decerto ninguém adivinhará do que se trata – um vinho de gelo.

Para se produzir um destes “Ice wines”, é necessário um terroir onde a videira encontre temperaturas baixas o suficiente para congelar.

As “uvas berlinde” são então vindimadas e esmagadas ainda congeladas. Um processo que

deixa a água para trás, extraindo um suco muito concentrado – um néctar de doçura singular, enorme frescura, equilíbrio, gulosos aromas e, claro, a um preço mais elevado.

Um bom “Ice Wine” pode ser comprado a partir de 30 euros, mas, com bom olho, encontramos sempre bons descontos. Foi o feliz acaso deste Fautor Ice Wine 2016, que tive oportunidade de abrir recentemente.

É um branco da Moldávia, da conhecida região de Valul lui Traian, e premiado com Ouro no Decanter 2018, Grande Ouro no Portugal Wine Trophy 2018, 2019 (considerado aqui um dos 10 melhores vinhos do concurso) e Grande Ouro no Berliner Wine Trophy 2018.

Se virem por aí esta garrafa, esguia e alta, já sabem. Quebrem o gelo e levem-na!



O que conhecer?

O Vinha Boutique Hotel

Ambri há poucos meses, nas margens do Douro em Vila Nova de Gaia, um novo hotel com muito para conhecer

Chama-se Vinha Boutique Hotel e descobri-o por acaso enquanto percorria o recentemente qualificado caminho marginal que liga Miranda do Douro até Avintes.

O Vinha apareceu-me “do nada” como uma grande propriedade amuralhada, malhada por grandes árvores e copas. Passámos os portões, e através-

sámos o maravilhoso jardim até à casa senhorial, restaurada e aliada a outro edifício mais moderno.

A decoração e ambiente do espaço impressionaram-me. Mas, varridas as distrações, prontamente me indicaram a maior curiosidade deste desvio - o restaurante, pois claro!

Um espaço de grande requinte, onde a cozinha portu-

guesa e o Douro se fundem na minuciosa batuta do Chef Renato Cunha.

Deixo aqui um merecido destaque ao Bar e à elegante Private Dinning Room. Um espaço adequado quer a uma refeição de gala quer a uma reunião de negócios fora do usual.

Considere este Hotel um bom achado, mesmo às portas do nosso Porto.

Contactos:
VINHA BOUTIQUE HOTEL
Morada: Rua Quinta Fonte da Vinha, 383, Vila Nova de Gaia, Portugal
Site: www.vinhaboutiquehotel.com/en/Hotel
Tlf.: +351 221 154 120
E-mail: geral@vinhaboutiquehotel.com



Créditos: VINHA BOUTIQUE HOTEL

Viagens a outras terras

Amarante: Canto Redondo e Amadeo

Voltei há dias ao Museu Amadeo Souza-Cardoso, em Amarante, para conhecer a nova exposição “Amadeo,

entretecem-se as gerações...”.

Por aqui não há nada de novo, mas a verdade é que tudo mudou. Isto porque os vários artistas expostos, antes organizados por sala, foram agora colocados em misto confronto. Um inteligente convite para reavistar



as “paisagens” de Amadeo de Souza-Cardoso, António Carneiro, Acácio Lino e Manuel Montenegro.

Uma experiência bastante singular, e que arregalou também os olhos do apetite.

Aproveitámos, então, para reavistar a Casa da Calçada e os acolhoados espaços do seu Restaurante Canto Redondo.

Com um menu de gastron-

mia mediterrânica/portuguesa, a equipa do Chef Tiago Bonito proporciona um inigualável cardápio de sabores autênticos.

Das várias opções da carta, recomendo vivamente o Medalhão de Vitela, Batata Sauté, Legumes da Época e Molho de Vinho da Madeira; ou, ainda, o Robalo ao Vapor, Arroz malandrinho de Salicornias, Alcaparras e Champanhne. Pratos de grande equilíbrio

Contactos
Museu Municipal Amadeo de Souza Cardoso
Site: www.amadeosouza-cardoso.pt
Morada: Alameda Teixeira de Pascoaes, Amarante
Telf: +351 255 420 282
E-mail: mmasc@cm-amarante.pt

Restaurante Canto Redondo
Site: www.casadacalcada.com/restaurante/
Morada: Largo do Paço, 6 – Amarante
Telf: +351 255 410 830
Reservas: reservas@casadacalcada.com



e sabor. Ao almoço, o Menu Executivo semanal é também outra excelente escolha. Isto sem dispensar, claro, a carta de bar e os vários snacks, ótimos para desfrutar no terraço com uma vista sobre o Tâmega.

FISCALIDADE

AHRESP quer redução da carga fiscal no OE

A AHRESP aponta como linhas prioritárias a serem inscritas no Orçamento do Estado a redução da carga fiscal e do IVA nos serviços de alimentação e bebidas, neste último caso com um caráter temporário. Defende que se trata de medidas essenciais para evitar o aumento da taxa de desemprego e garantir a liquidez das empresas. A carga fiscal excessiva é entendida como um forte travão à competitividade das empresas.

DE ACORDO COM O MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Pandemia agrava défice orçamental

O défice das administrações públicas atingiu os 6878 milhões de euros, até agosto, o que se traduziu em mais 500 milhões, face a igual período do ano passado. O crescimento da despesa (5,1%) foi superior ao da receita (4,7%). O Ministério das Finanças justifica o agravamento com a pandemia e a prorrogação do prazo de entrega do IVA. A receita fiscal cresceu um ponto percentual, em termos homólogos.

A despesa primária cresceu 6,5%, “refletindo as medidas extraordinárias de apoio à economia e a forte dinâmica de crescimento do Serviço Nacional de Saúde. A despesa com medidas extraordinárias de apoio às empresas e famílias atingiu os 4658 milhões de euros, ultrapassando o valor executado em todo o ano passado (3546 M€). Os apoios concedidos pela Segurança Social ascenderam a 1489 milhões de euros, representando 92% da despesa executada em todo o ano 2020 e ultrapassando significativamente o valor orçamentado para 2021 (776 milhões). Destacam-se os apoios ao emprego, os apoios extraordinários ao rendimento dos trabalhadores e os subsídios por doença e isolamento profilático”.

O Ministério das Finanças destaca ainda o facto de os apoios às empresas a fundo perdido para suportar custos com trabalhadores e custos fixos terem atingido os 2169 milhões de euros, ultrapassando em mais de 50% a execução de todo o ano passado (1409 milhões). Por sua vez, os apoios aos custos fixos das empresas, no âmbito do Programa APOIAR, ascenderam a 1008 milhões de euros, “sete vezes superior à despesa



realizada durante todo o exercício transato”, adianta o ministério liderado por João Leão.

Apoio às empresas

Estima-se que as medidas de apoio do lado da receita tenham ascendido a 482 milhões de euros, visando apoiar as empresas e destacando-se a isenção da TSU e para alívio de tesouraria o diferimento de pagamento de impostos. Já a receita fiscal e contributiva ajustada cresceu 2,8%, “acompanhando a retoma da atividade económica associada ao desconfinamento”. A receita fiscal cresceu 1%, ajustada de efeitos extraordinários, tais como os diferimentos ori-

ginados pelos planos prestacionais. Esta evolução encontra-se influenciada pela prorrogação do prazo de entrega do IVA de agosto. As contribuições para a Segurança Social cresceram 6,4%, avançam as Finanças.

A despesa primária cresceu 6,5%, “traduzindo o crescimento muito significativo da despesa da Segurança Social (+6,5%, + 1261 milhões de euros). Excluindo as medidas específicas no âmbito da Covid-19, destacam-se os acréscimos na despesa da Segurança Social com prestações sociais, excluindo pensões (+12,9%), em particular com as prestações de desemprego (+17,6%) e a Prestação Social para a Inclusão (+37,7%)”.

Tributação sobre “tokens” continua por regulamentar

A tributação de rendimentos de “tokens” digitais continua a suscitar muitas dúvidas. É possível que surjam novidades sobre esta matéria com o próximo Orçamento do Estado, mas para já o que existe é uma clara indefinição regulamentar. A questão colocada pelos fiscalistas da RFF é se uma regulamentação específica seria benéfica tanto para os investidores como para a Autoridade Tributária.

“Embora Portugal continue a ser uma verdadeira plataforma de investimento e residência para os investidores, quer particulares quer empresas, a falta de regulamentação específica e as

particularidades dos investidores em tokens digitais têm contribuído para que muitos deles optem por se mudar para o nosso país, acreditando que se trata de um paraíso fiscal no que respeita a tokens digitais.” Aqui concretizam “cash-outs” significativos – convertendo os seus rendimentos em espécie para moeda que goza de curso legal – e despesas consideráveis, sem reportarem quaisquer rendimentos à AT. A falta de regulamentação específica mantém-se atualmente.

A RFF considera que um quadro jurídico-fiscal específico seria mais favorável face à atual indefinição regula-

mentar, “uma vez que esta situação não tem sido benéfica para os contribuintes e para a administração tributária e tem originado já litígios”. Por forma a dar ao ordenamento jurídico algumas certezas, seria do interesse de todos que fosse criado, com brevidade, um quadro legal específico, nomeadamente no que toca a regras de determinação da fonte territorial dos rendimentos provenientes de investimentos em “tokens” digitais, o que permitiria a respetiva conjugação com o regime especial dos residentes não habituais, “o qual é regime que faz de Portugal um país muito competitivo, face a outras jurisdições”.

AGENDA FISCAL

SETEMBRO

Até ao dia 30

- **IRC - Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas**
- 2º pagamento por conta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) devido por entidades residentes que exercem, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável (Pode optar pelo pagamento em prestações, se verificar as condições estabelecidas no art.º 9.º-C do Dec-Lei n.º 10-F/2020, de 26 de março) ;
- 2º pagamento adicional por conta da derrama estadual devido por entidades residentes que exercem, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e por não residentes com estabelecimento estável que tenham no exercício anterior um lucro tributável superior a 1 500 000 €.
- **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado**
- Entrega dos pedidos de restituição IVA suportado pelos sujeitos passivos no ano civil anterior ou no próprio ano, noutro Estado Membro ou país terceiro, nos termos do Decreto-Lei nº 186/2009 de 12 de Agosto.
- Envio do pedido de restituição IVA pelos sujeitos passivos do imposto suportado, no ano civil anterior, noutro Estado Membro ou país terceiro, desde que o montante a reembolsar seja igual ou superior a € 50.
- **AIMI - Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis**
- Pagamento do Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI) devido pelos sujeitos passivos singulares ou colectivos titulares, a 1 de janeiro 2021, de prédios urbanos com afectação “habitação” ou” terrenos para construção”.
- **IUC - Imposto Único de Circulação**
Liquidação, por transmissão eletrónica de dados, e pagamento do Imposto Único de Circulação - IUC, relativo aos veículos cujo aniversário da matrícula ocorra no presente mês.

OUTUBRO

Até ao dia 10

- **IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares**
- Entrega da Declaração Mensal de Remunerações pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, bem como os que se encontrem excluídos de tributação, para comunicação daqueles rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotas sindicais, relativas ao mês anterior.

Até ao dia 12

- **IVA – IRS - IRC**
Comunicação das faturas - Comunicação dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou coletivas que tenham sede, estabelecimento estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA.

Até ao dia 15

- **IRS – IMT – SELO**
- Declaração Modelo 11- Envio pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a imposto sobre o rendimento ou património, das relações dos atos praticados no mês anterior.
- **IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis**
- Declaração Modelo 2 – Envio por transmissão eletrónica de dados, por parte das entidades fornecedoras de água, energia e do serviço fixo de telefones, dos contratos celebrados com os seus clientes, bem como as suas alterações, que se tenham verificado no trimestre anterior.

IVA

Adesões a planos de flexibilização

Através do Despacho nº 315/2021-XXII, de 28 de Setembro, do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais Assim, e no que respeita às adesões a planos de flexibilização pendentes, relativas ao IVA de junho e 2.º trimestre, efetuados ao abrigo do artº 418.º da Lei do Orçamento do Estado para 2021 e do Despacho do SEAF nº 215/2021-XXII, e que ainda se encontrem em fase de cobrança voluntária, foi determinado que seja possível regularizar de forma extraordinária os processos de adesão mediante a certificação por Contabilista Certificado quanto à classificação como micro, pequena ou média empresa a realizar até ao dia 1 de outubro, sem quaisquer acréscimos ou penalidades.

Comunicação de inventário de partes de capital até final de outubro

As Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) devem comunicar anualmente à Inspeção-Geral de Finanças – Autoridade de Auditoria (IGF), até 30 de junho, o inventário das partes de capital incluídas nos investimentos financeiros constantes do último balanço aprovado. O acesso à plataforma exige o registo prévio das sociedades e dos respetivos utilizadores. As entidades que não cumpriram aquela obrigação ainda o poderão fazer até ao próximo dia 31 de outubro.

STI decreta greve geral

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) decretou uma greve geral para os próximos dias 1 a 5 de Dezembro. Considera o sindicato que, após mais de dois anos de reuniões, o Governo não deu qualquer resposta às suas pretensões. Sublinha ainda a convicção que se está a “destruir a Autoridade Tributária e Aduaneira”. A revisão das carreiras dos profissionais está por fazer e há uma degradação crescente dos serviços de Finanças, argumenta o STI.

CONTAS & IMPOSTOS

Sinistro tem tratamento contabilístico

Nos termos da NCRF 12, a quantia recuperável do bem deve ser considerado o maior valor entre o justo valor (menos custos de vender) e o valor de uso.

Determinada empresa comprou uma máquina para uso, e aquando do transporte da mesma, a máquina caiu do camião (transportador). Foi acionado o seguro da empresa de transportes e procedeu-se à reparação da máquina. O valor de reparação foi de 9200 euros e a máquina está em funcionamento. A empresa iniciou atividade este ano, pelo que ainda não há depreciações das máquinas. Como lançar na contabilidade o valor recebido do seguro e como dar entrada do mesmo na empresa?

Determinado sujeito passivo terá adquirido uma máquina (ativo fixo tangível), sendo que a mesma, aquando do transporte, sofreu um sinistro. Foi acionado o seguro da empresa de transportes, e procedeu-se à reparação da máquina. Questiona sobre o procedimento contabilístico a adotar. O tratamento contabilístico desta situação (sinistro em itens do ativo fixo tangível) está previsto nos parágrafos 64 e 65 da norma contabilística e de relato financeiro (NCRF) n.º 7 - Ativos fixos tangíveis. O procedimento contabilístico previsto nessa norma estabelece que se devem contabilizar em separado os possíveis quatro acontecimentos, conforme se segue: - Registrar a perda por imparidade à data de balanço relativa aos danos resultantes do sinistro do item do ativo fixo tangível, para reduzir a quantia escriturada desse item para o seu valor recuperável, nos termos da NCRF 12, (para um valor inferior correspondente ao valor de uso ou ao justo valor do bem, do dois o maior); - Registrar o desconhecimento do item (ou partes) do ativo fixo tangível se ocorreu a perda total (ou parcial) desse item no sinistro, nos termos dos parágrafos 66 a 71 da NCRF 7; - Registrar o direito de receber a compensação (indenização) da companhia de seguros, apenas quando esta se tornar

recebível, nos termos do parágrafo 64 da NCRF 7, registando-se posteriormente o recebimento da compensação (indenização) quando esta for paga pela seguradora; - E, registar a venda do salvado, se for o caso. Estes quatro acontecimentos podem ser registados em momentos diferentes, dependendo do cumprimento dos critérios previstos nas normas contabilísticas. No caso em concreto, os registos contabilísticos podem ser: À data de balanço, pelo reconhecimento da perda de imparidade do item danificado pelo sinistro: - Débito da conta 655 - Perdas por imparidade - Em ativos fixos tangíveis por contrapartida a crédito da conta 439 - Perdas por imparidade acumuladas, pela quantia até colocar o item pela respetiva quantia recuperável, nos termos da NCRF 12. De referir que, nos termos da NCRF 12, a quantia recuperável do bem deve ser considerado o maior valor entre o justo valor (menos custos de vender) e o valor de uso. O justo valor (menos custos de vender) dos equipamentos é o valor de mercado que a empresa poderia conseguir obter nas condições atuais desses itens. O valor de uso corresponde aos benefícios económicos que conseguirá obter pela utilização do item nas suas condições atuais na atividade da empresa. No momento do sinistro, pelo desconhecimento do item do ativo fixo tangível (ou eventualmente de partes) destruído no sinistro: Pela anulação das depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, se for o caso: - Débito da conta 438/9 - Depreciações acumuladas/Perdas por imparidade

acumuladas por contrapartida a crédito da conta 43x - Ativos fixos tangíveis, pelo montante das depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas. Pelo desconhecimento da quantia escriturada de parte do item do ativo fixo tangível: - Débito da conta 6872 - Gastos e perdas em investimentos não financeiros - Sinistros por contrapartida a crédito da conta 43x - Ativos fixos tangíveis, pela quantia escriturada de parte do item do ativo fixo tangível sinistrado. Estes lançamentos não serão aplicáveis ao caso exposto, de acordo com a informação fornecida. No momento em que a seguradora informar que irá pagar a compensação/indenização: - Débito da conta 278x - Outros devedores e credores - Seguradora X por contrapartida a crédito da conta 7872 - Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros - Sinistros, pela quantia a receber da companhia de seguros pela compensação (indenização) dos itens do ativo fixo tangível destruídos pelo sinistro; No momento do recebimento da compensação (indenização) da companhia de seguros: - Débito da conta 12 - Depósitos à ordem por contrapartida a crédito da conta 278x - Outros devedores e credores - Seguradora X, pelo montante recebido; Pelo gasto suportado com a reparação: - Débito da conta 6226 € Conservação e reparação por contrapartida a crédito do fornecedor. O procedimento contabilístico previsto acompanha a possibilidade de reconhecer a perda por imparidade, a indemnização, o desconhecimento e a venda do salvado em momentos distintos, tendo em atenção os respetivos requisitos de cada operação. O valor da indemnização recebida da seguradora deve ser reconhecido nos

resultados da empresa no momento em que esta se torne recebível, não sendo possível qualquer diferimento para períodos futuros. Existindo um abate físico de itens do ativo fixo tangível, a entidade terá que atender ao disposto no n.º 3 do artigo 31.º-B do Código do IRC. Quando os factos que determinaram as desvalorizações excecionais dos ativos e o abate físico, o desmantelamento, o abandono ou a inutilização ocorreram no mesmo período de tributação, o valor líquido fiscal dos ativos, corrigido de eventuais valores recuperáveis, pode ser aceite como gasto do período, desde que: - Seja comprovado o abate físico, desmantelamento, abandono ou inutilização dos ativos, através do respetivo auto, assinado por duas testemunhas, e identificados e comprovados os factos que originaram as desvalorizações excecionais; - O auto seja acompanhado de relação discriminativa dos elementos em causa, contendo, relativamente a cada ativo, a descrição, o ano e o custo de aquisição, bem como o valor líquido contabilístico e o valor líquido fiscal; - Seja comunicado ao serviço de finanças da área do local onde aqueles ativos se encontrem, com a antecedência mínima de 15 dias, o local, a data e a hora do abate físico, o desmantelamento, o abandono ou a inutilização e o total do valor líquido fiscal dos mesmos. No que se refere à dedutibilidade fiscal do encargo com as reparações admitimos que este, enquadrando-se em termos genéricos no previsto no artigo 23.º do Código do IRC, seja fiscalmente aceite. Não obstante, importa, do ponto de vista contabilístico aferir previamente se se trata de um gasto do período ou de item capitalizável por reunir as condições para ser reconhecido como ativo fixo tangível (neste caso o gasto ocorreria via depreciações).

Direitos de autor sujeitos a retenção na fonte

Na qualidade de intermediário, o ganho na operação advém da comissão, sendo que o custo dos direitos de autor apenas são redebitados ao seu cliente.

Uma entidade recebeu fatura de fornecedor que é agente intermediário pela cobrança de direitos de autor sem indicação de retenção na fonte, tendo o mesmo justificado a dispensa de retenção pela ficha doutrinária da Autoridade Tributária, processo n.º 2 648/18. Segundo essa ficha doutrinária, é indicado que, aquando do pagamento da entidade dos direitos de autor ao agente intermediário, não deverá ser efetuada retenção na fonte, devendo a mesma ser efetuada aos titulares dos direitos de autor. O procedimento indicado é o correto? Fará sentido a entidade efetuar a retenção ao titular dos direitos de autor, sendo que o contacto foi estabelecido entre a entidade que paga os direitos de autor e o agente intermediário?

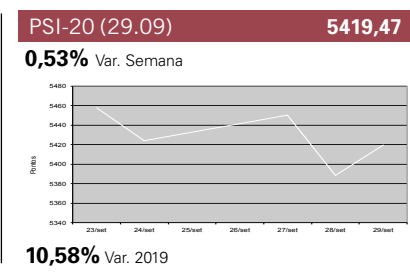
Na situação em análise, uma entidade recebeu uma fatura de um fornecedor, na qualidade de agente intermediário na cobrança de direitos de autor sem indicação

de retenções na fonte, justificando o procedimento através do entendimento da Autoridade Tributária constante da informação vinculativa referente ao processo n.º 2648/18. Pelo que se questiona se o enquadramento está correto. Nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do Código do IRC, o IRC é objeto de retenção na fonte relativamente aos seguintes rendimentos obtidos em território português: - Rendimentos provenientes da propriedade intelectual ou industrial e bem assim da prestação de informações respeitantes a uma experiência adquirida no setor industrial, comercial ou científico; - Rendimentos derivados do uso ou da concessão do uso de equipamento agrícola, industrial, comercial ou científico; - Rendimentos de aplicação de capitais não abrangidos nas alíneas anteriores e rendimentos prediais, tal como são

definidos para efeitos de IRS, quando o seu devedor seja sujeito passivo de IRC ou quando os mesmos constituam encargo relativo à atividade empresarial ou profissional de sujeitos passivos de IRS que possuam ou devam possuir contabilidade; - Remunerações auferidas na qualidade de membro de órgãos estatutários de pessoas coletivas e outras entidades; - Prémios de jogo, lotarias, rifas e apostas mútuas, bem como importâncias ou prémios atribuídos em quaisquer sorteios ou concursos; - Rendimentos referidos na alínea d) do n.º 3 do artigo 4.º obtidos por entidades não residentes em território português, quando o devedor dos mesmos seja sujeito passivo de IRC ou quando os mesmos constituam encargo relativo à atividade empresarial ou profissional de sujeitos passivos de IRS que possuam ou devam possuir contabilidade; - Rendimentos provenientes da intermediação na celebração de quaisquer contratos e rendimentos de outras

prestações de serviços realizados ou utilizados em território português, com exceção dos relativos a transportes, comunicações e atividades financeiras. Aplicando à situação em análise, o agente intermediário irá faturar ao seu cliente os direitos de autor acrescidos de comissão pela sua atuação na operação. Na qualidade de intermediário, o ganho nesta operação advém da comissão, sendo que o custo dos direitos de autor apenas são redebitados ao seu cliente. Pelo que somos da opinião que o entendimento explanado pela Autoridade Tributária está correto e aplica-se no caso em apreço. Ou seja, sobre os rendimentos a pagar ao agente intermediário apenas há lugar a retenção na fonte sobre as comissões, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 94.º do Código do IRC. A mera refaturação dos direitos de autor não fica abrangida por nenhuma das alíneas do n.º 1 do artigo 94.º citado.

MERCADOS



Dow Jones 29/set.....34456,32
Var Sem0,68%
Var 2020.....12,69%
Nasdaq 29/set.....14549,84
Var Sem-1,80%
Var 2020.....13,51%
IBEX 35 29/set.....8876,50
Var Sem0,71%
Var 2020.....9,87%

DAX 29/set15365,27
Var Sem-0,87%
Var 2020.....12,05%
CAC40 29/set6560,8
Var Sem-1,03%
Var 2020.....18,32%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

Prémios de Telecomunicações avaliam produtos mais competitivos

Analizando as escolhas e os desejos dos utilizadores do simulador gratuito de telecomunicações, o Comparajá avaliou as melhores ofertas a que as famílias portuguesas têm acesso.

Na edição de 2021 dos “Prémios de Telecomunicações”, uma iniciativa promovida pela quarta vez consecutiva, e da autoria da plataforma Comparajá.pt, foram premiadas seis categorias para o campo de análise das quatro operadoras: NOS, Vodafone, MEO e NOWO.

Num prémio analisado pela primeira vez, o prémio que se destina ao Pacote Mais Económico, a grande vencedora foi a NOWO. Quer isto dizer que para os consumidores que se preocupam única e exclusivamente com o preço a NOWO pode muito bem ser a melhor opção.

Por sua vez, a NOS venceu uma das categorias mais relevantes neste barómetro: “3P”, entenda-se, pacotes com três produtos (TV, internet e fixo). Repetindo a vitória do ano passado, a NOS confirma assim a sua clara aposta no que a esta tipo-



Os pacotes mais competitivos para 2021



Pacote 3P mais competitivo: O pacote “NOS 3 - 180 Canais + Net 500 Mbps” da NOS, com uma mensalidade de 40,99 euros, venceu a categoria ao oferecer a melhor relação do mercado entre velocidade de internet, número de canais de televisão disponibilizados e minutos em chamadas no telefone fixo face ao seu custo mensal.

Pacote 4P mais competitivo: A oferta “M4 TV Net Voz Móvel - 200 Canais + Net 500 Mbps + Móvel 10 GB da MEO” destacou-se por apresentar uma relação superior às restantes ofertas do mercado entre velocidade de internet, número de canais de televisão, minutos em chamadas no telefone fixo, minutos em chamadas, SMS e dados móveis no telemóvel face à mensalidade (58,99 euros).



Melhor pacote para fãs de Desporto: O pacote “Fibra 4 Gold TV Net Voz Móvel - 170 Canais + Net 500 Mbps + Móvel 1 GB” da Vodafone revelou ser a opção mais competitiva para quem quer acompanhar o melhor do desporto nacional e internacional por disponibilizar 12 canais de desporto que não possuem um custo adicional – A Bola TV, Eurosport 1, Eurosport 2, Fight Network, Nautical Channel, FightBox, Fast&Fun Box, Fuel TV, Sport TV +, Sporting TV, Insight TV, Canal 11 – e por disponibilizar ainda o acesso às soluções premium desta categoria – Benfica TV, PFC, Sport TV, Eleven Sports e GymBoco. A mensalidade deste pacote é de 56,90 euros (sem canais premium).

Melhor pacote para fãs de Filmes e Séries: A oferta “Fibra 4 Gold TV Net Voz Móvel - 170 Canais + Net 500 Mbps + Móvel 1 GB” da Vodafone apresentou-se igualmente como a opção mais competitiva para os fãs de filmes e séries por disponibilizar 13 canais de filmes e séries que não possuem um custo adicional – AMC, AXN, AXN White, AXN Movies, BBC Entertainment, Canal Hollywood, Cinemundo, FOX, FOX Comedy, FOX Crime, FOX Movies, FOX Life e SyFy – e por permitir o acesso a um conjunto alargado de canais premium (com custo mensal acrescido) – SET Asia, SET Max, Star Gold, Star Plus, TV CINE Top, TV CINE Edition, TV CINE Emotion, TV CINE Action, Indie World, Super 8, M CINE, Doc Station e Play Motion.

É de salientar ainda o acesso que este pacote confere ao Fox + e aos serviços de streaming HBO, Netflix e Amazon Prime Video.



Melhor pacote para “gamers”: A oferta “M1 Gaming Net 1 Gbps” da MEO revela ser a melhor proposta mais adequada para pessoas que colocam os videojogos no topo das suas prioridades. Apesar de ter um preço ligeiramente superior à média do mercado (1 euro mais caro), este pacote apresenta também uma velocidade de internet digna de registo: 400 Mbps de upload. Este pacote custa 39,99€ e apesar de ser indicado para “gamers” pode ser também uma boa opção no que à internet diz respeito. Para efeitos de atribuição destas distinções, o Comparajá.pt considerou apenas as ofertas com tecnologia de fibra ótica e referentes ao período máximo de fidelização oferecido pelas operadoras (24 meses na MEO, NOS, Vodafone e NOWO), de acordo com as informações disponibilizadas nos seus websites até ao dia 15 de setembro de 2021. Os upgrades nas ofertas devido a promoções sazonais não foram considerados. A metodologia subjacente à atribuição dos prémios poderá ser consultado no site do Comparajá.

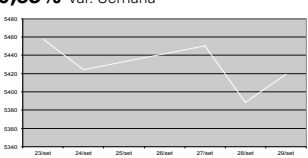
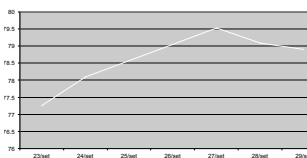
logia diz respeito. Podemos assim perceber que, caso não queira incluir telemóvel no seu pacote de telecomunicações, a NOS é a operadora que vai mais ao encontro das suas necessidades.

No pacote que falta, o 4P (TV, internet, fixo e móvel), a MEO foi a vencedora, sendo ‘bicampeã’ neste campeonato. Visto que foi a MEO a primeira a apresentar o produto (o famoso M4O em 2013), esta é uma vitória fácil de se perceber, tendo em conta a aposta ‘histórica’ desta operadora.

De seguida, e já no campo dos canais e dos serviços especializados, a Vodafone foi a principal vencedora ao conquistar duas categorias. Assim, e tal como no ano passado, esta operadora repete os dois prémios apresentados: os melhores pacotes para os fãs de filmes/séries e os melhores pacotes para os fãs de desporto.

Numa outra estreia deste barómetro, a segunda, dedicada a um nicho de mercado cada vez mais influente e presente na nossa sociedade, o “Melhor Pacote para Gamers” é oferecido pela MEO graças à aposta na (elevada) velocidade da Internet.

Para João Morgado, diretor do Comparajá, “o barómetro de telecomunicações serve para os portugueses saberem quais as melhores respostas para as suas necessidades”. Para o próprio, existe cada vez mais uma “diversidade de pacotes” e que os mesmos respondem a “diferentes necessidades”. É, por isso, importante “perceber e comparar não só todas as operadoras como também todos os pacotes”.

EURODÓLAR (29.09) 1,1613 -0,63% Var. Semana  -4,94% Var. 2019	Euro/Libra 29/set.....0,8644 Var Sem-0,80% Var 2020.....3,31% Euro/lene 29/set ...129,9100 Var Sem-1,26% Var 2020.....-2,91%	EURIBOR 3M (29.09) -0,5430 0,18% Var. Semana  0,37% Var. 2019	Euribor 6M 29/set... -0,5430 Var Abs Sem0,00% Var 2020.....0,57% Euribor 1Y 29/set.....-0,4910 Var Abs Sem0,00% Var 2020.....1,60%	PETRÓLEO BRENT (29.09) 78,96 3,94% Var. Semana  52,88% Var. 2019	Ouro 29/set1731,17 Var Sem-2,22% Var 2020.....-8,92% Prata 29/set.....21,50 Var Sem-5,20% Var 2020.....-18,51%
---	---	---	---	---	---

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

Zurich e Banco CTT lançam novo seguro de investimento sustentável

A Zurich está a lançar um novo seguro Vida “unit-linked” de investimento sustentável, em parceria com o Banco CTT. O produto “Banco CTT Investimento Sustentável” – cuja carteira de ativos subjacentes é composta por fundos de empresas com critérios de sustentabilidade – é um exemplo de inovação da Zurich no desenvolvimento de produtos que aceleram o progresso rumo à prosperidade do planeta.

“Como um dos maiores gestores globais de soluções unit-linked, é com enorme motivação e esperança que disponibilizamos a possibilidade de os clientes investirem em empresas com critérios de sustentabilidade, que vão de encontro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030 das Nações Unidas. Queremos, com os nossos colaboradores, parceiros e clientes, ser parte da solução no combate às alterações climáticas”, afirma Ana Paulo, Head of Life e Membro do Conselho de Administração da Zurich - Companhia de Seguros Vida, S.A.

O “Banco CTT Investimento Sustentável” permite que os clientes invistam em ativos sustentáveis e acompanhem – através de um relatório com KPI (“Key Performance Indicators”), emitido pela Main Street Partners, uma entidade independente –, o impacto positivo que estão a gerar

Desenvolvimento de produtos que aceleram a prosperidade do planeta

no sentido de contribuírem para um mundo mais equilibrado e sustentável.

Associação ao Programa ECO

No âmbito do lançamento deste novo produto, a Zurich e o Banco CTT associaram-se ao Programa ECO-Escolas da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) para apoiar o projeto Hortas BIO e contribuir para a criação de hortas em 14 ECO-escolas nacionais. Apoiar estas hortas escolares cultivadas de modo biológico, pelos próprios alunos e professores, é uma forma de educar e sensibilizar as comunidades escolares e locais para temas relacionados com a sustentabilidade, tais como as práticas de agricultura biológica ou a alimentação saudável e sustentável.

Zurich Insurance Group (Grupo Zurich) é líder do setor do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), sendo que a sua estratégia de investimento responsável compreende três elementos fundamentais:



Integração ESG, Investimento de Impacto e Progresso Conjunto – mais informações aqui. Em 2020, o portfólio de investimento responsável do Grupo Zurich atingiu 5,8 biliões de dólares, o que permitiu evitar, anualmente, a emissão de 2,9 milhões de toneladas de carbono equivalente e melhorar a vida de 3,7 milhões de pessoas. Recentemente, o Grupo Zurich lançou o Livro Branco (“white paper”) “Closing

the Gap on Climate Action”, onde revela o seu desempenho climático e apela aos participantes na COP26 que transmitam ao setor privado maior clareza e confiança na abordagem a adotar no processo de transição, nomeadamente na implementação de medidas sobre o preço do carbono, a consistência na divulgação de informação e a partilha do risco dos governos ao nível dos investimentos necessários.



CARINA MEIRELES
Consultora financeira*

O que pode fazer para conseguir poupar dinheiro na sua empresa

Muitas são as empresas que precisam de reduzir custos, e esta deve ser uma preocupação em muitos setores de mercado. E como cada vez mais é necessário otimizar os custos numa empresa de forma a incrementar valor, aqui ficam algumas dicas para que consiga poupar dinheiro na sua empresa.

1. Controlo dos custos

Ter o controlo das despesas de uma empresa significa que sabe exatamente o dinheiro que sai e entra e por isso tem a tesouraria muito bem organizada. Tenha um controlo muito eficiente e eficaz dos “stocks”, se for caso disso, para evitar ter mercadorias dentro de portas, parada, dependendo do seu negócio, e faça uma revisão rígida ao seu economato, incentivando os colaboradores a pouparem, também por exemplo, no que toca ao material informático e poupança de energia. Pode sempre implementar soluções que permitam criar valor, enquanto poupa dinheiro através de ferramentas que lhe permitam controlar as compras, como

“softwares” disponíveis no mercado, adaptados ao seu negócio.

2. Invista nos colaboradores

Investir nas pessoas que trabalham na empresa é das coisas mais vantajosas que uma empresa pode fazer. Uma empresa gasta mais de contratar uma pessoa fora do que se valorizar as pessoas com quem trabalha. Os custos podem ser formação, tempo gasto a escolher o melhor candidato, etc. Ninguém melhor do que as pessoas que já trabalham na empresa para crescerem e a ganharem mais motivação e darem mais pela empresa, implicando mais produtividade. Crie um programa na empresa que motive os colaboradores e os incentive a quererem ficar, porque quando as pessoas percebem que são importantes, que são valorizadas, incentivadas de forma clara e de que são uma peça fundamental na empresa, tudo corre de forma diferente.

3. Crie relação com os fornecedores

Analisa e sabe exatamente os custos que tem com os fornecedores? Se não sabe, é

“
Investir nas pessoas que trabalham na empresa é das coisas mais vantajosas que uma empresa pode fazer
”

importante que tenha isso em atenção. Garanta que pode contar sempre com os seus fornecedores, criando ligações de presente e futuro, mantendo sempre as negociações necessárias para o bom funcionamento da parceria. Desta

forma fica também salvaguardada a relação qualidade-preço, para poder apresentar a melhor solução ao cliente. Com esta relação deve ser possível a revisão regular dos preços, planos de pagamento, produtos, etc, de forma a poder estar sempre na linha da frente, quanto à poupança com os seus aliados de negócio.

Portanto, pode e deve ter uma boa organização da sua empresa e as finanças não ficam de fora. Saber exatamente como pode poupar também significa como pode começar a ganhar de forma mais sustentada e crescente no tempo, que lhe permita resultados mais eficientes, e que crie impacto direto na empresa também ao nível dos custos e desta forma poder fazer crescer a empresa na direção certa.

Instagram: <http://www.instagram.com/carina.meireles.consultora/>
Facebook: <https://www.facebook.com/carina-meirelesconsultorafinanceira/>
Linkedin: <https://www.linkedin.com/company/cm-consultoria-financeira>
Site: <https://www.carinameireles.pt>
Blog: <https://www.millaefamilia.pt>

MERCADOS

EDPR assegura contrato eólico no Canadá

A EDP Renováveis assegurou um contrato de aquisição de energia a 15 anos para a venda de energia verde no Canadá. O projeto eólico Sharp Hills, de 297 MW, entra em operação em 2023, passando a EDPR a garantir 0,4 GW de capacidade assegurada naquele país, com entrada em operação de 2021 em diante. A empresa continua a investir em projetos competitivos e de baixo risco.

Fundos de investimento imobiliário com ligeiro aumento

O valor sob gestão dos fundos de investimento imobiliário (FII), especiais de investimento imobiliário (FEII) e de gestão de património imobiliário (FUNGEPI) atingiu 10 707,8 milhões de euros, em agosto, mais 0,8% do que em julho. No período em análise, os países da União Europeia foram o destino da totalidade do investimento feito em ativos imobiliários.



LUÍS TAVARES BRAVO
Director de Investment
Advisory, Bison Bank

“Uma retoma à prova de Tapering”

As principais economias do mundo desenvolvido detêm mais de dois terços da população totalmente vacinada, e nesta altura as perspetivas de investimento assentam muito sobre a força do ritmo de recuperação económica, e sobre se as perspetivas de redução dos estímulos dos principais bancos centrais (especialmente o a Reserva Federal) irão inviabilizar este caminho. Contudo, as principais autoridades monetárias deverão trabalhar para manter a abundância de liquidez nos mercados, mesmo que os estímulos sejam reduzidos por meio da redução dos programas de compras de ativos para níveis mais limitados. À medida que formos avançando no tempo para uma fase mais sustentada da reabertura, as leituras da atividade de produção global deverão também deixar os níveis mais suaves causados pelos constrangimentos do lado da oferta na cadeia de distribuição, e que afetaram a produção nos últimos meses, mas que se deverão fortalecer durante o próximo ano.

O processo de recuperação económica encontra-se, por isso, intacto. Claro que algumas preocupações deverão persistir, uma vez que as leituras mais elevadas relativamente à inflação também aumentam as preocupações com a redução dos estímulos monetários (“tapering”), e também porque a recuperação deverá manter um ritmo desigual, com leituras erráticas entre setores e países a prevalecer. No entanto, a tendência de melhoria da economia deve prevalecer no último trimestre, e em 2022 – sobretudo nas economias de maior relevo no mundo (Europa, EUA e China). Grande parte da recuperação ainda se encontra suportada no ciclo mais mecânico, proporcionado pelo processo de reabertura, e à medida que esse efeito se for dissipando, é possível que a reserva dos investidores sobre a consolidação da procura mundial traga maior volatilidade – e os impactos dos pacotes de estímulo deverão fazer diferença. Isto alimenta uma visão construtiva para o final do ano, e o sentimento de que esta será uma “recuperação à prova de

tapering”. Isso significa a elevada taxa de vacinação que permita a reabertura da atividade – alimentando uma primeira fase de retoma mais mecânica, e implica manter um enquadramento de política monetária favorável, com estímulos fiscais robustos suficientes, para não prejudicar a trajetória do processo de recuperação para o resto do ano, e para além do mesmo. O alinhamento desses três fatores ajudará a pavimentar o caminho para a construção da confiança necessária para um processo de recuperação mais consolidado no segundo semestre do ano, assim que o ímpeto da recuperação provocado pela reabertura enfraquecer. Os reveses provenientes da Covid-19 ainda são um risco importante, assim como a inflação, que pode desencadear uma estratégia de saída inicial em termos de política monetária (por exemplo, redução gradual nos EUA). Mas, no final do dia, os investidores deverão continuar a preferir ficar investido com verbas que capitalizem no crescimento da economia, do que nas alternativas disponíveis.

“

As principais autoridades monetárias deverão trabalhar para manter a abundância de liquidez nos mercados

”



HENRIQUE TOMÉ
analista na corretora XTB

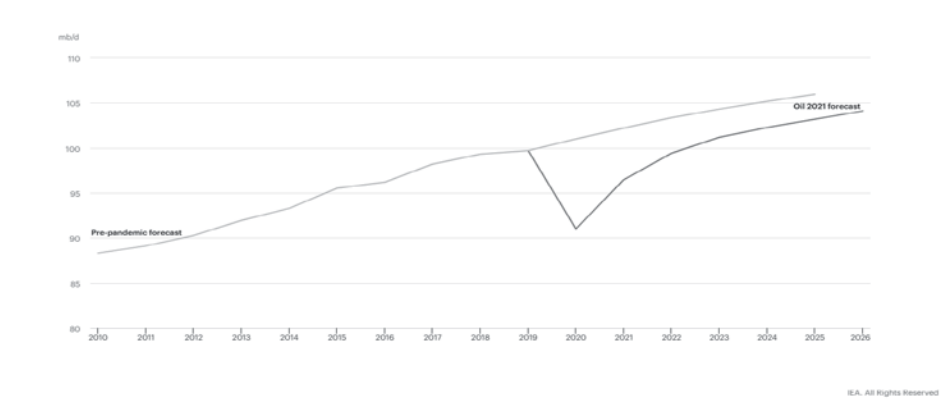
Transição para as energias renováveis provoca cada vez mais desequilíbrios nos preços das matérias-primas

Tem-se assistido a uma grande necessidade de reduzir as emissões de dióxido de carbono, principalmente na Europa, mas também cada vez mais na Ásia. As atuais políticas provocaram um enviesamento para a produção de energia renovável. O aumento dos preços das licenças de emissão de dióxido de carbono levou ao abandono do carvão em favor do gás e das fontes de energia renováveis. As fontes renováveis, contudo, estão dependentes do clima – não há vento no Reino Unido, enquanto na Noruega o baixo nível da água levou a um aumento da procura de fontes de energia convencionais. A verdade é que as preocupações em torno das alterações climáticas não são novidade, mas desde o início da pandemia que se tem verificado uma intenção de mudança por

parte das grandes economias mundiais. O setor da energia é responsável por dois terços do total de gases com efeito de estufa, pelo que os esforços para reduzir as emissões e mitigar as alterações climáticas devem fazer constar nos planos das empresas inseridas no setor energético. As emissões globais de CO2 diminuiram 5,8% em 2020 – a maior redução de sempre, quase cinco vezes maior do que a redução registada em 2009, que se seguiu após a última crise financeira mundial. Contudo, este ano, espera-se uma forte recuperação das emissões de CO2, justificado pela reabertura das economias e pelo aumento da atividade económica. O gráfico abaixo ilustra isso mesmo. As previsões da EIA (Energy Information Administration), publicadas recentemente,

mostram as variações em torno da procura por petróleo, utilizando as previsões pré-pandemia e pós-pandemia. No entanto, estas previsões acabam por influenciar as decisões dos produtores de petróleo e membros do cartel da OPEP+. Embora tenham decidido aumentar os níveis de produção, a procura continua a exceder a oferta. Este défice no mercado tem contribuído para o aumento das matérias-primas como o petróleo. Nos últimos meses, os preços dos produtos energéticos aumentaram até várias centenas de pontos percentuais. Este é o efeito da escassez, limitada artificialmente pela oferta, mas, acima de tudo, da forte recuperação da procura. Entre a atual transição para energias renováveis e a reabertura da economia, os preços das matérias-primas têm vindo a

aumentar substancialmente. Os preços, não só do gás, que atualmente é escasso no mercado (devido a problemas de consumo e abastecimento passados), estão a aumentar, mas também do carvão. Os preços elevados da energia são o resultado da espiral relacionada com os preços das licenças de emissão e os preços elevados das matérias-primas energéticas. Como consequência, o aumento das matérias-primas, sobretudo o petróleo, tem contribuído também para o aumento da inflação e as próprias yields têm estado afetadas pela atual dinâmica nos mercados das “commodities”. Resta-nos então perceber... será que esta transição poderá causar ainda mais desequilíbrios na economia para além daqueles que a pandemia já causou?



Relatório da EIA sobre a procura de petróleo antes da pandemia e após a pandemia. Nota-se uma clara redução. Fonte:www.eia.gov



Fonte: Bloomberg

Santander e Swedbank lideram dividendo europeu

O BCE levantou a recomendação de os bancos não atribuírem dividendos. O dividendo do banco Santander posiciona-se como um dos melhores da banca europeia, com uma rentabilidade de 6,4%. Apenas o sueco Swedbank supera a retribuição do Santander, com 6,8%. Ambos os bancos quase duplicam a rentabilidade média do dividendo da banca europeia, que será de 3,84%, de acordo com os resultados alcançados este ano.

CMVM promove Semana Mundial do Investidor

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) organiza, entre os dias 6 e 12 de outubro, a quinta edição da Semana Mundial do Investidor. Este ano, a iniciativa, criada pela IOSCO para promover a educação financeira e a proteção do investidor, focar-se-á em temas que visam ajudar os investidores a enfrentarem a incerteza decorrente da crise pandémica e a refletir sobre o contributo que o mercado de capitais pode oferecer à economia.



JOÃO LAMPREIA

Chief investment strategist, banco BiG

A saga Evergrande e a confirmação do “tapering” do FED – China e EUA são principais “drivers” de mercado

Nos última semana, o mercado de capitais foi assolado por dois episódios de especial relevância nas duas maiores potências mundiais (EUA e China) que condicionaram de forma significativa o sentimento e a direção do preço dos ativos financeiros. Referimo-nos em concreto aos headlines internacionais que rodearam o previsível default da promotora imobiliária chinesa Evergrande, depois de a empresa ter falhado o pagamento de cupões de dívida, ao passo que nos EUA os holofotes estiveram centrados em nova reunião do FED, na qual foi confirmada que o programa de compra de ativos deverá ser finalizado até meados de junho/julho do próximo ano e foi revelada, por via do famoso Dot Plot do FED, uma perspectiva mais agressiva para a trajetória de subida da taxa diretora, que deverá iniciar-se já no próximo ano. Nas próximas linhas procuraremos elaborar sobre estas duas temáticas particulares, como poderão evoluir e o que podem representar para a direção dos ativos financeiros no médio longo prazo. Começamos pela problemática da Evergrande na China. Não deixa de ser importante salientar que a atividade económica na China desacelerou de forma significativa nos últimos dois trimestres, em função do impacto da variante delta que condicionou a atividade dos serviços, ao passo que o duplo tightening fiscal e monetário que foi promovido pelas autoridades para lidar com os desequilíbrios e nível de alavancagem excessiva do país revelou-se prematuramente excessivo sobretudo tendo em conta os parcos níveis de inflação que continuam a afetar o país. Já a extensão do crackdown regulatório que abrangeu inúmeros setores e que afetou de forma particularmente negativa o setor tecnológico e de ensino online, acabou também por contribuir para a respectiva desaceleração económica, do qual o mais que provável colapso da Evergrande representa um importante símbolo de causa-efeito desta dinâmica deflacionária que tem “amarrado num colete de forças” a evolução recente da economia chinesa. Procurando centrar-nos na “Saga” da Evergrande, torna-se fulcral determinar se o colapso da empresa revela um potencial efeito negativo sistémico e por outro lado, o que estaria ou o que se encontra presentemente descontado nos preços do mercado à luz do desenrolar destes acontecimentos. Refira-se que os problemas da Evergrande eram sobejamente conhecidos no mercado, sendo que o preço das obrigações da Evergrande com maturidade a 5 anos transacionam a cerca de 30% do par já desde meados de julho, pelo que o nível de stress vigente espoletado pela questão da falha do pagamento do cupão é apenas o último gatilho de um problema bem

maior e que se tem vindo a arrastar no tempo. Para responder à questão sobre as implicações do colapso da Evergrande e na tentativa de estabelecer um perímetro de avaliação sobre a amplitude das implicações em torno da reestruturação da empresa (previsivelmente ordenada), torna-se importante destacar os seguintes números: i) a dívida total da empresa que ascende a USD 300 mil milhões é essencialmente detida por credores domésticos – nomeadamente, dívida a bancos chineses, fornecedores e clientes que já avançaram com a compra de determinados projetos imobiliários; ii) as vendas totais da Evergrande traduzem cerca de 4% do volume total do mercado imobiliário chinês; iii) a dívida total da empresa que referi não ultrapassa o montante de 2% do total do crédito hipotecário concedido na China. Se atentarmos exclusivamente na dimensão destes números, parece-nos relativamente intuitivo inferir que o colapso “previsivelmente assistido” da Evergrande não traduz um efeito sistémico tão significativo como foi recentemente mencionado na imprensa internacional. E o que nos diz o nível de pricing do mercado? Razões para alarme muito mais significativas do que referi antes ou estaremos a assistir apenas a um “rebentamento de ondas” na praia depois de uma intempérie mais complicada? No a que respeita o mercado de Obrigações, não deixa de ser evidente o stress natural que temos assistido no segmento high yield doméstico, ainda que a perspetiva central dos investidores denote um certo ringfencing dos riscos em torno da Evergrande. O segmento de Corporates Investment Grade na China manteve-se praticamente incólume, ao passo que no mercado cambial até temos vindo a assistir a uma relativa apreciação da divisa chinesa. No mercado acionista, não obstante o colapso de algumas das principais ações chinesas listadas em índices internacionais (nomeadamente do sector tecnológico), o segmento de ações intituladas “A-Shares” com incidência em “Mainland China”, tem vindo a evoluir de forma globalmente resiliente, o que de certa forma contribui para uma menor perceção de risco sistémico em torno do eventual default da Evergrande. Quando muitos aludem ao colapso da Evergrande como um eventual momento “Lehman” na China, parece-nos que esta comparação é completamente desproporcionada, uma vez que o nível de opacidade do sistema financeiro e de regulação nas suas diferentes vertentes que caracteriza a China acaba por minimizar o impacto direto do provável colapso da Evergrande, ao passo que o colapso da Lehman aportou implicações sistémicas no sistema financeiro, imobiliário e no mercado de capitais que, no caso da Evergrande, pura e simplesmente, não são

comparáveis. Virando a página de análise para a importante reunião do FED no final de Setembro, é importante destacar que os investidores aguardavam com expectativa os contornos desta reunião em função do anúncio do Tapering que foi anunciado no importante Simpósio de Jackson Hole. Ainda assim, o discurso de Powell enfatizou a necessidade de iniciar a redução do programa de compra de ativos em breve e que o mesmo deverá estar concluído em junho/julho do próximo ano, indiciando uma redução do programa de compras numa base mensal (vs reunião a reunião) e num ritmo de tapering em torno de 6 meses (consideravelmente mais rápido face ao observado em 2013 – 1 ano). Acresce que o novo Dot Plot do FED que agrega a visão dos membros do Comité para a direção da taxa de juro diretora evidenciou um sentimento amplamente hawkish, projetando já uma subida da taxa da FED Funds no próximo ano e praticamente 3 subidas da taxa de juro nos anos subsequentes – o que poderia levar a taxa diretora para 1,75% no final de 2024 e uma taxa de equilíbrio de longo prazo em torno dos 2,5%. É evidente que Powell voltou a desdramatizar a leitura que pode ser feita a partir do Dot Plot e que o mesmo não deve ser interpretado como um guião “puro” para a direção da política monetária, mas continuamos a assistir a uma dura fricção entre o “discurso de veludo de Powell” e o “punho de ferro do Dot Plot”. Por ora, o “discurso de veludo de Powell” tem recolhido a aceitação dos investidores – o mercado desconta que o final do ciclo de tightening monetário do FED levará a taxa diretora para o intervalo entre 1,5%-1,75%, mas se os riscos de inflação provarem ser mais duradouros do que temporários (permanece como o principal vetor de incerteza macroeconómico e de mercado), o mercado poderá ter de ajustar as suas expectativas de forma mais alinhada com o “punho de ferro do Dot Plot”. A verificar-se o cenário mais agressivo para uma inflação duradoura, alguns setores e/ou temas de investimento estariam claramente sobreavaliados nesta fase – nomeadamente ativos “Long Duration” e que beneficiaram do contexto de estagnação secular como é o caso obviamente do setor tecnológico, mas também de outras Bond Proxies como Utilities. No que respeita ao novo conjunto de projeções económicas divulgadas pelo FED em relação a junho, o impacto da variante delta, as disrupções nas cadeias de valor e a subida sustentada da generalidade do preço das commodities levou a uma revisão em baixa do crescimento do PIB de 7% para 5,9% em 2021 e a um ligeiro ajustamento em alta do produto de 3,3% para 3,8% em 2022, ao passo que o mantra de inflação

temporária que o FED preconizou ao longo de todo o ano afigura-se consistente com as novas projeções: a inflação para 2021 foi significativamente revista em alta de 3,4% para 4,2% e deverá reverter para 2,2% no próximo ano (vs 2,1% enunciado em Junho). Em jeito de conclusão deste artigo de opinião, importa destacar o price action recente dos ativos financeiros na sequência de mais uma reunião do FED que voltou a evidenciar um Dot Plot de perfil relativamente sísmico que, na realidade, o mercado parece atribuir pouca credibilidade de se materializar. Assim, com os investidores a “descontar” um cenário de maior agressividade do FED em relação aos riscos de inflação, numa fase inicial assistimos a uma outperformance dos temas growth, aplanamento das curvas de rendimento (reflexo de menor crescimento económico potencial), força relativa do USD e queda das taxas de Breakeven. Não obstante, nos últimos dias e com a intensificação de riscos inflacionistas em função de razões já mencionadas neste artigo, os investidores despertaram para a possibilidade crescente do “punho de ferro do Dot Plot” vir a ser mais real do que o previamente antecipado, o que levou a uma inversão total do price-action dos ativos de risco observados logo após a reunião do FED. Assistimos a um incremento significativo das taxas nominais que foram impulsionadas estritamente pelo spike das taxas de juro reais em função da antecipação do ciclo de tightening monetário, ao passo que os ativos “Long Duration” foram severamente atingidos – em particular o sector tecnológico – uma vez que denota uma correlação directa com a evolução do preço das obrigações. Qual a amplitude e até quando pode este movimento subsistir? Obviamente não é claro, mas a nossa projeção para as taxas de juro a 10 anos nos EUA pode atingir o limite superior de 1,70-1,75% até final do ano e caso esta situação se materialize (taxas de juro a 10 anos actuais encontram-se no limiar de 1,50%), o índice Nasdaq 100 pode eventualmente concretizar um retracement até cerca de 13.500/14.000 pontos – tal como o nível que atingiu em Março quando as taxas de juro nos EUA se fixaram precisamente no range que referi acima. Independentemente da direção e/ou do ritmo de mercado até final do ano, o que nos parece lógico é que o binómio risco-retorno parece bastante mais favorável a temas de Investimento Value e Cíclicos em detrimento de ativos “Long Duration” como Growth, tanto pelo estágio do ciclo de taxas de juro, como pela dispersão a nível de preços e de avaliações que continuam a oferecer perspetivas de retorno/catch-up mais favoráveis para os denominados plays de investimento Value e Cíclicos.

MERCADOS

PSI-20 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO



Desde meados de julho que o PSI-20 tem vindo a registar ganhos sólidos, acompanhando a linha de tendência ascendente (vermelho tracejado). Contudo, em inícios de setembro, o índice português falhou o teste aos 5500 pontos, consolidando entre os 5300 e os 5500 pontos. Os indicadores técnicos, nomeadamente o MACD, sugerem que o índice continua a consolidar em torno dos níveis atuais.

DAX 30 - ANÁLISE DE LONGO PRAZO



Após várias semanas sem “novidades”, o Dax alemão acabou por realizar uma ligeira correção, quebrando em baixo o nível dos 15 500 pontos. Não obstante, as perdas foram ligeiras, pelo menos até ao momento. Assim, o nível dos 15 mil pontos ofereceu suporte e as perspectivas permanecem assim neutras para o curto prazo, sendo esperada uma lateralização à volta dos 15 mil/15 500 pontos no curto prazo.

MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO



FILIPÉ GARCIA
Economista da IMF – Informação de Mercados Financeiros
filipegarcia@imf.pt

Taxas de juro sobem em todos os prazos

Tem vindo a observar-se uma subida generalizada das taxas de juro nos últimos dias. Nesta última semana praticamente todas as Euribor registaram ganhos, ainda que marginais. Contudo, excetuando o prazo de 12 meses, todas as outras referências ainda se encontram abaixo da taxa de depósito do BCE de -0,50%. Na base desta subida generalizada está a ideia transmitida recentemente por alguns membros da FED que, nos EUA, a primeira subida das taxas de referência será já em 2022. Apesar de na UEM não haver ainda nenhuma indicação nesse sentido, o facto é que as pressões inflacionistas permanecem presentes, causadas sobretudo pelos elevados preços da energia (eletricidade, gás e ultimamente combustíveis líquidos) e pelos problemas nas cadeias logísticas que levam à escassez de alguns produtos. Toda a curva de rendimentos registou uma deslocação para cima, resultando que a primeira taxa a 6 meses positiva está nesta altura projetada para o primeiro semestre de 2025. A ajudar a este ambiente de expectativa de uma inflação

mais alta estarão certamente os indicadores de confiança de muitos consumidores europeus, suportados pelos desenvolvimentos mais positivos respeitantes ao controlo da pandemia. O INSEE apresentou esta semana o resultado de um inquérito efetuado às famílias francesas, com o indicador a subir para os 102 pontos face aos 99 pontos de agosto. Este é o valor mais alto desde junho e reflete acima de tudo o menor receio que os franceses têm de perder o seu posto de trabalho. Também na Alemanha, e apesar da incerteza política que reina no país, o sentimento dos consumidores está mais positivo. Segundo o inquérito efetuado a cerca de 2000 alemães pelo instituto GfK, o indicador de sentimento subiu para 0,3 pontos face a um valor negativo de 1,1 pontos no mês passado. Trata-se da leitura mais elevada do último ano e meio e traduz uma vontade acrescida dos consumidores da maior economia europeia de aumentarem os seus níveis de consumo. As expectativas são positivas quer a nível económico quer a nível de rendimentos futuros. As taxas de prazos mais longos registaram nesta última semana uma

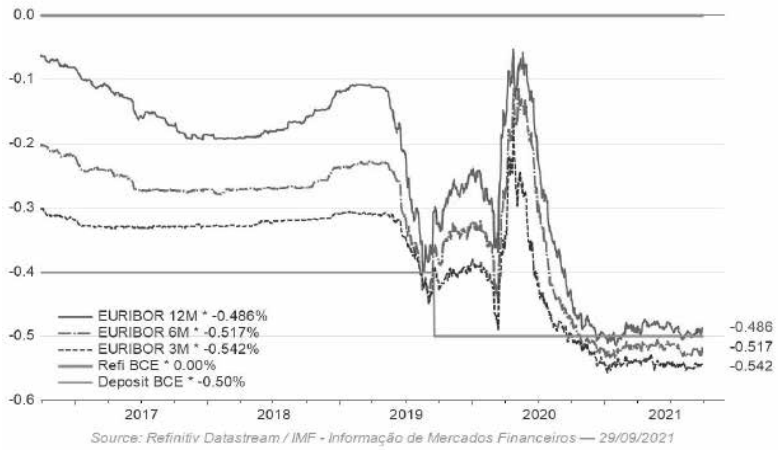
subida significativa entre 4 e 8 pb dos 3 aos 5 anos e cerca de 10 pb daí para a frente. Com este movimento, a taxa swap a 8 anos em euros já se encontra acima de 0%. Por detrás deste movimento esteve a ideia de que nos EUA a redução de compra de títulos se irá iniciar já em novembro. Os rendimentos dos títulos a 10 anos nos EUA subiram para os 1,55%, mas mais relevante foi a subida dos yields nos títulos a 2 anos para máximos de 18 meses. Na última emissão a este prazo, o tesouro dos EUA teve que pagar o dobro do cupão com que havia emitido na emissão anterior. A Europa acabou por acompanhar de perto o movimento, apesar da retórica do BCE, levando os rendimentos a 10 anos da Alemanha a subirem para os -0,172%, arrastando consigo os yields de outros países europeus, com Portugal a pagar agora 0,33% nesse prazo. Existe alguma expectativa quanto à configuração do próximo Governo alemão, sabendo-se que nem todos os potenciais parceiros de coligação do SPD têm a mesma postura sobre endividamento e política monetária europeia.

ANÁLISE PRODUZIDA A 29 DE SETEMBRO DE 2021

EVOLUÇÃO EURIBOR (EM BASIS POINTS)

	28.setembro 2021	08.março 2021		29.março 2021	
1M	-0,558%	-0,548%	▼	-0,010	-0,545%
3M	-0,543%	-0,537%	▼	-0,006	-0,536%
6M	-0,523%	-0,515%	▼	-0,008	-0,513%
1Y	-0,489%	-0,483%	▼	-0,006	-0,488%

TAXAS EURIBOR E REFI BCE



FUTUROS EURIBOR

Data	3 Meses Implícita
novembro 21	-0,540%
janeiro 22	-0,530%
junho 22	-0,485%
março 23	-0,385%
setembro 23	-0,310%
março 24	-0,225%

CONDIÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS

Euro Refinancing Rate	0,00%
BCE Euro Marginal Lending Facility	0,25%
Euro Deposit Facility	-0,50%
*desde 10 de março 2016	
EUA FED Funds	0,25%
R.Unido Prime Rate	0,10%
Brasil Taxa Selic	5,25%
Japão Repo BoJ	-0,10%

EURO FRA'S

Forward Rate Agreements		
Tipo*	Bid	Ask
1X4	-0,560	-0,520
3X6	-0,550	-0,510
1X7	-0,530	-0,490
3X9	-0,520	-0,480
6X12	-0,472	-0,452
12X24	-0,312	-0,302

*1x4 – Período termina a 4 meses, com início a 1M

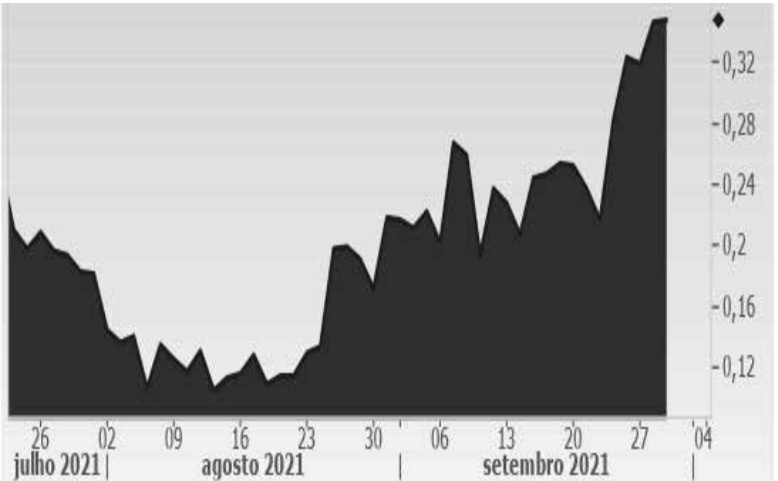
EURO IRS

InterestSwapsvs Euribor 6M		
Prazo	Bid	Ask
2Y	-0,430	-0,420
3Y	-0,367	-0,337
5Y	-0,198	-0,188
8Y	0,019	0,029
10Y	0,149	0,159

Obrigações	5Y	10Y
	-0,39	0,35
	-0,29	0,45
	-0,44	0,14
	-0,56	-0,21
	0,06	0,83
	0,63	0,99
	1,00	1,52
	-0,07	0,07

Fontes: Reuters e IMF

YIELD 10 ANOS PORTUGAL



RUI COSTA ruicosta@imf.pt

Eur/Usd em mínimos de 11 meses

EUR/USD



Eur/Usd

A nível técnico, com as perdas das últimas sessões, o Eur/Usd intensificou a forte perspectiva bearish, que vem a apresentar desde meados de setembro, seguindo em torno dos \$1,1650 – mínimos de 11 meses. O MACD apresenta um forte sinal de venda, reforçando esta perspectiva. É esperado que o par continue a recuar, podendo realizar um teste aos \$1,16 no curto prazo.

Eur/Jpy

A última semana foi marcada pelos ganhos do Eur/Jpy, seguindo novamente em torno da resistência entre os 130-131 ienes. Contudo, o par apresenta uma

perspetiva neutra para o curto prazo, sendo esperado que consolide em torno dos níveis atuais (130 ienes).

Eur/Gbp

Continuam a não existir grandes novidades a reportar sobre o Eur/Gbp. No longo prazo, o comportamento do Eur/Gbp continua a ser lateral desde finais de 2017, num intervalo largo, que compreende valores entre £0,83 e £0,95 libras. No curto prazo, e como referido, o par tem vindo a lateralizar, com uma forte resistência a £0,8725, já testada várias vezes. Como suportes, detetam-se os £0.8540/60 e £0,8470.

	29/setembro/21	Var. Semanal (%)	Var. a 30 dias (%)	Var. desde 1 jan (%)
EUR/USD	1,1654	-0,64%	-1,25%	-5,22%
EUR/JPY	129,89	1,08%	0,18%	2,58%
EUR/GBP	0,8644	0,52%	0,81%	-4,12%
EUR/CHF	1,0829	0,08%	0,29%	0,17%
EUR/NOK	10,1430	0,16%	-0,94%	-2,88%
EUR/SEK	10,1830	0,07%	0,02%	0,93%
EUR/DKK	7,4360	0,00%	0,00%	-0,03%
EUR/PLN	4,6260	-0,14%	1,27%	1,73%
EUR/AUD	1,6112	-0,41%	-0,34%	1,16%
EUR/NZD	1,6826	0,78%	-0,11%	-1,40%
EUR/CAD	1,4793	-1,36%	-0,50%	-5,30%
EUR/ZAR	17,5210	1,06%	1,53%	-2,23%
EUR/BRL	6,3218	2,57%	2,75%	-0,04%

Airbus acredita num avião a hidrogénio em 2035

A Airbus acredita que é possível concretizar o projeto de um avião a hidrogénio até 2035. Considera o consórcio europeu que se trata de um objetivo realista e que o aparelho poderá entrar ao serviço nessa data. Resta ainda garantir quantidades suficientes de combustível, no âmbito da transição energética do setor aeronáutico.

Martifer obtém adjudicação de obra em França

A Martifer obteve a adjudicação de um contrato em consórcio para a ampliação do aeroporto de Marselha Provence. O valor global do contrato ascende a 125 milhões de euros, sendo que os trabalhos a executar pela Martifer têm um valor de cerca 35 milhões de euros. A empresa será responsável pelo fornecimento e montagem da estrutura metálica.

TÍTULOS EURONEXT LISBOA					PAINEL BANCO SANTANDER								
Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act	
ALTRI SGPS SA	5,385	-1,10%	6,795	3,140	0,563	0,517	9,565	10,416	1,86%	5,50%	29/09/2021	16:35:12	
IBERSOL SGPS SA	5,760	1,05%	6,480	3,590	-1,080	-0,410	-	-	-	0,87%	29/09/2021	16:35:08	
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-R	0,151	15,46%	0,174	0,068	0,015	0,020	10,060	7,545	-	0,00%	29/09/2021	16:35:12	
F. RAMADA INVESTIMENTOS SGPS SA	5,960	1,71%	7,600	2,900	0,390	0,310	15,282	19,226	10,07%	4,53%	29/09/2021	16:35:29	
CORTICEIRA AMORIM SA	11,660	0,87%	12,200	9,430	0,559	0,646	20,859	18,050	1,59%	2,26%	29/09/2021	16:35:09	
CTT-CORREIOS DE PORTUGAL	4,670	-1,37%	5,220	2,040	0,224	0,298	20,848	15,671	1,82%	2,38%	29/09/2021	16:38:23	
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA	4,550	-2,15%	5,660	4,110	0,207	0,232	21,981	19,612	4,18%	4,24%	29/09/2021	16:35:21	
EDP RENOVAVEIS SA	21,100	-5,80%	26,400	13,740	0,519	0,617	40,655	34,198	0,38%	0,45%	29/09/2021	16:35:02	
GALP ENERGIA SGPS SA	9,578	9,01%	11,000	6,554	0,574	0,731	16,686	13,103	6,26%	6,06%	29/09/2021	16:38:26	
JERONIMO MARTINS	17,305	-2,64%	18,415	12,500	0,698	0,793	24,792	21,822	1,66%	1,99%	29/09/2021	16:37:45	
MOTA ENGIL SGPS SA	1,373	2,69%	1,750	1,024	0,004	0,082	343,250	16,744	-	3,64%	29/09/2021	16:35:06	
NAVIGATOR CO SA/THE	3,010	-1,31%	3,264	1,750	0,207	0,230	14,541	13,087	4,65%	7,31%	29/09/2021	16:35:18	
NOS SGPS	3,468	0,17%	3,672	2,686	0,253	0,249	13,708	13,928	8,02%	8,07%	29/09/2021	16:36:21	
PHAROL SGPS SA	0,090	-2,17%	0,158	0,087	-	-	-	-	-	-	29/09/2021	16:35:20	
REDES ENERGETICAS NACIONAIS	2,545	0,20%	2,580	2,200	0,176	0,178	14,460	14,298	6,72%	6,37%	29/09/2021	16:35:28	
SEMAPA-SOCIEDADE DE INVESTIM	12,000	1,35%	12,980	6,320	1,080	1,030	11,111	11,650	4,27%	2,50%	29/09/2021	16:35:15	
SONAE	0,913	0,44%	0,937	0,485	0,054	0,072	16,898	12,674	5,33%	5,37%	29/09/2021	16:35:02	
NOVABASE SGPS SA	4,780	-2,85%	4,950	3,100	0,170	0,210	28,118	22,762	-	4,50%	29/09/2021	16:37:51	
GREENVOLT-ENERGIAS RENOVAVEI	5,790	-6,31%	6,780	4,410	0,140	0,193	41,357	30,000	-	-	29/09/2021	16:35:23	

TÍTULOS MERCADOS EUROPEUS					PAINEL BANCO SANTANDER								
Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act	
BANCO SANTANDER SA	3,157	5,45%	3,509	1,466	0,402	0,422	7,852	7,480	1,54%	5,01%	29/09/2021	16:38:00	
INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL	32,190	0,00%	32,850	20,768	1,168	1,313	27,560	24,516	0,68%	2,96%	29/09/2021	16:38:00	
REPSOL SA	11,246	7,39%	11,550	5,042	1,384	1,523	8,126	7,384	5,23%	5,37%	29/09/2021	16:38:00	
TELEFONICA SA	4,083	0,25%	4,322	2,711	0,590	0,384	6,919	10,632	8,57%	7,35%	29/09/2021	16:38:00	
SIEMENS AG-REG	143,420	-4,13%	151,860	98,500	7,300	7,752	19,616	18,473	2,44%	2,51%	29/09/2021	16:35:19	
CARREFOUR SA	15,975	5,76%	18,100	13,040	1,400	1,586	11,411	10,073	3,00%	3,42%	29/09/2021	16:35:26	
BAYER AG-REG	47,420	1,85%	57,730	39,910	6,081	6,650	7,794	7,127	4,22%	4,24%	29/09/2021	16:35:20	
DEUTSCHE BANK AG-REGISTERED	10,998	4,84%	12,560	6,908	1,052	1,301	10,445	8,446	-	2,10%	29/09/2021	16:35:40	
RWE AG	31,420	-1,47%	38,650	28,390	1,814	1,790	17,310	17,542	2,71%	2,87%	29/09/2021	16:35:17	
VOLKSWAGEN AG	275,800	3,53%	357,400	131,800	28,346	32,230	9,737	8,563	1,74%	2,47%	29/09/2021	16:38:38	
ING GROEP NV-CVA	12,660	9,25%	12,686	5,647	1,187	1,158	10,666	10,933	4,74%	7,32%	29/09/2021	16:36:26	

Este relatório foi elaborado pela tesouraria do Banco Santander em Portugal, telf. 21 381 65 80, email: cashequities@santander.pt, com base em informação disponível ao público e considerada fidedigna, no entanto, a sua exactidão não é totalmente garantida. Este relatório é apenas para informação, não constituindo qualquer proposta de compra ou venda em qualquer dos títulos mencionados.



PAULO ROSA
Economista Sénior do
Banco Carregosa

Crise energética precipita estagflação?

O crescente aumento dos preços da energia corroboram uma crise energética global. A elasticidade do consumo de energia é rígida e o inverno no hemisfério norte aproxima-se e com ele o frio. Em 1970, a crise energética culminou num período de estagflação. A atual inflação temporária caminhará para uma inflação mais persistente? Um período de inflação mais longo e níveis de preços indesejáveis poderiam ditar uma antecipação da redução das compras de ativos pela Reserva Federal dos EUA e uma subida, mais cedo do que esperado, das taxas de juro para mitigarem a subida de preços. Uma estagflação nos EUA seria, talvez, definida por um crescimento do PIB à volta dos 3% ou abaixo e uma taxa de inflação de 3% ou acima, medida pelo PCE ‘core’, talvez o critério mais apropriado para aferir a alteração de preços devido à atualização mais frequente do seu cabaz de bens e serviços e à sua cobertura mais abrangente relativamente ao IPC. A subida das taxas de juro acabaria por intensificar ainda mais uma hipotética estagflação espoletada por uma crise energética.

O Brent de Londres, referência mundial para dois terços da oferta de petróleo, atingiu os 80 dólares por barril pela primeira vez desde setembro de 2018 e o gás natural quadruplicou de preço nos últimos 12 meses, estando aos níveis do último trimestre de 2008, após o colapso do Lehman Brothers e consequente Grande Recessão. O fenómeno temporário de ‘contango’ do ano passado reverteu gradualmente para um salutar ‘backwardation’, mas a inclinação negativa da curva de futuros do petróleo intensifica-se, num claro sinal de que os investidores acreditam que a oferta continuará a ser exígua e poderá redundar em estagflação, ou seja, crescimento anémico acompanhado de inflação.

Na Europa, o megawatt/hora (mwh) de eletricidade negociado na OMIP, MIBEL e EEX subiu dos 40 euros para cerca de 180 euros. Ou seja, o custo para as comercializadoras de eletricidade era de € 0,04 o KiloWatt/hora (kwh) até há alguns meses e atualmente é de € 0,15 a € 0,18/kwh. A subida dos preços das licenças europeias para emissão de CO2 é um dos principais impulsores dos custos da eletricidade. Por exemplo, as famílias portuguesas pagam cerca de € 0,17 ou € 0,18 kwh, a carga fiscal ronda

os 60% e é transversal na Europa, mas agora os preços agravar-se-ão.

O carvão quadruplicou de preço nos últimos 14 meses e está em níveis recordes. A diminuição da oferta da China impulsiona o preço do carvão, à medida que o país promete atingir os padrões de emissões e alcançar a neutralidade de carbono até 2060.

O que fazer? Uma redução da carga fiscal conseguiria mitigar o problema, mas os atuais níveis de dívida pública, muito mais elevados que em 1970, são um entrave a mais endividamento e podem pressionar os juros pelo efeito de ‘crowding-out’. Uma transição energética mais gradual e faseada, abrandando o seu ritmo, de forma a preservar o crescimento económico e o emprego. Algumas empresas não conseguem acompanhar a subida dos custos e na ausência de escala ou ‘pricing power’ serão obrigadas a encerrar. O regresso gradual do petróleo de xisto poderá atenuar a subida dos preços. Reverter o desinvestimento em energia nuclear seria uma opção?

A falta de energia poderá impulsionar os preços do aço e do alumínio. A escassez de semicondutores e outros ‘bottlenecks’ pressionam também os custos das empresas. Crescem as dificuldades para as famílias acompanharem a subida dos preços da energia e, neste contexto, um aumento substancial dos salários reforçaria ainda mais a estagflação. Todavia, este é o preço a pagar pela rápida transição para uma energia mais ‘verde’.

A estagflação ocorre quando uma economia enfrenta alterações repentinas e significativas na oferta de uma mercadoria ou serviço (choque da oferta), como um rápido aumento no preço da energia. A produção torna-se mais cara e menos lucrativa, desacelerando o crescimento económico. Atualmente, a subida é generalizada a todas as fontes de energia. A estagflação pode ser resultado também de uma política económica desfasada e imposta muito rapidamente. Por exemplo, políticas energéticas sem uma gradual e cuidadosa introdução podem penalizar muito os custos das indústrias e das empresas, e podem resultar num crescimento económico mais lento e numa inflação mais alta. As crescentes necessidades ambientais e cumprimento de metas de descarbonização podem condicionar os preços.



eBroker
As principais bolsas mundiais ao seu alcance.

O acesso digital dos mercados financeiros.

Para clientes aderentes ao Netbanco e App eBroker.
Informe-se sobre as condições do serviço em www.santander.pt



AUTOMÓVEL

Mercedes-Benz Vans inicia vendas do novo “Citan”

A Mercedes-Benz Vans anuncia o início de vendas em Portugal do novo Mercedes-Benz Citan, que está agora disponível para encomenda na versão Citan Furgão Standard e Citan Tourer Standard, com motorização a combustão e duas linhas de equipamento distintas: BASE e PRO.



Volvo vai eliminar couro em todos os automóveis

A Volvo Cars acaba de anunciar mais uma medida de sustentabilidade rumo à economia circular. A partir de agora, todos os novos modelos Volvo Cars 100% elétricos, a começar pelo novo Volvo C40 Recharge, que já se encontra à venda em Portugal, não terão qualquer componente em couro.

Com efeito, o interior do novo C40 é constituído por têxteis provenientes de materiais reciclados (como por exemplo garrafas PET), por material biológico oriundo de florestas da Suécia e da Finlândia e por rolhas recicladas da indústria do vinho.

As medidas adotadas pela Volvo Cars vão mais além, com o anúncio do objetivo de que 25% do material que compõe os seus novos modelos seja constituído por uma

base biológica ou reciclada, sendo que está empenhada em encontrar fontes sustentáveis e de elevada qualidade que sejam alternativas a muitos dos materiais utilizados atualmente na indústria automóvel. Esta exigência será extensível aos seus fornecedores imediatos.

A Volvo Cars continuará a oferecer opções de misturas de lãs, mas somente de fornecedores que sejam certificados como responsáveis, uma vez que a empresa irá rastrear a origem e o bem-estar animal associado a toda esta cadeia de fornecimento.

Recorde-se que a Volvo Cars anunciou este ano que passará a ser um fabricante de automóveis exclusivamente elétricos até 2030.



PUB



Oferta Especial



SAIBA MAIS



Consigo em todos os momentos

ONE LIFE. LIVE IT WELL.



EM FOCO

Fundación Cepsa aposta na sustentabilidade

A Fundación Cepsa abriu o período de inscrições para os Prémios ao Valor Social, que têm como objetivo reconhecer e promover diferentes projetos sociais que promovam a inclusão e a qualidade de vida de pessoas ou grupos mais desfavorecidos.

Casos da Vida Judiciária



MARIA JOSÉ ESTEVES
Sócia RSA-LP



A Comunicabilidade da Dívida ao Cônjuge do Avalista

A questão da comunicabilidade da dívida analisada por referência à responsabilidade cambiária do cônjuge, enquanto avalista da livrança subscrita por uma sociedade devedora, e não por via de qualquer responsabilidade assumida a outro título, como por exemplo a fiança, tem desde logo em consideração a responsabilidade solidária do mesmo pelo pagamento do título (livrança). Mas, a obrigação do aval tem de ser contraída em proveito comum do casal (o qual não se presume, exceto nos casos em a lei o declarar), para que possa responsabilizar ambos os cônjuges. Sendo que, pela prestação do aval na livrança que garanta o bom e pontual pagamento de um contrato de mútuo cuja beneficiária foi uma sociedade, o avalista (em regra, o cônjuge sócio ou gerente da sociedade avalizada) assume uma dívida, não existindo, no entanto,

uma vez que, a sociedade constitui uma individualidade distinta dos sócios, pelo que, só remota ou reflexamente poderá resultar benefício para o mesmo do aval que tenha sido prestado a favor da sociedade subscritora da livrança. Sucede, porém, que pela dívida comercial assumida pelo cônjuge comerciante e também no exercício do comércio (as dívidas comerciais do cônjuge comerciante presumem-se contraídas no exercício do seu comércio, conforme dispõe o artigo 15.º do Código Comercial), respondem ambos os cônjuges, salvo se estiver provado que da dívida assim contraída não resultou proveito comum para o casal ou se no casamento vigorar o regime de separação de bens (conforme disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 1691.º do Código Civil), incumbindo ao devedor (cônjuge avalista) o ónus de alegação e prova

de comércio isolados e as dívidas provenientes de atos de comércio estranhos ao exercício reiterado e profissional do comércio. Pelo que, a Jurisprudência e a Doutrina têm entendido que, de forma a harmonizar as duas disposições legais acima citadas (Código Civil e Lei Comercial), é necessário uma dupla e articulada presunção: as dívidas comerciais do cônjuge, desde que comerciante, presumem-se realizadas no exercício da sua atividade comercial e, desde que presuntivamente realizadas no exercício do “seu” comércio, presumem-se contraídas em proveito comum do casal. Termos em que, mesmo admitindo-se que a prestação do aval possa configurar um ato de comércio, teria sempre que concluir-se que o cônjuge avalista exerceu o “seu” comércio, exercício que não decorre do facto de ser administrador/gerente ou acionista/sócio de uma sociedade. Ou seja, não é suficiente para que se possa presumir a conexão da dívida exequenda com o exercício do comércio por parte do cônjuge avalista (devedor cambiário), o facto do mesmo ser comerciante e que como avalista da livrança tenha praticado um ato formalmente comercial. Efetivamente, a citada alínea d) do artigo 1691.º do Código Civil torna comunicável a dívida ao cônjuge do avalista, pela circunstância de tal dívida haver sido contraída no exercício do comércio, e, por sua vez, o citado artigo 15.º do Código Comercial exige a prática de um ato comercial do cônjuge comerciante (avalista) para se possa presumir o exercício do comércio que implique a comunicação da dívida ao seu cônjuge. Assim se impõe fazer a prova da comercialidade substancial da obrigação subjacente do cônjuge avalista. Pois sem ela jamais se pode presumir que a mesma foi realizada no exercício do “seu” comércio e, por isso mesmo, presumir outrossim, que foi contraída em proveito comum do casal e, consequentemente, concluir pela comunicabilidade de tal dívida ao cônjuge não avalista. Onde se conclui que o ato de prestação do aval por si só, é de todo insuficiente para caracterizar o proveito comum do casal e, por consequência para determinar a comunicabilidade da dívida.

“As dívidas comerciais do cônjuge, desde que comerciante, presumem-se realizadas no exercício da sua atividade comercial e, desde que presuntivamente realizadas no exercício do “seu” comércio, presumem-se contraídas em proveito comum do casal”

qualquer facto de onde resulte que houve qualquer contrapartida direta ou imediata para o mesmo e, inexistindo benefício (proveito do casal), tal dívida não se poderá comunicar ao seu cônjuge. A natureza gratuita e unilateral que, em regra, o aval consubstancia, sem que traga qualquer contraprestação, ou seja, sem que do ato em si possa resultar benefício para o casal, aliás e caso a dívida não seja paga poderá até advir prejuízos, obsta a que sem mais se possa considerar verificada a comunicabilidade da dívida ao cônjuge não avalista. Com efeito, é Jurisprudência e Doutrina assente que o proveito comum do casal deve resultar do ato constitutivo da dívida e não ser um efeito meramente indireto ou reflexo, como também é pacífico na jurisprudência, que mesmo do aval prestado a favor de uma sociedade em que o avalista é sócio não resulta benefício imediato para o casal,

de tal facto, o qual é impeditivo do direito do credor. Mas, na questão em apreço, tal exercício do comércio terá de ser analisado como exercício do comércio por parte do cônjuge avalista (em seu nome e não em representação de outrem) e, não como o exercício de qualquer comércio, mormente do comércio da sociedade avalizada, pois de acordo com o disposto no artigo 13.º do Código Comercial, são comerciantes as sociedades e as pessoas que tendo capacidade para praticar atos de comércio, fazem deste profissão. Logo, é entendido por “exercício do comércio”, não a prática de quaisquer atos de comércio, mas apenas o desempenho da profissão de comerciante, excluindo-se da presunção do artigo 1691.º n.º 1 alínea d) do Código Civil e do artigo 15.º do Código Comercial, as dívidas provenientes de atos



JOSÉ MARTINO
Cidadão, Lutador pelo
Desenvolvimento de
Portugal

Eleições mostram sistema político obsoleto

Agora que se está na fase de análise das eleições autárquicas, seria extremamente interessante promover um estudo científico que fizesse o levantamento das principais causas que explicam a elevada taxa de abstenção (46,25%), assim como dos votos brancos (2,5%) e nulos (1,58%). Claro que, paralelamente, teria que haver uma auditoria aos cadernos eleitorais para concluir se existem, ou não, os 9 318 551 cidadãos portugueses com mais de 18 anos e capacidade para votar (os censos de 2021 indicam que residem em Portugal 10 347 892, os valores não são comparáveis porque existem comunidades de imigrantes que não têm ou não requereram cidadania portuguesa). Acredito que, dentro de poucos dias, a agenda política mediática irá ser transferida para o Orçamento do Estado de 2022, nas suas medidas que geram “soundbytes” capazes de fazer com que os partidos de esquerda se sintam confortáveis para se absterem ou aprovarem o documento. O que se dirá nessa altura sobre a agricultura e o mundo rural? Creio que nada ou muito pouco de substancial será objeto de mediatismo por parte dos agentes políticos e dos meios de comunicação social. Os players do mundo rural tal como a maioria dos portugueses, estão anestesiados ou abúlicos perante a realidade política, económica e social atual. Por exemplo, esta letargia nos agentes do mundo rural é decorrente do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) que devia estar em consulta pública desde julho passado, mas que os políticos ainda não divulgaram quando será tornado público e o respetivo cronograma subsequente, sendo certo que terá de ser submetido aos serviços da União Europeia até 1 janeiro de 2022, com o objetivo de entrar em vigor a 1 janeiro de 2023. E também há muitos jovens e não jovens

interessados em investir na agricultura, há atrasos nos concursos para candidaturas para atribuição das ajudas financeiras públicas de apoio ao investimento na agricultura, PDR2020. Por outro lado, há falta de informação concreta e de fácil acesso sobre a execução orçamental, comparação entre o previsto e executado, seria muito importante que houvesse um portal na internet onde o cidadão comum pudesse acompanhar a execução orçamental, as respetivas revisões e alterações, assim como tudo aquilo que se orçamentou e que não se executou, porque, apesar de constarem no orçamento, o seu objetivo foi, desde o início, nunca ser implementado. Seria muito interessante saber o que fez cada deputado da Comissão Parlamentar de Agricultura para fiscalizar a execução orçamental. E esclarecerem publicamente e em tempo útil o que não é gasto do Orçamento do Estado para a agricultura, onde é empregue cada cêntimo e quais os resultados que geram na economia e sociedade de Portugal. Os políticos querem diminuir a abstenção, mas, pelo contrário, têm comportamentos que a promovem porque não têm comportamentos consentâneos com o que apregoam, há falta de transparência na sua ação, não divulgam as respetivas agendas, as atas das reuniões e eventos, etc. em que participam, não cumprem as promessas que fazem aos eleitores porque muitas delas são irrealistas, etc. Desafio cada um dos eleitores a encontrar na internet o programa eleitoral da força política que venceu as eleições no seu concelho em 2017 e a apresentação pública do balanço da sua ação para candidatura em 2021. Encontrou? Se não encontrou o balanço e o candidato(a) que foi reeleito porque é que há queixas sobre os que não votam? O sistema político não estará obsoleto e, precisar de ser melhorado?

Segurança Social com excedente de 49,5 milhões

A Segurança Social atingiu um saldo de 49,5 milhões de euros, em agosto, o que se traduziu numa variação positiva de 135,4 milhões, face a igual período do ano passado. Esta melhoria ficou a dever-se a um aumento da receita de 1396,7 milhões de euros e de 1261,2 milhões da despesa.

Neste contexto, a receita efetiva ascendeu a 20 830,3 milhões de euros, mais 7,2%, em termos homólogos. Para este aumento contribuíram os acréscimos de mais de mil milhões em contribuições e quotizações e de 109 milhões de euros em financia-

mento do Orçamento do Estado, refere o Governo em comunicado. A despesa efetiva fixou-se perto de 20,8 mil milhões de euros, num crescimento de 6,5%. Neste caso, “o aumento foi gerado, essencialmente, pelas medidas extraordinárias adotadas no âmbito da situação de pandemia, que representaram um acréscimo da despesa de 1660 milhões de euros. O aumento da despesa ficou ainda a dever-se às prestações de desemprego, pensões e complementos, à formação profissional e à ação social, bem como aos programas e prestações de ação social.

Comissão quer alterar legislação do setor farmacêutico

A Comissão Europeia pretende um modelo regulador do setor farmacêutico mais adequado ao futuro e resiliente a eventuais crises. Assim, lançou uma consulta pública para a revisão da legislação na área farmacêutica. É mais um passo no sentido da reforma anunciada na Estratégia Farmacêutica Europeia, apresentada em novembro do ano passado.

A consulta vai decorrer até 21 de Dezembro e pretende recolher opiniões do público em geral e dos “stakeholders”, tendo em conta a necessidade de sustentar a avaliação

e o impacto da revisão da legislação em causa. Bruxelas tem trabalhado uma série de ações, em cooperação com as autoridades nacionais, a Agência Europeia do Medicamento e organizações de “stakeholders”. Uma das principais ações passa pela revisão geral da legislação, prevista para o final do próximo ano. A consulta pública incide sobre o desempenho da legislação farmacêutica, as necessidades de medicamentos, os problemas relacionados com as cadeias de fornecimentos, a qualidade e a produção de medicamentos, entre outros aspetos.

PUB



INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL
Joining Cultures

Almoço-Debate com Vice-Almirante Henrique Gouveia e Melo
Coordenador da "Task-Force" Responsável pela Vacinação contra a Covid-19



13 de Outubro Sheraton Lisboa Hotel & Spa

"O processo de Vacinação contra o COVID-19 em Portugal"

Main Sponsor:  GRUPO8

Gold Sponsors:  VAZCONSTRÓI  AR 36  CARCLASSE

Media Partners:  JF  O JORNAL ECONÓMICO  NOVO  VIDA ECONÓMICA

Partners:  CARCLASSE  ESSENTIA  LIDER IMOBILIÁRIO  BKF

Inscrições: geral.icpt@gmail.com | geral@icpt.pt 211 320 413 | 913 330 055

NOTA DE FECHO



JORGE A. VASCONCELLOS E SÁ

Mestre Drucker School / PhD Columbia University

Professor Catedrático

E-mail: associates@vasconcellosea.com

Website: www.vasconcellosea.com

LinkedIn: <http://www.linkedin.com/in/vasconcellosea>

<http://www.linkedin.com/company/vasconcellos-e-sa-associates/>

Twitter: <https://twitter.com/VasconcelloseSa>

E se os países fossem empresas?

Há alguns anos a Sonangol organizou em Angola uma conferência com dois oradores, sobre economia o Nobel **Paul Krugman** e sobre gestão, em que apresentei algumas das ideias de Peter Drucker.

A parte mais valiosa da minha intervenção foi certamente quando a tradução simultânea pura e simplesmente rebentou, tendo eu assumido as funções de tradutor de Krugman, o qual a dada altura e para absoluto espanto da audiência, afirmou literalmente: “*nós, economistas, não sabemos as causas do crescimento económico*”.

Robert Lucas, outro Nobel e reconhecidamente um dos macroeconomistas mais influentes, relata o seu repetido embaraço quando visitando um qualquer país para conferências na (fatal) audiência com o primeiro-ministro, este lhe faz (a também fatal) pergunta: “o que devo fazer para acelerar o crescimento do PIB?”.

Friedman responderia: **mais liberdade**. Mas esta inclui menos estado, menos impostos, menos regulamentação, vouchers para os alunos escolherem as escolas, privatizações, protecção dos direitos de propriedade e dos direitos dos sócios minoritários, flexibilização do mercado de trabalho, etc., etc.

E o **World Economic Forum** (e o **IMD**) têm índices de competitividade que se (co)relacionam fortemente com o PIB per capita mas com dois inconvenientes: primeiro, a lista é **extensíssima** incluindo largas dezenas de variáveis; e segundo, relação não significa **causalidade**.

A venda de gelados está associado ao número de mortes por afogamento, mas a primeira não causa a segunda, sendo ambas consequência da vaga de calor.

Na Holanda os máximos de números de ninhinhos de cegonhas e de nascimentos de bebés, coincidem na primavera; mas novamente não há causalidade sendo ambos consequência de uma terceira variável, o tempo: a primavera no primeiro caso e nove meses antes no segundo.

Ou seja, há dezenas de variáveis associadas ao rendimento per capita, mas para se saber a causa tem que se ter uma **teoria** (e depois testar estatisticamente a relação).

O resultado é que o trabalho do Nobel **Solow** explica **33%** (das causas) do crescimento económico (14% devido à instrução e 19% devido à melhoria do equipamento) e o resto (67%) Solow definiu como **a medida da nossa ignorância**.

E houve depois a contribuição de **Paul Romer** (Nobel 2018) com a teoria do crescimento endógeno, ou seja a importância da disseminação do conhecimento entre a população e daí a promoção do empreendedorismo, novas tecnologias, R&D, patentes como incentivos, ou seja tudo relacionado com capital intelectual.

Em síntese, na economia, sabe-se **mais** sobre políticas de estabilidade no curto prazo, **do que** as causas do crescimento económico no longo prazo.

Mas... e se um país fosse uma empresa?

Ao fim e ao cabo há muitas multinacionais que vendem e empregam mais que inúmeros países: a Toyota, o Citigroup, a Samsung, a Exxon, a Shell, a Apple...

E o governo de um país equivale (±) à sede de uma empresa com muitas divisões de negócios.

E o lucro corresponde ao valor acrescentado cuja soma dá o PIB.

Ora, **de que depende o lucro de uma empresa?** Da excelência das várias áreas da gestão: da estraté-

gia, do marketing, da produção, dos recursos humanos, das finanças, da contabilidade e controlo (what happens is not what we expect but what we inspect), etc.

E um país tem estratégia? Tem: aquilo que exporta e o que importando abdica de produzir (o meu back office é o front office de outros e – como os recursos são escassos – o primeiro passo para crescer é decidir o que vou deixar de fazer – Peter Drucker).

O **marketing** de um país? É o somatório das políticas comerciais das suas empresas de turismo, calçado, confecções, etc.

Há também o sistema **financeiro**. E a qualidade das **fábricas** (em equipamento, qualidade dos operários e gestão). E assim sucessivamente.

Em resumo, um país pode ser visto como uma empresa com as suas várias áreas de gestão e para as quais existem indicadores.

Por exemplo para a área dos *sistemas de informação de gestão*, várias ONGs avaliam os países em termos de disseminação de novas tecnologias.

Para o departamento de R&D há o global innovation index, entre outros. A qualidade da área de *operações (produção)* pode ser avaliada pela formação bruta de capital fixo. E a *área financeira* pela saúde do seu sistema financeiro (medido p.e. pelo WEF através da facilidade de acesso a empréstimos, nível de taxas, disponibilidade de capital de risco, etc.).

É pois possível **medir a qualidade de várias áreas de gestão de um país**. **As quais são dez, a saber:** 1) *estratégia*, 2) *marketing*, 3) *finanças*, 4) *contabilidade*, 5) *operações* (produção), 6) *sistemas de informação*, 7) *R&D*, 8) *área administrativa* (segurança, higiene, etc.), 9) *gestão geral* (organograma, coordenação, controlo, estabelecimento de objectivos), e 10) *recursos humanos*.

E se o fizermos?

Se o fizermos **92%** da diferença entre rendimento per capita dos países é explicado pela diferença de qualidade nas várias áreas de gestão (ficando 8% por explicar).

Ah, é verdade... **e não se diz para aí que as pessoas são o activo mais importante?**

Serão mesmo?

Em boa verdade, depende. Primeiro, há países onde as pessoas estão no activo e outros em que estão no passivo. E quando no activo podem valer mais ou menos.

E nos recursos humanos há vários aspectos: *staffing* (pôr a pessoa certa no sítio certo, já que as pessoas são como o capital, valem em função de onde são aplicadas – Napoleão), políticas de *incentivos*, etc. etc. Mas há sempre **três coisas imprescindíveis**: **ética pessoal** (carácter, porque as maçãs podres...), **ética profissional** (sentido de responsabilidade, iniciativa, esforço, etc.) e **instrução** (não tempo, mas qualidade).

E só estas três explicam **78%** das diferenças de riqueza entre países, explicando as outras áreas da gestão (marketing, sistemas de informação, etc.) o restante.

Em síntese? Peter Drucker (como sempre): *não há países subdesenvolvidos, há países subgeridos*.

P.S.: Para o leitor com formação em econometria há boas notícias: as regressões subjacentes aos números de cima (92% e 78%), **não têm** multicolinearidade, heterocedasticidade, autocorrelação de resíduos, etc.



Projetos de reabilitação apoiados pelos IFRRU 2020 ultrapassam os 994 milhões de euros de investimento

Pág. VII



Santander lidera financiamento do programa IFRRU 2020 com 188 projetos

Págs. VII

Preços subiram 6,6%

Venda de casas cresce 58,3% no 2º trimestre deste ano

Pág. II

Castro Group em parceria com Farfetch

Inovação e sustentabilidade marcam projeto Fuse Valley em Matosinhos

Pág. VIII

Sandra Fragoso, gestora do SIL, destaca

“O SIL é o local por excelência onde os players do setor se encontram e os negócios acontecem”

Pág. VIII





Notícia

Preços subiram 6,6%

Venda de casas cresce 58,3% no 2º trimestre deste ano

Entre abril e junho foram transacionadas 52 855 casas em Portugal que juntas, geraram vendas no valor de 8600 milhões de euros, apurou o INE. No 1º semestre, este mercado transacionou perto de 15 500 milhões de euros.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou na última semana os resultados trimestrais do Índice de Preços da Habitação (IPHAb), revelando que o número de habitações transacionadas no nosso país entre abril e junho cresceu 58,3% face a igual período de 2020, com 52 855 casas vendidas.

A maioria das vendas (85,9%) foram de casas usadas, num total de 45 404 unidades, o que se traduziu num crescimento homólogo de 61,2%. No caso das casas novas, foram registadas 7451 transações, mais 42,6% por comparação com o 2º trimestre de 2020.

Na passagem do 1º trimestre de 2021 para o 2º trimestre de 2021, o número de casas vendidas aumentou 20,8% (-12,0% no trimestre anterior).

Este crescimento foi extensível a ambas as categorias de habitações, tendo-se registado taxas de variação de 22,0% e 14,1% nas habitações existentes e novas, respetivamente.

Foram registados cerca de 8600 milhões de euros em vendas neste período, o que representa um aumento de 66,5% face ao 2º trimestre de 2020. Do valor total transacionado, aproximadamente 7000 milhões de euros corresponderam

milhões de euros apurados no trimestre anterior (-8,1% no 1º trimestre de 2021). O crescimento observado no valor dos alojamentos novos excedeu aquele que foi registado nos alojamentos existentes, 24,1% e 23,6%, pela mesma ordem.

Preços subiram 6,6%

A tendência ascendente também continuou ao nível dos preços,

em relação ao trimestre anterior, acelerando o ritmo face ao crescimento de 1,6% registado entre janeiro e março. Neste caso, o crescimento de preços nas casas novas (3,5%) foi quase o dobro do observado nas casas usadas (1,8%).

É na Área Metropolitana de Lisboa que foi registado o maior preço médio por casa desde 2009, que ronda os 226 mil euros. Já na Área Metropolitana do Porto foi de 154 mil euros, o terceiro maior preço médio por habitação alguma vez apurado.

Na região do Algarve, houve também um recorde: foram gastos, em média, 224 mil euros por cada casa transacionada, um valor muito próximo da AM Lisboa e o segundo maior de todas as regiões.

No Norte, os 133 mil euros pagos, em média, por cada habitação representam o segundo maior valor desde 2009 na região. E no Centro, os 102 mil euros médios é o seu terceiro maior de sempre.

A maioria das vendas (85,9%) foram de casas usadas, num total de 45.404 unidades, o que se traduziu num crescimento homólogo de 61,2%.

a transações de usados (aumento de 70 % face ao mesmo período de 2020) e 1600 milhões de euros foram relativos a transações de casas novas (aumento homólogo de 53,0%).

O valor das casas vendidas cresceu 23,7% face aos cerca de 6900

milhões de euros apurados no trimestre anterior (-8,1% no 1º trimestre de 2021). O crescimento observado no valor dos alojamentos novos excedeu aquele que foi registado nos alojamentos existentes, 24,1% e 23,6%, pela mesma ordem.

Os preços aumentaram 2,2%

Consultório Jurídico

Documentos particulares autenticados (DPA) vs. escrituras públicas

As alterações legislativas efetuadas no âmbito do Simplex e que deram origem a várias alterações alargaram aos Advogados e Solicitadores a possibilidade de formalizarem negócios jurídicos relativos a imóveis através de Documento Particular Autenticado (DPA).

Assim, desde a entrada em vigor do suprarreferido diploma legal os negócios jurídicos relativos a imóveis podem ser celebrados por escritura pública ou DPA.

Sendo que, na realidade, o comum cidadão poderá questionar-se sobre qual a diferença entre a escritura pública e o DPA, dado que ambos se destinam ao mesmo fim e produzem os mesmos efeitos.

Ora então vejamos,

Prática do ato:

A Escritura Pública é um documento em que a declaração de vontade é expressa por forma escrita, cuja competência é exclusivamente dos Notários; este documento é elaborado

pelo Notário e subscrito por ele e pelos outorgantes. O papel do Notário não se traduz na autenticação das assinaturas das partes intervenientes e das suas declarações, a contrário, é ele que exara o documento autêntico – Escritura Pública, expressando e autenticando a vontade das partes.

Já em contraposição, o DPA é escrito e assinado unicamente pelos intervenientes, a entidade autenticadora poderá ou não redigi-lo sem outorga no documento, não consigna as declarações de vontade das partes por forma expressa e adaptada ao normativo legal aplicável à especificidade do negócio jurídico por elas desejado e não subscreve o documento com as partes.

Sendo assim o documento composto por duas partes, o "documento particular" celebrado entre os intervenientes e o termo de autenticação elaborado pela entidade autenticadora.

Optando pelo DPA é assim determinante e aconselhável recorrer a Profissional sensível e

habilitado no exercício de sua atividade de aconselhamento técnico-jurídico, auxiliando as partes na redação adequada do documento ou ser este a redigi-lo, sendo depois assinado apenas pelas partes contratantes.

Produção de efeitos:

A Escritura Pública produz os seus efeitos automaticamente após a assinatura, sendo certo que esta não dispensa o posterior registo do ato junto da entidade que for competente para o efeito.

Quanto ao DPA, após a assinatura de todas as partes, o advogado ou solicitador tem a obrigação de fazer o seu depósito eletrónico imediatamente, acompanhado de todos os documentos que serviram de base. Só após a conclusão desse processo é que se atribui validade ao documento e este produz efeitos jurídicos.

Diferença de custos:

Regra geral, os custos dos DPA podem ser inferiores ao da Escritura Pública, mas deverá

Marcos Amado
Advogado Estagiário
da PRA – Raposo, Sá Miranda
e Associados



sempre questionar sobre os mesmos de antemão, de forma a considerar a melhor proposta para a sua situação.

Qual dos dois escolher?

No caso da Escritura Pública, os intervenientes normalmente optam por essa via, considerando que estamos perante um ato público imediatamente válido após a assinatura do Notário, sendo que este ato se encontra revestido de formalismos que dão a aparência de se tratar de um ato mais seguro.

Já o DPA, em sentido diametralmente oposto, é eleito pela sua praticidade e conveniência, visto não se ver revestido dos mesmos formalismos, que facilitam a elaboração do documento e a conclusão do negócio de forma mais célere.

Pelo que, antes da tomada de decisão, deverá considerar todas as diferenças aqui indicadas e optar pelo instrumento que melhor se adapte às suas necessidades.



Notícia

Região do Porto arrecadou parte significativa dos prémios Magazine Imobiliário

O WOW Porto, empreendimento cultural com museus, lojas, restaurantes, bares, localizado na zona histórica de Gaia, foi o grande vencedor do Prémio Nacional do Imobiliário, sendo galardoado na categoria de Equipamentos Coletivos e considerado de forma unânime pelo júri como o Melhor Empreendimento do Ano 2021.

Na categoria Comércio o premiado foi o Galeria – expansão do NorteShopping; na categoria Escritórios o laureado foi o empreendimento Porto Office Park; na categoria Habitação foi distinguido o Edifício Náutico; e na categoria Turismo foi reconhecido o Country Club do Palmares, Ocean Living & Golf.

O Ivens Arte foi duplamente galardoado com o Prémio Reabilitação, uma distinção que existe desde a primeira edição do Prémio Nacional do Imobiliário, e o Prémio Sotheby's International Realty atribuído por esta marca imobiliária de luxo.

Na edição deste ano, o júri decidiu atribuir duas Menções Honrosas nas categorias de Equipamentos Coletivos e Turismo, nas quais triunfaram os empreendimentos Casa dos 24 e Pena D'Água Boutique Hotel e Villas respetivamente.

A gala decorreu no Vila Galé Sintra Resort Hotel Conference & Spa e recebeu, num ambiente de festividade e com toda a segurança, 184 convidados, entre finalistas, individualidades, empresas e associações do setor.

O júri foi constituído por Paulo Silva, head of country da Savills, Hugo Santos Ferreira, presidente da APPII, Carlos Mineiro Aires, Bastonário da Ordem dos Engenheiros, arquiteto Mário Sua Kay e Alberto Henriques, Associate diretor / Investment da Savills Portugal, que atribuíram o troféu mais elevado da noite.

Realizado pela revista Magazine Imobiliário, de publicação bimestral, vocacionada, sobretudo,

para os setores do Imobiliário, Construção, Ambiente e Turismo, orgulha-se da sua isenção, rigor e independência de qualquer força política ou económica.

No dia 1 de novembro de 2021, a Magazine Imobiliário abre as inscrições para o Prémio Nacional do Imobiliário 2022, retomando o calendário habitual deste evento que pretende homenagear todos os que se dedicam ao setor imobiliário.



O Prémio Nacional do Imobiliário foi o último grande evento do imobi-

liário de 2020, antes da pandemia de Covid-19, e é o primeiro do período

de desconfinamento em 2021.

A realização desta iniciativa, possível graças aos patrocinadores, apoios e parceiros, conta com a Savills, que continua a ser o patrocinador principal, o Santander, o banco oficial, e a Victoria Seguros, a seguradora oficial. Juntam-se também os "sponsors" Aura Real Estate Experts, ERA Portugal, Portugal Sotheby's International Realty, LG Portugal, hansgrohe, AEG e Avila Spaces.

PUB

300+ empreendimentos
lançados anualmente.

1.300+ casas novas
vendidas anualmente.

€270.000.000
transacionados anualmente em casas novas.

Isto é obra. É obra nova.

Obra Nova ERA é uma parceria inovadora da ERA para Promotores e Investidores Imobiliários. Identifica as melhores oportunidades de construção, partilha relatórios com o perfil do comprador da zona e as tipologias mais desejadas, e promove os novos imóveis com as ferramentas de marketing mais eficazes. Com tudo o que sabemos fazer para crescer o seu negócio, quando é que metemos mãos à obra?

Saiba tudo em era.pt/obranova





Destaque

Segundo a Sto, empresa especializada:

Verdades e mitos sobre poupança energética que vale a pena conhecer

Os requisitos ecológicos para uma construção energeticamente eficiente são cada vez mais rigorosos. Contudo, e porque o mercado ainda se está a adaptar às novas medidas e soluções, é importante estar informado para optar por soluções de qualidade e duradouras.

De acordo com a Sto, empresa alemã especializada no desenvolvimento de materiais e soluções sustentáveis de construção, existem verdades, mas também mitos associados à poupança energética. Sabemos hoje que o gasto energético dos edifícios é bastante elevado e que terá tendência a aumentar nos próximos anos. Este contexto está a encorajar tanto os profissionais do setor como os consumidores finais a optarem por soluções de construção centradas na redução energética. No entanto, as diferentes fórmulas para o fazer deram origem a muitos mitos que podem estar a impedir o objetivo final: reduzir o consumo de energia.

• **A poupança de energia é a única forma de reduzir a poluição causada pela nova construção?**

É um dos elementos mais importantes para o conseguir, mas não o único. Devem ser considerados outros, como a utilização de materiais naturais, com baixo teor de carbono ou reciclados, a escolha adequada dos métodos de construção, hábitos comportamentais adequados ou mudanças na usabilidade dos edifícios, de modo a aumentar a sua vida útil.

• **Um edifício de energia quase zero é mais caro do que um edifício normal?**

Depende. Por exemplo, os edifícios Passivhaus são cerca de 10% mais caros do que os edifícios tradicionais, é verdade. Contudo, o seu consumo de energia é 80% mais baixo – o que significará poupanças anuais significativas – e têm custos de manutenção mais baixos, uma vez que utilizam materiais de



Sabemos hoje que o gasto energético dos edifícios é bastante elevado e que terá tendência a aumentar nos próximos anos. Este contexto está a encorajar tanto os profissionais do setor como os consumidores finais a optarem por soluções de construção centradas na redução energética

maior qualidade e não têm problemas com condensação ou bolor, que são as principais causas de danos nos edifícios tradicionais.

• **Com o aquecimento global, diminuirá a necessidade de isolamento térmico das casas e edifícios?**

O aquecimento global não se traduz num aumento agradável das temperaturas, mas sim numa instabilidade crescente no clima e em

temperaturas mais extremas, tanto no inverno como no verão.

Por conseguinte, o isolamento térmico tornar-se-á cada vez mais uma forma totalmente viável de alcançar a eficiência energética.

• **Deixar o aquecimento ligado todo o dia a uma temperatura média gasta menos?**

A manutenção de uma temperatura fixa – por exemplo, 20°C – requer um fornecimento contínuo de

energia devido às perdas de calor através das paredes, tetos, janelas ou portas, que têm de ser compensadas. No entanto, quando o aquecimento é desligado, o sistema deixa de utilizar energia para compensar as perdas de calor, pelo que, à medida que a casa arrefece, estas perdas são reduzidas. É, portanto, aconselhável desligar o aquecimento durante as horas de sono ou quando não se está em casa e apostar em medidas de isolamento para evitar a perda de calor.

• **Uma grande parte da climatização de uma casa perde-se através de paredes e tetos?**

Ao contrário da perceção geral, a perda de climatização não é exclusiva de portas e janelas. Outros pontos críticos são as paredes, tetos e pavimentos. É por isso que, no interesse de uma maior poupança de energia, se esteja a apostar no isolamento térmico das fachadas, já que permite reduzir até 70% as fugas de ar, contribuindo assim para a poupança de energia e para a redução da fatura energética.

• **A poupança de energia e a eficiência energética são a mesma coisa?**

Estes dois termos são frequentemente utilizados indistintamente, uma vez que ambos se referem a um gasto de energia menor do que o habitual. No entanto, a forma de conseguir esta redução é muito diferente nestas duas formas. Enquanto a poupança de energia implica uma mudança de hábitos (por exemplo, desligar a luz ao sair de uma divisão, utilizar água quente apenas quando necessário...), a eficiência energética implica um investimento económico inicial (implementar sistemas de isolamento térmico, escolher eletrodomésticos de classe A, utilizar lâmpadas de baixo consumo...), em troca de um menor consumo de energia ao longo de toda a vida útil da casa. Neste caso, o comportamento do utilizador não se altera.

Sto comercializa sistemas inovadores

A Sto está a comercializar em Portugal dois dos seus sistemas mais inovadores que cumprem com os atuais requisitos do mercado. São os sistemas de Isolamento Térmico Exterior e fachadas ventiladas como o Stotherm e o Stoventec, sistemas mundialmente reconhecidos que agora se encontram disponíveis também em Portugal. De acordo com a empresa, “para além de proporcionarem uma proteção duradoura dos edifícios, estes sistemas possibilitam ainda múltiplas opções de design, através da combinação de rebocos e pinturas de fachada que atribuem aos edifícios uma personalidade única”. A Sto é um dos principais fabricantes internacionais de produtos e sistemas de isolamento térmico para fachadas, revestimentos exteriores e interiores, fachadas ventiladas, tetos acústicos, reparação e proteção de betão assim revestimentos para pavimentos.

Breve

CIN cria tinta com efeito de ardósia

A pensar na tranquilidade dos pais e na diversão dos mais pequenos, a CIN criou uma tinta com efeito ardósia “que permite pintar com giz, desenhar os heróis preferidos ou escrever a lista de tarefas a cumprir”.

“Com o regresso às aulas e as brincadeiras em casa, são

muitas as paredes que viram autênticas obras de arte abstratas. Felizmente, os riscos indesejáveis têm os dias contados! O efeito ardósia da CIN permite que cada criança tenha um espaço para pintar e dar vida à sua criatividade”, destaca a empresa.

Mas a ideia não é exclusiva para

pequenos artistas. Se gostar de desenhar, pode pintar uma parede da sala com este efeito da CIN e criar a sua própria obra de arte. A imaginação não tem limites nem idade.

Numa perspetiva mais prática, esta tinta poderá também ser utilizada para melhorar a

organização e o “mood” do seu dia a dia, seja como base para escrever a lista de compras, para deixar recados, ou relembrar frases inspiradoras.

Com mais de 100 anos de experiência no mercado de tintas e vernizes, a CIN é líder de mercado na Península Ibérica desde 1995.



Notícia

Edifício MB4 na linha da frente na sustentabilidade e ambiente



A obra de requalificação colocou o MB4 na linha da frente da sustentabilidade energética e da proteção ambiental

A Savills concluiu a mudança para os novos escritórios no edifício Miguel Bombarda 4 (MB4), no centro da cidade de Lisboa, um imóvel que está a ser requalificado pelas suas próprias equipas e que vê concretizada a sua estratégia de oferecer serviços integrados no setor imobiliário. A obra de requalificação arrancou em março do ano passado, estando já na sua fase final, e colocou o MB4, um edifício de autor com 40 anos, na linha da frente da sustentabilidade energética e da proteção ambiental.

A intervenção permitiu à Savills transitar da categoria energética B- para a categoria A, uma subida de dois níveis energéticos e alcançar uma poupança estimada da ordem dos 130 mil litros de água por ano. Além disso, com a instalação de painéis fotovoltaicos, será possível, numa primeira fase, dar

resposta a 26% das necessidades energéticas do edifício, sendo que se estima que essa cobertura possa chegar aos 39%.

Estas transformações a nível do consumo energético vão permitir à Savills reduzir em 66% as emissões de dióxido de carbono. Patrícia Liz, CEO da Savills Portugal, refere que “a altura para mudar não podia ser melhor. Há muito tempo que o nosso espaço se manifestava exíguo face ao crescimento significativo da nossa equipa e só o trabalho em rotatividade dos tempos que vivemos nos permitiu aguardar até aqui. O edifício MB4 é um projeto que muito nos orgulha, pelo trabalho profundo que o investidor nos permitiu realizar, sendo o resultado de uma vontade comum entre todos os seus ‘stakeholders’ de reabilitar com foco no mundo que nos rodeia, não ficando pela rama”.

“A História de Lamego” está agora mais acessível

Foi apresentado recentemente o novo livro “A História de Lamego em Documentos – A Cidade e o Aro” da autoria do padre Joaquim Correia Duarte e editado com o apoio da Câmara Municipal de Lamego. A obra é uma homenagem à cidade lamecense e dá a conhecer diversos dados históricos de relevo ocorridos nos últimos séculos.

Lançada também com o objetivo de facilitar o acesso a documentos essenciais para apoio e desenvolvimento de obras de caráter histórico, o livro possibilita ainda uma melhor perceção dos processos históricos, das personalidades e dos acontecimentos que nos últimos séculos moldaram a vivência da população lamecense.

A cerimónia de apresentação pública da obra decorreu no Salão Paroquial de Almacave, em Lamego, contou com a presença de Alegria Marques, professora catedrática da Universidade de Coimbra, e Manuela Mendonça, presidente da Academia Portuguesa de História.

Numa verdadeira homenagem, a obra nasce como forma de agradecimento e de manifestação de amor por parte do autor que residiu algum tempo da sua vida em Lamego, onde realizou formação intelectual e moral.

Nascido a 17 de maio de 1949, Joaquim Correia Duarte é oriundo de S. Pedro de Paus (Resende), tendo vivido a sua juventude em Pimeiro, localidade deste concelho.



Benefícios da Avaliação imobiliária



VÍTOR OSÓRIO COSTA
DIRETOR

A avaliação imobiliária é uma das principais diligências no processo de aquisição de uma nova casa. Trata-se de um serviço que permite aferir o valor e as principais condições de um determinado imóvel, antes de se concretizar o que provavelmente é um dos maiores investimentos de uma família, empresa ou entidade.

Vou-me focar neste artigo no segmento habitação porque é aquele onde mais transações existem, mas também é aquele onde o comprador (quase sempre) não possui competências nem conhecimentos em matéria de imobiliário ou construção civil, pelo que, supostamente, é a parte com menos informação em todo o processo.

A avaliação é exigida sempre

de peritos avaliadores e uma direção técnica, todos estes com competências, formação e experiência nesta matéria.

– Assim, o comprador deverá ter acesso ao relatório, confirmar o valor e condições do imóvel que pretende adquirir, permitindo uma eventual negociação ou condicionar a efetivação do negócio à resolução de determinado aspeto que seja do seu interesse ou necessário para que a operação prossiga. Muitas das vezes, o vendedor tende a resolver e a concordar com as razões elencadas no relatório, atendendo a que as partes envolvidas (comprador/vendedor e demais partes interessadas) estão todas de boa-fé no negócio.

– Não obstante a avaliação ter como principal objetivo a determinação do valor de mercado do imóvel, ainda assim, no decorrer da visita, poderá ser detetada a existência de patologias ou evidências do estado de conservação que

A avaliação é claramente um benefício e uma mais-valia num processo de aquisição, quer seja com ou sem financiamento, uma vez que só assim é garantido o valor (preço justo) e validadas as condições do imóvel

que existe financiamento bancário, no entanto, é evidente que há muitos mais benefícios que podem ser retirados para além da necessidade para a instituição bancária:

– A entidade financeira vai disponibilizar o empréstimo em função da garantia dada pelo valor de mercado do imóvel que consta no relatório, alinhando assim o montante do empréstimo com o valor de mercado, descontado uma percentagem, para cumprimento do rácio do LTV.

– Como o financiador nunca irá emprestar mais do que o valor da garantia (imóvel), mas menos, de acordo com normas do BdP, pode assim o vendedor ajustar-se e analisar um valor inferior àquele que está a pedir, ou ser surpreendido com um negócio abaixo do valor de mercado.

– A avaliação inicia-se desde logo com a visita ao interior (“in loco”) do imóvel, sendo realizada por empresa especializada que conta com um corpo técnico

influencie diretamente o valor do imóvel, ou ser detetada visualmente algo (ocupação) que possa pôr em causa a eventual continuidade do negócio.

A avaliação é claramente um benefício e uma mais-valia num processo de aquisição, quer seja com ou sem financiamento, uma vez que só assim é garantido o valor (preço justo) e validadas as condições do imóvel. Pelo lado do vendedor, há uma maior responsabilidade na resolução de eventuais condicionalismos, obtenção de documentos prediais, legalização de parte ou da totalidade do imóvel. Pelo lado do comprador, pode servir para confirmar e reforçar o interesse na decisão de comprar ou não a casa.

A avaliação deve ser encarada como um conforto, evitando surpresas futuras, tendo em conta que a compra de uma casa é um investimento que ascende a muitos milhares de euros, ou a muitos anos de prestações bancárias.



Notícia

Oito apartamentos disponíveis

Planos de água que caracterizam cidade de Aveiro servem de inspiração a edifício Orizzont

AERA Aveiro e Ílhavo está a comercializar o empreendimento Orizzont, localizado no centro da cidade de Aveiro e com uma vista privilegiada para a Ria de Aveiro.

O projeto disponibiliza 12 apartamentos com tipologias T3 a T5, sendo que apenas 8 frações se encontram ainda disponíveis para venda. Os preços variam entre os 500 e os 775 mil euros, estando a promoção de vendas a cargo da Santos Mártires - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, Lda., num investimento total de cerca de 5 milhões de euros.

Com amplas divisões, o empreendimento consiste num condomínio fechado, com piscina aquecida, terraço com uma vista de 360°, jardim, um salão multiusos e varandas com vista desimpedida para a Ria de Aveiro. O projeto foi inspirado nos



O empreendimento Orizzont é da autoria do arquiteto Ricardo Vieira de Melo e destaca-se pelos traços modernos, acabamentos de qualidade e pela utilização de materiais sustentáveis, que lhe conferem uma baixa manutenção e um baixo consumo energético

planos de água que distinguem a cidade, tendo sido desenhado para conviver em harmonia com a envolvente natural, tornando-o único a nível paisagístico.

O empreendimento Orizzont é da autoria do arquiteto Ricardo Vieira de Melo e destaca-se pelos traços modernos, acabamentos de qualidade, localização de excelência e pela utilização de materiais sustentáveis, que lhe conferem uma baixa manutenção e um baixo consumo energético. O projeto está já concluído e em fase de venda.

A comercialização do empreendimento Orizzont vem reforçar a aposta da ERA no programa de parceria Obra Nova ERA, que tem como objetivo principal identificar as melhores oportunidades de construção para construtores e promotores imobiliários de todo o país.

João Santos, agente da ERA Aveiro e Ílhavo, considera

“Orizzont nasce na busca pela perfeição, estando em completa sintonia com a natureza”

“Todos os apartamentos são luxo e irreverência através de uma arquitetura moderna e intemporal, onde os amadeirados do exterior e da paisagem tipicamente marítima vão pontecendo ao longo de todas as áreas do apartamento”, destaca, em entrevista, João Santos.

Quais as características do empreendimento Orizzont em termos de arquitetura?

O empreendimento Orizzont é um edifício com uma localização privilegiada e exclusiva na cidade de Aveiro. Está localizado no lado sul do centro da cidade, defronte para o espelho de água da Ria de Aveiro, acabando por se tornar num quadro vivo que se perpetua no tempo, com as salinas, os flamingos, as garças e o sol, que fazem parte de uma paisagem visível a partir de cada apartamento. Uma paisagem em constante mudança, no dia, na noite e nas estações do ano, oferecendo uma vista esculpida sobre um horizonte de água.

O empreendimento Orizzont nasce na busca pela perfeição, estando em completa sintonia com a natureza, primando pela sustentabilidade de matérias sustentáveis e duradouras, que refletem uma preocupação com o nosso planeta.

Todos os apartamentos são luxo e irreverência através de uma arquitetura moderna e intemporal, onde os amadeirados do exterior e

da paisagem tipicamente marítima vão pontecendo ao longo de todas as áreas do apartamento.

O edifício oferece espaços generosos e muita luz natural, sendo que a sua disposição foi desenhada para potenciar ao máximo a luz solar: a nascente estão as áreas de descanso e toda a área social está voltada a sul, para um enquadramento perfeito de luz e água.

Pensado para viver em plenitude, os moradores têm à sua disposição uma piscina interior aquecida, que se estende ao jardim exterior e privativo do empreendimento. E, para quem não dispensa de um pôr de sol com os amigos ou simplesmente usufruir de uma vista de 360 graus, o ‘rooftop’ é sem dúvida um espaço onde as palavras dão lugar a uma experiência única através de uma vista excecional para a Ria de Aveiro.

Qual é a opinião dos clientes sobre o empreendimento e cliente tipo que procura estes projetos?

A opinião dos potenciais clientes foi bastante positiva e acabou por não nos surpreender, pois era expectável

que as suas reações fossem ao encontro das certezas com que este empreendimento foi desenhado: oferecer autenticidade, irreverência, modernidade e sustentabilidade através de um horizonte incommensurável e pintado pela natureza de Aveiro, tornando-o único a nível paisagístico.

É, sem dúvida, um empreendimento direcionado para quem procura conforto, comodidade e tranquilidade dentro da cidade.

Que características distinguem os projetos do promotor?

Atualmente, este é o único empreendimento do promotor em Portugal, pois esta é uma empresa que pertence a um grupo com foco principal de negócio nos Estados Unidos da América. No entanto, o mercado imobiliário português não tem passado despercebido lá fora e ao detetarem uma oportunidade como esta e tão única em território nacional, decidiram apostar neste empreendimento.

Todos os projetos deste promotor pautam por localizações de excelência e prestígio, pela modernidade, pelo conforto e pela sustentabilidade, ao mesmo tempo que pretendem criar uma experiência diferenciadora de vivência para o cliente.



Envolvente natural de Aveiro é mais-valia no imobiliário

AERA Aveiro e Ílhavo tem uma carteira de imóveis diversificada e com uma oferta bastante procurada pelo cliente atual. “A cidade de Aveiro tem crescido em procura devido ao facto de ter uma componente natural muito envolvida com a parte metropolitana e, assim, algo que corresponde cada vez mais aos parâmetros atuais de procura do cliente”, destaca João Santos.

Na sua opinião, a área em que se encontra o empreendimento Orizzont é uma zona limitada pela escassez e pelas limitações de construção devido à área marítima natural circundante, à proximidade ao parque da cidade de Aveiro, assim como pelo facto de estar a poucos metros da Universidade de Aveiro. Tais características são elementos catalisadores de procura, mas a oferta é limitadíssima, por haver, como referimos, possibilidade escassas de novas construções.

“A procura deste género de localização sempre fora elevada, todavia, temos verificado um aumento exponencial da procura por esta zona geográfica por se tratar de uma área muito exclusiva e privilegiada da cidade”, acrescenta João Santos.



Notícia

Financiamento total ascende a 351 milhões de euros

Santander lidera financiamento do programa IFRRU 2020 com 188 projetos

ELISABETE SOARES
elisabetesoares@vidaeconomica.pt

O banco Santander é a instituição financeira que concedeu mais financiamentos no âmbito do programa IFRRU 2020 - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, tanto no número de contratos efetuados como ao nível de montante atribuído.

De acordo com as informações recolhidas junto da instituição, "até meados de setembro, o Santander financiou 188 projetos, ou seja, cer-

O IFRRU 2020 é um instrumento financeiro composto por empréstimos hipotecários, que se destina a apoiar projetos de reabilitação e revitalização urbana

ca de 55% do total das operações realizadas pela banca. Em termos de montante, os projetos apoiados pelo banco tiveram um financiamento total de 351 milhões de euros, cerca de metade do total contratado pelo setor até meados de setembro".

De destacar também o facto de o Santander ser também a instituição com maior diversificação geográfica, tendo o seu apoio já chegado a 61 concelhos do país, de norte a sul e às regiões autónomas da Madeira e Açores.

Lisboa e Porto acolhem a maior parte dos projetos, destacando-se depois outras cidades como Vila Nova de Gaia, Braga, Coimbra, Matosinhos, Funchal e Ponta Delgada. A maioria dos projetos de investimento destina-se à habitação (seja para habitação própria, venda ou arrendamento) e ao turismo, mas existem também casos de serviços, restaurantes, residenciais de estudantes, escritórios e arrendamentos.

O prazo de candidaturas ao IFRRU 2020 foi, entretanto, alargado até 31 de dezembro de 2023, apresentando algumas novidades nas condições de financiamento. A nova taxa para a dotação BEI é de 0% (taxa fixa), para operações contratadas no período de 1 de fevereiro de 2021 a 31 de janeiro de 2022. Do seu lote de financiamento, o Santander dispõe de cerca de 175 milhões de euros destes fundos públicos para alocar a novos projetos.

O IFRRU 2020 é um instrumento financeiro composto por empréstimos hipotecários, que pretende apoiar projetos de reabilitação e revitalização urbanas, e de eficiência energética, em todo o território nacional, em áreas definidas como prioritárias por cada câmara municipal.

O Santander aderiu desde a data em que foi lançado – no final de 2017 –, sendo a instituição com o maior lote de financiamento da banca, 53% do total disponível, num valor total de 767 milhões de euros.

Projetos de reabilitação apoiados pelos IFRRU 2020 ultrapassam os 994 milhões de euros de investimento

Em cerca de dois anos e meio de vigência, o programa IFRRU 2020 já aprovou 336 contratos para projetos de reabilitação e renovação urbana, num valor total de 994 milhões de euros, que engloba o financiamento e os capitais próprios dos promotores.

De acordo com os dados da página do IFRRU, este montante de investimento diz respeito aos projetos aprovados no âmbito deste programa até 31 de agosto de 2021, e engloba o conjunto das instituições financeiras que disponibilizam apoios através do pro-

grama de financiamento à reabilitação urbana.

Estes investimentos permitiram reabilitar 1558 habitações em áreas urbanas, destinadas a 2713 novos residentes e criar 4266 postos de trabalho, de acordo com os dados da página web do IFRRU, referentes até dia 30 de junho passado.

De referir que, até esta data, o programa IFRRU recebeu um total de 653 candidaturas, que potências mais de 1,6 mil milhões de euros para a reabilitação e revitalização de imóveis, localizados um pouco por todo o país.

Simplificando a gestão de condomínios

Viver num condomínio tem regras!

Comprar uma casa num condomínio é, para além de uma conquista pessoal e familiar, também muitas vezes sinónimo de independência, de privacidade e de uma sensação de liberdade que nos faz sentir que podemos viver como bem nos apetece! No entanto, há que lembrar que esta liberdade se situa entre os limites dos direitos e dos deveres que assistem a cada condómino – o que se traduz numa 'liberdade limitada'.

Isto porque, para tornar a convivência no condomínio possível, é imperativo respeitar

o local e o tempo de duração previsto para a referida obra.

Para além disso, há outras questões que têm de ser asseguradas: começando pelo facto de os condóminos estarem obrigados a respeitar o fim para o qual a fração se destina – isto é, se a fração for destinada a habitação, apenas se pode habitar nela; se a fração se destina a garagem, apenas se pode parquear veículos e respetivos reboques.

É também vedado, dentro das frações, o uso ou a realização de práticas ofensivas aos bons costumes – o que, embora possa



um conjunto de normas cívicas, de acordo com os princípios da boa educação, de direitos de personalidade (como respeito pelo descanso, sossego e tranquilidade) e de direitos de propriedade e compropriedade.

Neste último aspeto, é importante considerar que os condóminos não podem fazer obras dentro da sua fração que prejudiquem as partes comuns ou outras frações, nem de modo a evitar causar os referidos danos.

No entanto, se for realmente necessário executar obras que alterem a linha arquitetónica ou o arranjo estético do edifício, é preciso apresentar o projeto à assembleia de condomínio e obter a sua aprovação por maioria representativa de dois terços do valor total do prédio.

Caso obtenha a aprovação e antes de iniciar a obra, o condómino deve informar o administrador do condomínio, para que, nos termos do Regulamento Geral do Ruído, se possa afixar em local de passagem comum toda a informação sobre

ser considerado um critério algo subjetivo, não deixa de significar que os condóminos se devem abster da prática de atos legalmente considerados ilícitos.

Os condóminos devem ainda abster-se da prática de atos que estejam proibidos no título constitutivo da propriedade horizontal, ou que o sejam posteriormente assim considerados por deliberação da assembleia, desde que aprovada sem oposição.

É fundamental conhecer e respeitar o regulamento interno do condomínio, zelar pela higiene e correta utilização das partes comuns, bem como cumprir as deliberações da assembleia de condóminos para se viver num condomínio harmonioso e saudável para todos os condóminos.

Como se percebe, viver num condomínio implica uma série de deveres e regras – mas que, respeitados, vão tornar o edifício mais harmonioso e a convivência entre os condóminos mais justa e saudável.

A rubrica *Simplificando a Gestão de Condomínios* é elaborada pela Loja do Condomínio (LDC) e tem publicação mensal

ldc loja do
condomínio®
www.ldc.pt



Notícia

Castro Group em parceria com Farfetch

Inovação e sustentabilidade marcam projeto Fuse Valley em Matosinhos

ELISABETE SOARES
elisabetesoaresh@vidaeconomica.pt

Inovação, sustentabilidade e bem-estar são os pilares do empreendimento Fuse Valley, localizado em Matosinhos e promovido em parceria com a Farfetch, tecnológica ligada à moda de luxo, e o Castro Group, empresa imobiliária sediada em Braga. O lançamento da construção está previsto para dentro de um ano.

O futuro 'vale tecnológico' vai nascer junto ao rio Leça, na Via Norte, em Leça do Balio – a pouca distância da Unicer –, e prevê mais de 8,6 mil hectares de espaços verdes, sendo que alguns se situam nas coberturas dos edifícios interligados entre si. No total, o empreendimento prevê cerca de 12,6 hectares de espaços exteriores, abertos à comunidade.

Previstos estão também vários espaços comerciais em 5000 metros quadrados (m2), como áreas de restauração, ginásio e SPA. Haverá ainda um anfiteatro ao ar livre disponível para receber mostras de arte, palestras e workshops.

As novidades foram reveladas pelos responsáveis do empreendimento na apresentação pública



O empreendimento prevê cerca de 140.000 m2 de área construída, que se distribui por 24 edifícios. Numa primeira fase do projeto, que vai arrancar já em 2022, vão ser desenvolvidos 14 edifícios

que decorreu na tarde de sexta-feira, dia 24 de setembro, no Espaço da Arquitetura, em Matosinhos.

Novos escritórios da Farfetch

Assim, o empreendimento prevê cerca de 140.000 m2 de área construída que se distribui por 24 edifícios. Numa primeira fase do projeto, que vai arrancar já em 2022, vão ser desenvolvidos 14: sete edifícios destinados aos escritórios da Farfetch, com uma área de 60.888

m2 – onde provavelmente irá concentrar os funcionários que, neste momento, ocupam a totalidade do edifício BOC, o Boavista Office Center, na Avenida da Boavista –, e mais sete edifícios que serão promovidos pelo Castro Group. A sua conclusão está prevista para o último trimestre de 2025, segundo avançou na ocasião Paulo Castro, CEO do Castro Group.

Na mesma apresentação, João Neves, CEO e presidente da Farfetch, destacou que será aqui que continuará a reunir-se, algo que

considera “importante” para estimular a “criatividade e criar uma cultura forte” dentro da empresa.

Também do lado do projeto desenvolvido pelo Castro Group vão nascer 62.809 m2 de espaços de escritórios, praças em 70.076 m2, um hotel com 75 quartos e 42 apartamentos.

Embora considere que o “futuro do trabalho vai ser diferente, com mais flexibilidade e mais trabalho remoto”, o CEO da tecnológica defende que “será importante haver um equilíbrio entre trabalho presencial e remoto”. Neste novo espaço de trabalho promete dar condições para promover o bem-estar de todos, criando uma creche para os filhos dos colaboradores, uma academia focada no bem-estar e também salas para a prática de meditação, ioga e exercício, promovendo a saúde física e mental.

“O Fuse Valley será muito mais que um espaço de trabalho, será um local de fusão entre empresas, pessoas, cultura, arte e comunidade”, disse, por sua vez, Paulo Castro, CEO do Castro Group, em entrevista ao idealista/news, a propósito do projeto.

Sandra Fragoso, gestora do SIL, destaca

“O SIL é o local por excelência onde os players do sector se encontram e os negócios acontecem”

A edição 2021 do SIL – Salão Imobiliário de Portugal vai ter representantes de todos os setores que compõem o mercado imobiliário, destaca em entrevista Sandra Fragoso.

O SIL chega numa altura em que o mercado começa a regressar aos poucos à normalidade. O que podemos esperar da edição do SIL 2021?

Esta edição do SIL 2021 apostará num evento presencial com expositores, visitantes e a realização de conferências, que, através de uma componente digital complementar, nos permitirá novamente o alcance alargado a um universo de interessados, captando um maior número de participantes. A retoma económica do setor das feiras e eventos proporcionará um Salão Imobiliário de Portugal com contacto presencial – o verdadeiro local de ‘networking’ –, o que alavancará a

também retoma do mercado imobiliário.

O evento vai continuar a apostar num modelo híbrido ou sobretudo no presencial?

Mais do que nunca, as empresas valorizam o ambiente de feira, mais físico e mais próximo, onde a interação com os diferentes intervenientes é fundamental. O SIL é isso mesmo, é o local por excelência onde os players do setor se encontram e os negócios acontecem. Será um SIL com uma maior representatividade de todos os setores que compõem o mercado imobiliário. Tal inclui, também, expositores e visitantes estrangeiros, que são presença habitual no SIL.

Como está a ser a adesão das empresas e entidades à presença no SIL?

Esta edição do SIL, como já referi, terá uma maior representatividade

de todos os setores que compõem o mercado imobiliário. Teremos cerca de 100 empresas, que é fruto da confiança e segurança que a organização do Salão transmitiu ao mercado, provando ser um evento seguro e gerador de negócios. O mercado manteve-se forte e resiliente durante estes meses, e são eventos como o SIL que impulsionam o dinamismo do setor.

Quais vão ser os grandes temas de debate e análise que vão marcar as conferências?

Queremos debater o futuro, as tendências e os desafios do setor. Este Salão

é a junção perfeita entre a componente exposicional e o incentivo ao debate do setor imobiliário. Organizámos, à semelhança das edições anteriores, as Conferências SIL PRO – em parceria com a APPII e a APR. Vão decorrer nos dias 7 e 8 de outubro, onde serão debatidos alguns dos temas mais relevantes para o setor, tais como. “A visão dos Profissionais do setor”, “Medidas para simplificar o Licenciamento Urbano”, “O Futuro do setor imobiliário”, “Como Reativar o Turismo”, “O Olhar dos Investidores Internacionais” e o “Plano de Recuperação e Resiliência” e quais os impactos que terá no setor do imobiliário.

